



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PESQUISA-POSGRAP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA-PPGEO
MESTRADO EM GEOGRAFIA

**A PERSPECTIVA PLURIATIVA COMO ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO DA
AGRICULTURA FAMILIAR NA MICRORREGIÃO DO AGRESTE DE
ITABAIANA-SE**

São Cristóvão - SE
Agosto de 2017

MARIA CRISTINA SANTOS TEIXEIRA

**A PERSPECTIVA PLURIATIVA COMO ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO DA
AGRICULTURA FAMILIAR NA MICRORREGIÃO DO AGRESTE DE
ITABAIANA-SE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Sergipe, através do Núcleo de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. José Eloízio da Costa.

São Cristóvão - SE

Agosto de 2017

MARIA CRISTINA SANTOS TEIXEIRA

**A PERSPECTIVA PLURIATIVA COMO ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO DA
AGRICULTURA FAMILIAR NA MICRORREGIÃO DO AGRESTE DE
ITABAIANA-SE**

Aprovada em: ____/____/____.

Dissertação apresentada como exigência para exame de
defesa no curso de Mestrado em Geografia, à seguinte
comissão examinadora:

COMISSÃO EXAMINADORA

Orientador – Prof. Dr. José Eloízio da Costa

1º Examinador – Prof. Dr. Marcelo Alves Mendes

2º Examinador – Dr. Saumíneo da Silva Nascimento

Dedico à minha filha Heloísa, razão da minha inspiração, que me faz feliz todos os dias com seu sorriso inocente e olhar carinhoso. Contudo, diversas vezes a deixei com lágrimas nos olhos e saí da mesma forma - dias de luta! - em busca do meu sonho. Apesar da ausência em alguns momentos, sempre está/estará presente em meu coração todos os dias da minha vida, por onde eu andar...

AGRADECIMENTOS

Assim como uma árvore precisa de cuidados para que possa crescer e gerar bons frutos, o processo de construção da dissertação precisa de uma boa orientação para que possam ser colhidos os frutos desse trabalho. Por isso, devo agradecer, neste momento inicial, a Deus por ter me dado forças para perseverar em busca desse sonho; em meio às decepções, posso dizer obrigada por me permitir cruzar a linha de chegada, mesmo diante das incertezas que irei encontrar ao cruzá-la.

Ao orientador, **José Eloízio da Costa**, por aceitar me orientar mesmo me conhecendo minimamente. Sou-lhe extremamente grata.

Ao professor **Marcelo Alves Mendes**, por ter me encorajado a seguir na vida acadêmica; com você tive a oportunidade de discutir diversos temas que contribuíram para a construção desta pesquisa, também agradeço por suas observações no exame de qualificação e pelo quanto elas foram úteis. Respeito e gratidão definem os sentimentos que nutro por você.

Não poderia deixar de agradecer a **Saumíneo da Silva Nascimento**, por participar da banca de qualificação, suas sugestões foram valiosas e me nortearam.

Institucionalmente, agradeço à **CAPES**, por me conceder bolsa de estudos entre abril de 2016 e março de 2017.

Agradeço também aos colegas do **Grupo de Pesquisa Sobre Dinâmica Rural e Regional (GDRR)**, por nos permitirem uma convivência acadêmica; nossos encontros semanais nos proporcionaram vários debates e vários momentos de companheirismo.

Em especial aos amigos do GDRR **Anna Maria Alves Viana**, por ter se tornado uma grande companheira, principalmente na reta final da construção da dissertação e também nas viagens cotidianas para ir às aulas do mestrado, me incentivando a ser persistente quando o cansaço me dominava. Agradeço principalmente por ter tido sempre um ouvido amigo para escutar meus lamentos, frustrações e, principalmente, por compartilhar das mesmas angústias que a vida acadêmica impõe. Agradeço, também, a **Franklin Pereira** pela ajuda com a construção do mapa.

Um agradecimento carinhoso à minha irmã mais velha **Cristiana Teixeira**, por sempre me ajudar na tarefa de cuidar da minha filha, dando-lhe carinho e atenção, por vezes fazendo o papel de mãe para que eu pudesse me dedicar à pesquisa; sua presença foi essencial, pois sempre saí despreocupada, pois sabia que minha filha estava em boa companhia.

Também agradeço a meu irmão **Cristiano Teixeira**, por me acompanhar em todos os trabalhos de campo e pacientemente aguardar para que eu pudesse aplicar os questionários e conversar com os agricultores.

Flávio Soares, agradeço por ter feito a tradução do resumo em inglês.

Meu muito obrigada também ao biógrafo e escritor literário **Carlos Mendonça**, por fornecer informações sobre o município de Itabaiana. Nunca vi pessoa tão enraizada e extremamente apaixonado por esse município.

Por fim, um reconhecimento especial aos **agricultores e suas famílias**, que se desprenderam dos seus afazeres, abdicando em alguns momentos do seu precioso tempo, para fornecer informações pessoais, que foram valiosas para a construção deste trabalho. Muito obrigada!

“Mas é preciso escolher. Porque o tempo foge. Não há tempo para tudo. Não poderei escutar todas as músicas que desejo, não poderei ler todos os livros que desejo, não poderei abraçar todas as pessoas que desejo. É necessário aprender a arte de “abrir mão” - a fim de nos dedicarmos àquilo que é essencial”.

(Rubem Alves)

“Cabe a mim, decidir entre ir ou ficar desistir ou lutar; Porque descobri, no caminho incerto da vida, que o mais importante é o decidir”.

(Cora Coralina)

RESUMO

O final da década de 1990 no Brasil foi caracterizado pelas mudanças econômicas, políticas e sociais, repercutindo na dinâmica do meio rural e nas formas de organização e produção da agricultura. Período de avanços significativos para a agricultura familiar no Brasil, fortalecida em função do reconhecimento governamental de uma categoria social e também pelo direcionamento de políticas públicas para o meio rural. A agricultura brasileira atravessou um caminho árduo até se firmar como categoria social, teve um papel fundamental na sociedade e continua tendo uma função social muito importante. Nessa mesma década, surgiu o debate sobre pluriatividade que ganhou notoriedade a partir do Projeto Rurbano, que identificou que as atividades não-agrícolas representavam maior percentual entre as pessoas ocupadas no meio rural brasileiro, sendo compreendida como pluriativa a unidade familiar em que pelo menos um dos membros da família desenvolve atividades agrícolas combinadas à outra atividade não-agrícola. A pluriatividade surgiu como uma alternativa para dinamizar a agricultura familiar, é um processo que ocorre de forma natural na sociedade, principalmente em áreas onde os agricultores demonstram a capacidade empreendedora, além da facilidade em se adaptar a situações adversas, tendo um grande poder de flexibilização. O referido trabalho teve como objetivo analisar a pluriatividade da agricultura familiar como uma estratégia de reprodução social e econômica das unidades familiares na Microrregião do Agreste de Itabaiana-SE e os seus rebatimentos socioespaciais. Para que fosse possível alcançar o objetivo proposto nesta pesquisa, foi trilhado um caminho com objetivos específicos, os quais permitiram a composição do trabalho como um todo. Os procedimentos teóricos e metodológicos foram: levantamento bibliográfico, que foi indispensável para a construção e revisão da literatura; coletas de dados secundários junto aos órgãos públicos que se encontram em plataformas digitais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Ministério de Desenvolvimento Agrícola (MDA), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Censo Agropecuário. A pesquisa de campo aconteceu de forma direta com os agricultores familiares; foi utilizado o método da amostragem, que aconteceu de forma aleatória, também foram aplicados questionários em diversos povoados que fazem parte da Microrregião do Agreste de Itabaiana. A preocupação desta pesquisa foi buscar evidências que permitissem analisar a pluriatividade na agricultura, além de confirmar a importância para reprodução do núcleo familiar. A pluriatividade é fundamental na vida dos agricultores, possibilitando melhoria na qualidade de vida rural, além de fixar o agricultor na terra, tem se mostrado uma estratégia de combate à pobreza rural, uma vez que a renda adquirida com as atividades não-agrícolas no meio rural contribui para a manutenção da família, bem como para a aquisição de ferramentas e insumos que são diretamente investidos na agricultura e na propriedade da família. Diante do quadro de pobreza rural, os agricultores, ao longo do tempo, foram aprimorando seus conhecimentos e suas habilidades e os transformando em atividades lucrativas que puderam ser incorporadas à dinâmica da família como atividades secundárias. Quanto ao papel do Estado, ainda não houve uma institucionalização da pluriatividade; somente quando o poder público reconhecer a pluriatividade como um condutor do desenvolvimento será possível que se formulem e efetivem políticas públicas de valorização do agricultor. A partir, portanto, das discussões da literatura e também fundamentados em dados secundários, pode-se concluir que a Microrregião do Agreste de Itabaiana apresenta a existência da pluriatividade e de sua importância para a promoção do desenvolvimento rural local.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Desenvolvimento Rural. Pluriatividade.

ABSTRACT

The end of 90's in Brazil was dominated by economic, political and social changes affecting the dynamics of the rural area and also agriculture's organization and production. This period was one of considerable development to the family-based agriculture, strengthened by the governmental recognition of a social class and also by redirecting of public policies for the rural setting. Brazilian agriculture went through a difficult path until its establishment as a social class, it also had a major role in society and continues fulfilling a substantial social role to this date. In the same decade, the debate about pluriactivity arose and gained notoriety from the *Projeto Rurbano*, which identified non-agricultural activities as the greater percentage between people engaged in the Brazilian rural environment. Understood here as pluriactivity is the family unit in which at least one of its members works in agricultural activities combined with another non-agricultural activity. The pluriactivity emerged as an alternative to stimulate family-based agriculture, a process that occurs in a natural way along societies, mostly in areas where farmers prove entrepreneurial capacity, besides easiness to adapt themselves to adverse situations, they have great power of flexibilization. This work aims to analyze the pluriactivity in the family-based agriculture as a social and economic reproduction strategy of families units located at the wild lands of Itabaiana-SE and its socio-spatial impacts. In order to reach the larger objective proposed in this research, specific objectives were achieved in the way allowing the formulation of this work as a whole. The theoretical and methodological procedures were bibliographic search, essential to the literature development and review, collection of sensitive data at public departments in digital platforms such as *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* (IBGE), *Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária* (INCRA), *Ministério de Desenvolvimento Agrícola* (MDA), *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada* (IPEA), and *Censo Agropecuário*. The field research was done directly (family-based farmers) and randomly using the sampling method along with a survey applied in villages that belong to the micro region. The major concern was to search for evidences which in turn would allow an analysis of how important is this pluriactivity to the family-based agriculture besides validate the family reproduction importance. The pluriactivity is fundamental in the life of the farmers, enabling improvement in the quality of rural life besides fixing the land, has been shown to be a strategy to combat rural poverty. Since income from non-agricultural activities in rural areas contributes to the maintenance of the family as well as to the acquisition of tools and inputs that are directly invested in agriculture and family ownership. In the face of the rural poverty framework, farmers over time have been enhancing their knowledge and skills and transforming them into profitable activities that could be incorporated into the dynamics of the family as secondary activities. As for the role of the State, there has not yet been an institutionalization of pluriactivity, only when the public power recognizes pluriactivity as a driver of development will it be possible to formulate and implement public policies of valorization of the farmer. From the discursions of the literature and also based on secondary data, it can be concluded that the Microregion of Agreste of Itabaiana presents the existence of pluriactivity and its importance for the promotion of local rural development.

Keywords: Family Agriculture. Rural Development. Pluriactivity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de localização da área de estudo.....	15
Figuras 2 e 3: Feira de Itabaiana.	51
Figura 4: Casa de Farinha em São Domingos (a).	57
Figura 5: Casa de Farinha em São Domingos (b).....	58
Figura 6: Estado civil dos entrevistados.....	59
Figura 7: Chefe de família.....	59
Figura 8: Membros que compõem as famílias de agricultores.....	60
Figura 9: Escolaridade das famílias entrevistadas.	66
Figura 10: Faixa etária e sexo dos residentes na Microrregião do Agreste de Itabaiana.....	66
Figura 11: Tamanho da propriedade em hectares (ha) na Microrregião do Agreste de Itabaiana.....	68
Figura 12: Condição do agricultor na Microrregião do Agreste de Itabaiana.....	69
Figura 13: Tempo de posse da terra na Microrregião do Agreste de Itabaiana.....	69
Figura 14: Formas de obtenção da terra na Microrregião do Agreste de Itabaiana.....	70
Figura 15: Utilização da terra.....	71
Figura 16: Agricultor alimentando o gado em São Domingos.....	72
Figura 17: Jovens agricultores na colheita de alface.....	73
Figura 18: Agricultoras raspando mandioca.....	73
Figura 19: Áreas irrigadas.....	75
Figura 20: Produção da agricultura familiar distribuída para supermercado.....	77
Figura 21: Cooperativa Boa Hora, em São Domingos.....	79
Figura 22: Farinha produzida pelos agricultores familiares de São Domingos.....	80
Figura 23: Beneficiamento da batata-doce.....	81
Figura 24: Receita das famílias.....	83
Figura 25: Renda total mensal das famílias em salário mínimo (s.m.)	84
Figura 26: Destino dos rendimentos das famílias.	85
Figura 27: Como a família administra os rendimentos.....	85
Figura 28: Empréstimos.....	86
Figura 29: Poço no Povoado Zanguê em Itabaiana.....	88
Figura 30: Meio de transporte dos agricultores.....	90
Figura 31: Avaliação das condições de vida nos últimos cinco anos.....	91

LISTA DE SIGLAS

BICEN - Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas

COHIDRO - Companhia de Desenvolvimento de Recurso Hídrico

E.U.A - Estados Unidos da América

GDRR - Grupo de Pesquisa Sobre Dinâmica Rural e Regional

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

INCRA - Instituto Nacional de Colonização de Reforma

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MDA - Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar

MODERAGRO - Agricultura e Conservação de Recursos Naturais

MODERFROTA - Programa de Modernização da Frota de Tratores agrícolas e implementos associados a colheitadeiras

MODERININFRA - Programa de incentivo à irrigação e à armazenagem

MST - Movimento dos trabalhadores rurais sem-terra

OIT - Organização Internacional do Trabalho

ONG - Organizações não governamentais

PEA - População Economicamente Ativa

PIB - Produto Interno Bruto

PPGEO - Programa de Pós-Graduação em Geografia

PRODECOOP - Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de valor da Produção Agropecuária

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

FMI - Fundo Monetário Internacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 ASPECTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DA PLURIATIVIDADE.....	17
1.1 Agricultura na contemporaneidade.....	17
1.2 Pluriatividade na agricultura	29
1.3 Desenvolvimento Rural	39
2 AGRICULTURA FAMILIAR NA MICRORREGIÃO DO AGRESTE DE ITABAIANA-SE.....	49
2.1 Caracterização dos aspectos geográficos.....	50
2.2 Perfil das famílias de agricultores.....	57
2.3 Propriedades das famílias de agricultores.....	67
2.4 Atividades desenvolvidas dentro da Microrregião.....	76
2.5 Formação dos rendimentos das famílias.....	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
BIBLIOGRAFIA.....	97
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA.....	103

1 INTRODUÇÃO

A partir das mudanças que ocorreram no cenário nacional na década de 1990 nas esferas econômica, política e social, surgiu uma nova dinâmica do meio rural que refletiu nas formas de organização e produção da agricultura familiar. Esse foi um período em que podem ser percebidos os avanços sobretudo na agricultura familiar, categoria essa que vivia às margens da sociedade e lutou para ter reconhecimento governamental, tornando-se uma categoria política e social. Além disso, essa conquista foi favorecida pelo direcionamento de políticas públicas para o meio rural.

A agricultura brasileira tem um papel fundamental na sociedade e é responsável por levar os principais alimentos da cesta básica para a mesa do agricultor, o que difere é que antes a agricultura familiar era entendida somente como agroalimentar, mas essa análise já não corresponde à realidade dos dias atuais.

A pluriatividade surgiu como uma alternativa capaz de dinamizar a agricultura familiar, sendo um processo que ocorre por uma combinação de forças internas e externas, como: economia, política, cultura e escolaridade, principalmente em áreas onde os agricultores demonstram a capacidade empreendedora. São os agricultores pluriativos que têm maior facilidade em se adaptar às adversidades e às intempéries da natureza, além de terem um grande poder de flexibilização.

A referida pesquisa justifica-se como uma produção científica que pode contribuir para novos debates no âmbito acadêmico, oferecendo um maior entendimento sobre a dinâmica que vem ocorrendo no meio rural, e, nessa perspectiva, analisará a pluriatividade como uma possibilidade de desenvolvimento rural dentro da Microrregião do Agreste de Itabaiana-SE.

Portanto, para nortear a pesquisa, foram criados alguns questionamentos a fim de fazer uma investigação mais profunda sobre o tema e buscar respostas mais claras e coesas sobre agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural na Microrregião. Os questionamentos foram os seguintes: 1. A pluriatividade é um fenômeno antigo, como surgiu? 2. Qual(is) o(s) fator(es) que contribui(ram) para as famílias se tornarem pluriativas? 3. Com o crescimento das atividades não-agrícolas no meio rural, isso pressupõe o fim das atividades agrícolas? 4. A pluriatividade é capaz de garantir a permanência do agricultor na terra ou serve de instrumento de expropriação? 5. Os agricultores pluriativos desenvolvem outras atividades que não estão diretamente ligadas à agricultura, isso não significa uma mudança cultural?

Diante disso, o referido trabalho tem como objetivo analisar a pluriatividade da agricultura como uma estratégia de reprodução social e econômica das unidades familiares na Microrregião do Agreste de Itabaiana-SE e os seus rebatimentos socioespaciais.

Para que fosse possível alcançar o objetivo proposto nesta pesquisa, foi trilhado um caminho com objetivos específicos, que permitiram a composição do trabalho como um todo, foram eles: compreender o processo histórico da agricultura familiar na Microrregião do Agreste de Itabaiana; discutir a noção de pluriatividade para entender a nova dinâmica no meio rural no contexto local; avaliar se a pluriatividade está contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico das famílias de agricultores; caracterizar o tipo de pluriatividade e produção que se desenvolve na Microrregião.

Para tanto, foi feita uma análise sistematizada das condições de reprodução das famílias de agricultores na Microrregião. A pluriatividade foi tomada como uma categoria de análise sobre as condições de reprodução social e econômica das famílias rurais. A Geografia, por ser uma ciência aberta e, portanto, inacabada, permite ao pesquisador novas descobertas, sejam elas nas diferentes formas de obter os dados empíricos ou de interpretá-los. Para responder às indagações que foram levantadas no decorrer da pesquisa, fez-se necessário o cumprimento de várias etapas, as quais aconteceram de forma individual ou simultânea. Entre os procedimentos teórico-metodológicos, podem ser destacados os seguintes: inicialmente, foi realizado o levantamento bibliográfico, que foi indispensável para a construção da revisão da literatura, momento de maturação do tema, para ser trabalhado de forma compreensível e clara. As consultas foram feitas em material impresso e digital, como livros, artigos de revistas e produções acadêmicas – como teses e dissertações que se encontram disponíveis no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Também foram feitas consultas na Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe (BICEN).

Na segunda etapa, foi feita uma coleta de dados secundários junto aos órgãos públicos que se encontram em plataformas digitais, como: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Ministério de Desenvolvimento Agrícola (MDA), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Censo Agropecuário. Sempre se teve em vista que qualquer procedimento de análise implica levantamento de informações disponíveis, sejam elas relacionadas ao referencial teórico-metodológico ou à disponibilidade de dados.

A terceira etapa foi a pesquisa de campo que aconteceu de forma direta com os atores sociais, os (agricultores familiares); foi realizada utilizando-se o método da amostragem,

procedimento esse cuja escolha aconteceu de forma aleatória. Foram aplicados os questionários em diversos povoados, entre eles: Agrovila, Barro Preto, Serra, Bom Jardim, Zanguê, Lagamar, Itapecuru, Adique, Merém e Poço Terreiro. As informações concedidas pelos agricultores permitiram fazer uma análise do modo de reprodução das famílias de agricultores rurais. Essa etapa foi desenvolvida através da aplicação de questionário semiestruturado, com perguntas abertas e fechadas (Apêndice A). As perguntas fechadas estão relacionadas à estrutura da família, aos dados sobre a propriedade e à composição da renda familiar.

As perguntas abertas, por sua vez, foram criadas para que os agricultores falassem de forma livre sobre as informações da família e sua perspectiva de futuro, como também sobre as estratégias que eles estão utilizando para obter melhores condições de vida. As respostas possibilitaram o cruzamento das informações e permitiram alcançar os resultados contidos nesta pesquisa, que tem caráter qualitativo-quantitativo.

Na última etapa, de posse dos dados coletados, os questionários foram transcritos e analisados para extrair todas as informações para a construção deste trabalho; na sequência, foram transformados em gráficos, tabelas e quadros, além da utilização de imagens que foram feitas através de registros fotográficos e cuja utilização se faz necessária de forma ilustrativa para se ter uma maior dimensão do objeto de estudo e atender às exigências estruturais da construção da dissertação.

Este estudo foi estruturado em dois capítulos e as considerações finais: a introdução, nela foram apresentados o objetivo proposto e o caminho trilhado para alcançá-lo; além dos resultados da pesquisa, foi mostrado também a relevância do trabalho, a metodologia utilizada e as etapas traçadas para a construção deste estudo como um todo, também apresenta a forma como foi estruturada a dissertação.

O capítulo um trata de uma discussão dos elementos conceituais e teóricos da agricultura familiar, mostrando a trajetória percorrida pelo agricultor até conseguir o reconhecimento institucional e se firmar como uma categoria social, além de trazer uma discussão sobre o desenvolvimento rural e trabalhar com a categoria pluriatividade, conduzindo a temática por esse viés.

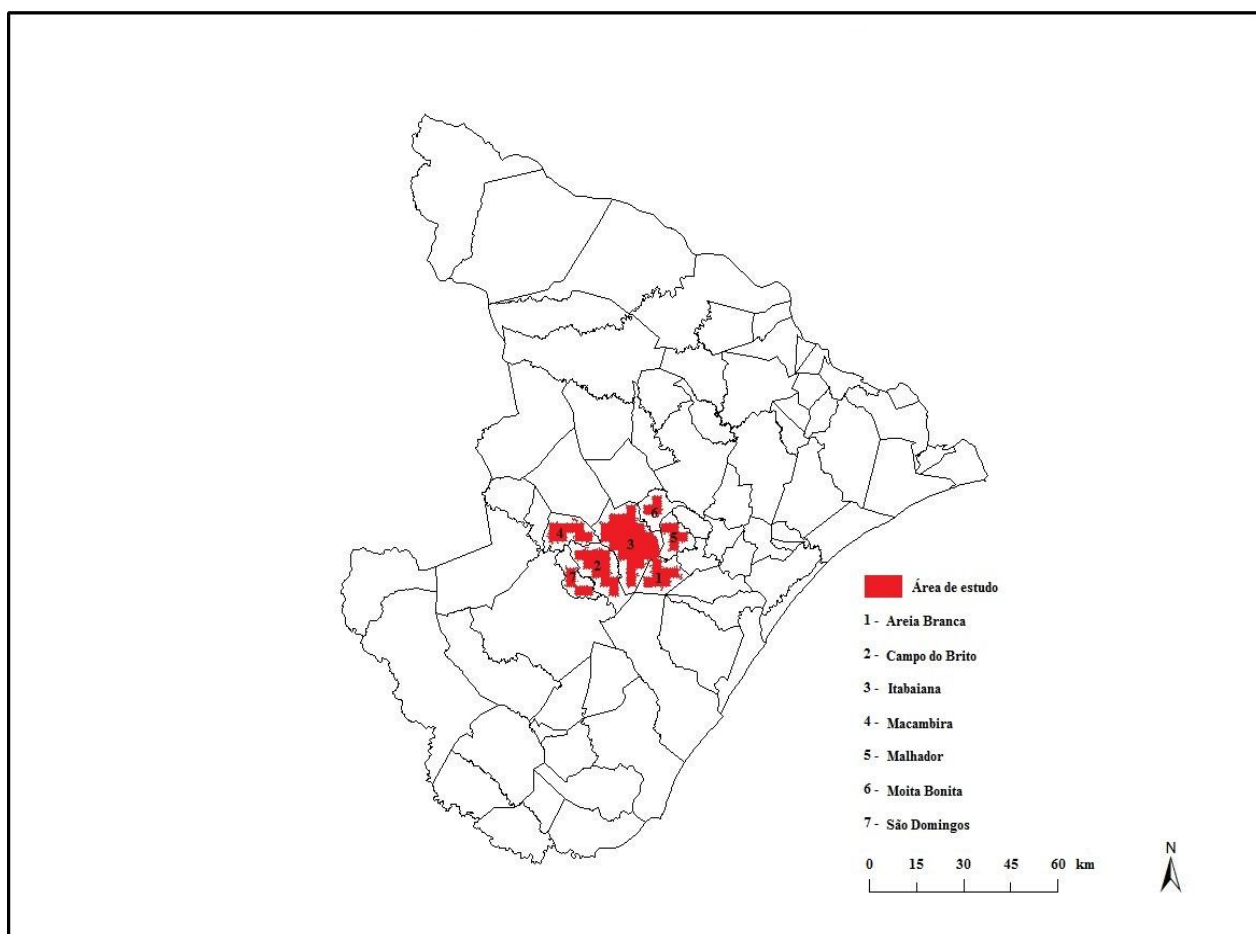
No capítulo dois, são mostrados os resultados alcançados através da pesquisa, com dados sobre o desenvolvimento rural na Microrregião do Agreste de Itabaiana; são apresentadas as potencialidades dos municípios que compõem a Microrregião, como também são trazidas

informações sobre o modo de vida das famílias dos agricultores e da importância da pluriatividade para o desenvolvimento das famílias rurais.

Todos esses procedimentos permitiram fazer uma análise sistematizada dos dados, além da construção dos gráficos; da tabulação de dados; do registro fotográfico e da concretização da parte final – a redação. Por fim, o trabalho chega à conclusão, que foi embasada nos resultados, sendo respaldada pelo conteúdo teórico-metodológico.

A Microrregião do Agreste de Itabaiana será tomada como objeto de estudo para analisar as transformações recentes no meio rural contemporâneo, com a pretensão de compreender a dinâmica geográfica da Microrregião, utilizando-se, para tanto, a pluriatividade como estratégia de análise para estudar a reprodução da agricultura familiar em diferentes contextos históricos, econômicos e sociais (Ver figura 1).

Figura 1: Mapa de localização da área de estudo.



Fonte: Retirado da Base Cartográfica do IBGE.
Organização: Franklin da Cruz e Cristina Teixeira, 2017.

A Microrregião do Agreste de Itabaiana tem uma área total que perfaz 1.103.397 km², com uma população total de aproximadamente 154.416 habitantes, segundo o Censo Demográfico (2010).

Está localizada em uma área de dobramentos e apresenta afloramentos do complexo granulítico - gnáissico, com destaque para um Domo dissecado de Itabaiana. Além de Serras residuais que são responsáveis pela caracterização da paisagem. A cobertura vegetal é típica de ambiente de transição entre o litoral e o sertão¹.

Está situada na Mesorregião do Agreste Sergipano, a qual é subdividida em sete municípios: Itabaiana, Areia Branca, Campo do Brito, Malhador, São Domingos, Moita Bonita e Macambira, sendo Itabaiana o município com maior destaque econômico.

Entre os municípios que fazem parte da Microrregião, Itabaiana é o que apresenta uma economia mais diversificada em relação aos demais e é também considerada o grande centro regional, além de que muitas atividades desenvolvidas ainda têm grande dependência da agropecuária. Por possuir uma base agrícola muito forte, é o maior abastecedor de gêneros agrícolas, tanto para a capital quanto para Estados vizinhos, como Alagoas e Bahia. Destaca-se principalmente na comercialização de gêneros agrícolas como: mandioca, inhame, batata-doce, milho, cebola, tomate, feijão e manga. A pecuária também tem peso significativo, porém menos importante que a agricultura, e, entre as criações, destacam-se: a criação de bovinos, suínos, muares, equinos e, principalmente, a criação de galináceos, essa é uma das criações recentes se comparada com as demais e atualmente é a mais rentável, uma vez que, além da venda para o abate, também tem grande produção de ovos que são comercializados principalmente na capital Sergipana. O comércio é desenvolvido, pois, além da indústria de pequeno e médio portes, a feira-livre, que é conhecida em todo o Estado, é também o ponto de compra e venda, já que nela podem ser encontrados, além dos gêneros agrícolas, produtos manufaturados e industrializados.

¹ Definição encontrada na Cartilha do Plano de Desenvolvimento do Território do Agreste Central de Sergipe, 2008.

1 ASPECTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DA PLURIATIVIDADE

Na década de 1960/1970, o governo adotou, como uma forma de expandir a agricultura, os pacotes tecnológicos. Teve início, então, a Revolução verde, um modelo de produção baseado no uso intensivo de defensivos químicos, agrotóxicos e fertilizantes sintéticos, e a agricultura passou a produzir em larga escala. Essa política pública foi capaz de mudar as bases produtivas do país. No entanto, essas mudanças não ocorreram de forma gradativa, rompendo com as formas tradicionais de plantar e rapidamente adaptando-se a um modelo “moderno”.

No final da década de 1980, cresceram as reivindicações no meio político, acadêmico e principalmente dos movimentos de massa que estavam crescendo e ganhando força popular. Em meio às reivindicações, o Estado começou a ceder às pressões, e a agricultura familiar voltou à pauta de discussões.

E, em 1996, através de decreto, criou-se o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), política pública que tem como objetivo aumentar a capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda.

Nessa mesma década, surgiu o debate sobre pluriatividade e sua capacidade de agir como um condutor do desenvolvimento rural. A pluriatividade refere-se a um fenômeno que pressupõe a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura, em uma mesma unidade de produção por indivíduos ligados por grau de parentesco e compartilhando o mesmo espaço de moradia e trabalho (SCHNEIDER, 2006).

A agricultura familiar passou, desde então, por várias mudanças até ser aceita como um possível agente de desenvolvimento; no âmbito das políticas públicas, passou a receber mais atenção do poder público, através de investimentos direcionados e pensados para cada região.

1.1 Agricultura na contemporaneidade

Nas décadas de 1960/70, a agricultura familiar era desacreditada pelo setor econômico, também era altamente dependente do setor urbano e do setor público. A agricultura familiar era discriminada, sinônimo de pobreza e atraso, não era vista como um projeto econômico viável e capaz de contribuir com o desenvolvimento da economia no país.

Era a indústria que recebia os maiores investimentos financeiros do setor público, o modelo de desenvolvimento brasileiro baseava-se no projeto urbano-industrial para desenvolver a economia. Não existia estímulo econômico por parte do poder público direcionado à agricultura familiar, por isso a falta de investimentos provocou a redução do número de agricultores ocupados, expropriou os pequenos agricultores e provocou um esvaziamento no campo.

Nesse período, aconteceu um grande fluxo migratório para as áreas urbanas, e as demandas saíam do campo para as cidades em busca de novas oportunidades. Isso ocasionou uma explosão demográfica nos grandes centros urbanos, uma vez que houve um deslocamento da pobreza do meio rural para as grandes cidades, provocando, assim, diversos problemas urbanos, como: falta de moradia, moradias precárias, falta de alimentação e mão-de-obra precária com baixos salários (SOUZA, 1997).

Existia uma supervalorização do urbano em detrimento do rural, e as políticas públicas eram pensadas e executadas visando a melhorias em todos os setores urbanos. Em contrapartida, as áreas rurais recebiam poucos investimentos do poder público. Além disso, as políticas públicas rurais eram direcionadas à agricultura de exportação. Desse modo, fica claro que existia uma intencionalidade do poder público em expandir economicamente a agricultura patronal.

A economia brasileira era “baseada no modelo do impacto urbano-industrial”, segundo Souza, para quem “Esse modelo considera, portanto, que o crescimento agrícola não provocaria efeitos visíveis sobre o crescimento urbano industrial (1997, p. 267). Assim, a agricultura familiar sempre esteve em segundo plano, haja vista que os recursos destinados à agricultura eram escassos, o que dificultava o acesso dos agricultores às políticas públicas rurais. Como consequência, o pequeno produtor rural não conseguia se inserir no processo de desenvolvimento, ficando sempre à margem.

Na década de 1990, ocorreram mudanças que foram possíveis de serem percebidas no âmbito da agricultura familiar brasileira. Parte dessas mudanças foi impulsionada pelos avanços técnico-científicos que a agricultura pôde experimentar, mas sobretudo pelo direcionamento e pela efetivação de políticas públicas destinadas ao meio rural com foco na agricultura familiar, na concepção de Pessôa, “A agricultura, como parte integrante do processo produtivo, não ficou fora desse fenômeno, principalmente no que se refere à produção e ao consumo” (2000, p. 95). Essas mudanças provocaram uma nova reestruturação nas áreas rurais, e esses espaços tiveram suas características alteradas, como o capital consegue penetrar em todos os setores da

sociedade no meio rural não foi diferente, visto que, por conta do avanço do capital, essas áreas sofreram alterações e perderam suas características essencialmente agrícolas, como havia sido no passado (SOUZA, 2015).

Na década de 1950, o governo brasileiro tinha adotado estratégias desenvolvimentistas que se baseavam na industrialização por substituição de importações, numa tentativa de minimizar as diferenças econômicas que afastavam o Brasil das grandes potências econômicas, por isso o Estado passou a se articular na tentativa de reduzir essas diferenciações. Entretanto, em 1960, essa estratégia fracassou, sendo um prenúncio de crise que se espalhava, pois o setor econômico já não suportava mais a pressão econômica do modelo adotado. Dessa crise surgiram pressões por parte de acadêmicos, representados por Celso Furtado, com a vertente “cepalina estruturalista”, por políticos como João Goulart e por movimentos sociais (Ligas Camponesas, União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag). Todos reivindicavam por reformas de base, sobretudo a reforma agrária (GRISA e SCHNEIDER, 2014).

Foi nesse período que surgiram as primeiras políticas públicas voltadas para a agricultura:

Argumenta-se que a agricultura precisava modernizar-se para cumprir suas funções no desenvolvimento econômico do País. O ajuste entre o setor da agricultura (“referencial setorial”) e a industrialização da economia do País (“referencial global”) passou a ser realizado por um conjunto de ações e políticas públicas, como crédito rural, garantia de preços mínimos, seguro agrícola, pesquisa agropecuária, assistência técnica e extensão rural, incentivos fiscais às exportações, minidesvalorizações cambiais, subsídios à aquisição de insumos, expansão da fronteira agrícola, e o desenvolvimento de infraestruturas. Por cerca de 20 anos, este foi o referencial setorial predominante que orientou as ações do Estado no setor agrícola e pecuário (GRISA e SCHNEIDER, 2014, p. 129).

Esse conjunto de políticas públicas não foi o suficiente para inserir os pequenos agricultores. Desse modo, não foi possível perceber grandes avanços na agricultura familiar, e quem pôde desfrutar desses investimentos foram os grandes empresários da agricultura comercial.

Somente no final da década de 1960 e início da década de 1970 foi possível a percepção de algumas mudanças no âmbito da agricultura, embora isso tenha ocorrido de forma bem tímida, “quando houve uma adoção do pacote tecnológico norte americano, denominado ‘Revolução Verde’. Essa política pública rural definiu mudanças na base produtiva do país,

com implementação de maquinaria, insumos, fertilizantes e defensivos químicos” (CARVALHO, 2010, p. 35).

Com a adoção dessa política pública, houve de fato uma ampliação significativa na produção agrícola, aumentando o número de gêneros primários exportado. Embora os números de grãos tenham crescido rapidamente, não foram suficientes para reduzir o número de famintos no mundo, proposta defendida pelos governantes para adoção dos pacotes tecnológicos. Por trás desse discurso, nota-se que existia uma intenção capitalista maior: o lucro através da expansão agrícola.

O modelo baseado no uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos na agricultura é um fato recorrente no meio rural brasileiro, e, mesmo nos dias atuais, são usados em larga escala e estão presentes na vida de muitos produtores em diversas áreas do mundo (ANDRADE e GANIME, 2007). O grande problema do uso dos defensivos químicos no Brasil está na naturalização do uso, levando ao equívoco de que o seu uso em larga escala é necessário para proteger as sementes, com raras exceções é que são abordados os impactos que podem provocar à saúde do ser humano e principalmente à do agricultor, que tem no seu dia a dia o contato bem próximo ao manusear esses produtos.

A Revolução Verde foi idealizada por instituições privadas norte-americanas, como a Rockfeller e a Ford, no final da segunda grande Guerra Mundial, visto que esse foi o momento em que a agricultura passou a ser vista como um novo setor capaz de ser explorado pelo capital. Teve sua aplicabilidade inicialmente nos Estados Unidos e posteriormente vendeu essa ideia para outros países, sendo que a maior adesão foi sobretudo dos países que ainda não tinham alcançado o desenvolvimento. É importante lembrar que, ao adotar os pacotes tecnológicos, também se fazia necessário adquirir maquinário pesado, como tratores e colheitadeiras. O pacote tecnológico, para ser utilizado, passava por diversas etapas da produção agrícola, desde o plantio até a colheita, uma vez que estava de uma ponta à outra do processo, finalizando, assim, o ciclo de inovações tecnológicas promovido pela Revolução Verde (ANDRADE e GANIME, 2007).

Com o advento da Revolução Verde, o setor agrícola brasileiro passou por um processo de modernização conservadora que “caracteriza o processo como a penetração do progresso técnico na unidade de exploração agrícola sem que houvesse qualquer fragmentação na estrutura fundiária nacional” (PIRES e RAMOS 2009, p. 416).

As mudanças não ocorreram de forma gradativa, foram impostas, e os agricultores tiveram dificuldades em se adaptar, na medida em que houve uma ruptura da forma tradicional de plantar. Os agricultores passaram a fazer o uso das tecnologias disponíveis para o campo, e essas inovações foram capazes de provocar mudanças no meio rural, criando um novo modelo de produção.

A agricultura era pouco desenvolvida, muito rudimentar e totalmente tradicional. Em pouco tempo, transitou e se adaptou do modelo tradicional para o “moderno”. Foi um período em que a produção cresceu expressivamente, aumentando a capacidade produtiva e melhorando significativamente a economia. Além disso, toda a tecnologia que foi aplicada impulsionou de forma revolucionária a agricultura, contribuindo, com isso, para o desenvolvimento de uma visão positiva em relação à agricultura.

Os avanços tecnológicos impulsionaram o desenvolvimento da agricultura e aumentaram a produção em larga escala, também contribuíram para o aumento da pobreza rural que se reflete nos dias atuais, visto que foi decorrente do aumento no número de pessoas que ficaram desempregadas no campo por conta das fortes intervenções tecnológicas. Para Schneider (2007), o desemprego rural é um dos principais fatores que rebatem de forma negativa diretamente na agricultura, provocando, consequentemente, a pobreza rural, além de expropriar os agricultores das áreas rurais, forçando-os a migrarem para as cidades em busca de oportunidades. Isso pode ser explicado da seguinte maneira: “Todo processo de desenvolvimento capitalista é, por si mesmo, contraditório: produz riqueza e miséria, como duas faces da mesma moeda” (GRAZIANO DA SILVA e KAGEYAMA, 1991, p. 154).

Alguns fatores também contribuíram para o esvaziamento das áreas rurais, como: a) A alta concentração de terras e da produção, sendo um dos grandes fatores responsáveis por expropriar das terras os pequenos agricultores e a população de baixa renda de áreas rurais, em geral isso ocorre para dar espaço à grande lavoura; b) A falta de incentivo financeiro por parte do Estado para a agricultura foi um dos fatores que contribuíram também para o esvaziamento das áreas rurais, pois os pequenos produtores rurais não conseguiam diversificar sua produção e tinham sempre uma baixa produção que normalmente estava ligada somente à agricultura de subsistência, deixando o agricultor fora do mercado comercial em uma competição desigual; c) A mecanização do campo, visto que, com a introdução das máquinas, reduziu-se o número de trabalhadores ocupados e, consequentemente, houve um aumento no número de desempregados, forçando essa população rural a ir em busca de trabalhos nas cidades atraídos pela oferta e garantia de um salário ao final do mês, daí as cidades passaram a ser um forte

atrativo a essa massa desempregada, pois, nessa época, o setor secundário e o terciário cresciam aceleradamente devido ao processo de industrialização no Brasil (PESSÔA, 2000).

A Revolução Verde conseguiu aumentar a produção, mas não foi o suficiente para reduzir a fome no mundo, pois os índices de desenvolvimento humano continuavam mostrando que a fome no mundo não tinha sido reduzida, e os países que aderiram à utilização de pacotes tecnológicos tinham suas produções destinadas exclusivamente à exportação de mercadorias para países ricos e industrializados, como Estados Unidos, Japão e todos os países que compunham a União Europeia. Assim,

Cada vez mais se passou a reconhecer que o modelo produtivista, próprio do modelo no qual se insere a agricultura moderna, não proporcionou a superação da pobreza das zonas rurais, nem proporcionou a melhoria da qualidade de vida das suas populações. A agricultura moderna também não levou à superação do problema da fome no planeta, apesar de ter havido a ampliação da oferta de alimentos, os problemas relacionados à sua distribuição perduraram e até se agravaram (HESPANHOL, 2008, p. 372-373).

No Brasil, desde o início da década de 1980 o processo de modernização reduziu muito e pode estar associado à crise econômica mundial e também à crises fiscais e econômicas que ocorreram no Brasil. Porém, isso seria insuficiente para barrar a agricultura em bases empresariais. Fica claro que a agricultura patronal ainda é hegemônica e fortemente ligada à agricultura empresarial, com destaque para as *commodities* agrícolas.

Em se tratando de agricultura nos dias atuais, “No Brasil o debate sobre agricultura familiar ainda é recente e não possui contornos definidos” (SCHNEIDER, 2009, p. 33). Há um certo reconhecimento de que esse debate é recente dentro da Ciência Geográfica; no entanto, nas demais ciências sociais que estudam o mundo rural, os pesquisadores se utilizam da noção de agricultura familiar desde a década de 1950.

Por isso, a utilização da noção de agricultura familiar ainda é controversa mesmo nos dias atuais, haja vista que os pesquisadores também não convergem na forma de utilização do termo. Talvez ainda haja pouca clareza analítica ou resistência ao uso de novos termos em detrimento da utilização de termos antigos que atualmente já não dão respostas à complexa realidade que é o espaço rural brasileiro. Isso dificulta o consenso entre o objeto que se pretende caracterizar ou os processos sociais e fenômenos empíricos a que se requer referenciar quando se utiliza essa noção (SCHNEIDER, 2009).

Essa incompreensão por parte de alguns pesquisadores a respeito da categoria analítica agricultura familiar se deve ao fato de eles entenderem que a agricultura familiar é uma categoria nova conceitualmente. Com firmeza, a autora Wanderley assegura que:

A agricultura familiar não é uma categoria social recente, nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na sociologia rural. No entanto, sua utilização, com o significado e abrangência que lhe tem sido atribuído nos últimos anos, no Brasil, assume ares de novidade e renovação (2001, p. 21).

O meio rural não é, portanto, estático e constantemente sofre modificações influenciadas por fatores internos e externos capazes de alterar a configuração espacial e cultural, o que torna a utilização da noção de agricultura familiar muito complexa e, por isso, difícil de aprisioná-la em um conceito. E as complexidades só aumentam, na medida em que surgem novas categorias e conceitos e são incorporados pelo conceito de agricultura familiar, a exemplo do novo agricultor, que agora é pluriativo.

Ao discutir as relações sociais no meio rural, é necessário entender as heterogeneidades, seja nas relações pessoais, culturais ou socioeconômicas. É necessário que haja clareza analítica para entender que nem todos os modelos de agricultura tratam de agricultura familiar. O meio rural atualmente está dividido, e a agricultura é considerada apenas um dos elementos responsáveis pela produção do espaço. A respeito desse assunto, o relatório do INCRA/FAO (2000) traz a seguinte definição sobre o agrário:

O universo agrário é extremamente complexo, seja em função da grande diversidade da paisagem agrária (meio físico, ambiente, variáveis econômicas etc.), seja em virtude da existência de diferentes tipos de agricultores, os quais têm interesses particulares, estratégias próprias de sobrevivência e de produção e que, portanto, respondem de maneira diferenciada a desafios e restrições semelhantes. Na verdade, os vários tipos de produtores são portadores de racionalidades específicas que, ademais, se adaptam ao meio no qual estão inseridos, fato que reduz a validade de conclusões derivadas puramente de uma racionalidade econômica única, universal e atemporal que, supostamente, caracterizaria o ser humano.

Ao analisar a agricultura familiar, é importante considerar a influência de elementos externos e internos, como o modo de vida dos agricultores, a ação de entidades locais e também as influências políticas e econômicas que extrapolam os limites da agricultura familiar.

Apesar dos avanços econômicos na agricultura, o desenvolvimento no campo não atingiu sua plenitude, por isso a vida rural brasileira ainda é muito dura, principalmente no

Nordeste brasileiro, onde existe uma intensa concentração de terras e o predomínio do grande latifúndio; em muitos lugares, a agricultura é feita sem planejamento, e as políticas públicas ainda são pouco atuantes. Também não se privilegiam políticas públicas direcionadas aos jovens, que acabam sendo penalizados, uma vez que lhes faltam oportunidades, e isso influencia na saída dos jovens do campo para as cidades, já que essas saídas provocam a perda dos que seriam os futuros agricultores:

No mundo rural brasileiro, formas semelhantes de exclusão social produziram, historicamente, efeitos devastadores sobre a própria identidade social daqueles que estão associados a outros modos de viver e de produzir no campo, distintos do modelo dominante. A pobreza que permanece no Brasil, tanto no campo como em suas áreas urbanas, não pode ser entendida como aquela que não foi atingida pelos processos de desenvolvimento. Ao contrário, ela é, fundamentalmente, uma pobreza gerada como consequência direta do modelo de desenvolvimento prevalecente na sociedade brasileira, cuja base é a histórica associação entre o capital e a propriedade da terra, e da forma como foi implantada no Brasil a moderna agricultura, centrada no enfoque setorial da modernização (WANDERLEY, 2007, p. 69).

A agricultura brasileira atravessou um caminho árduo até se firmar enquanto categoria analítica, além de ter tido um papel fundamental na sociedade e continuar tendo uma função social muito importante, o que difere é que no passado a agricultura familiar era entendida somente como agroalimentar, uma visão já superada por muitos autores.

Na concepção de Martins,

A agricultura tradicional brasileira nunca foi estritamente agrícola e continua não sendo. Não só porque inclui alguma atividade de criação de animais domésticos, como tradicionalmente inclui uma variedade até grande de atividades artesanais e semi-industriais que não representam pouca coisa nesse universo (2003, p. 163).

No passado, também não se discutia uma agricultura emancipatória, pois se tinha uma visão marginalizada sobre a agricultura, era, portanto, o sinônimo do atraso. Mas, aos poucos, essa visão simplista e de certa forma preconceituosa está se alterando, e, nos dias atuais, não dá para analisar o rural somente pela questão agrária.

A discussão atual gira em torno da capacidade de a agricultura familiar promover o desenvolvimento rural, sugerindo novos olhares, visões e, conseqüentemente, novas análises que emergiram a partir da formação de um “novo rural”. Tudo isso constituindo uma visão analítica sobre o papel da agricultura brasileira nas áreas rurais, à proporção que:

Pensar sobre as tendências do “novo mundo rural” requer que se volte o olhar para esta realidade que, ao mesmo tempo em que tem colocado uma classe da sociedade com o que há de mais moderno na agricultura e pecuária, contraditoriamente, deixa outra, como os agricultores familiares, ou seja, a maioria dos produtores rurais, cada vez mais distantes de tais inovações. É esta categoria que se apresenta cada vez mais próxima do limite de sobrevivência que, atualmente, tem merecido maior preocupação por parte das políticas governamentais, tendo em vista o desenvolvimento local sustentável no contexto de um “novo mundo rural”. Entretanto, é uma utopia buscar o desenvolvimento local sustentável quando refletimos sobre a idéia de que muitos agricultores familiares são privados até mesmo das condições dignas de sobrevivência (BALSAN, 2006, p. 125-126).

Durante décadas, a agricultura passou por constantes transformações que estão envolvidas no processo de modernização, seja por inserções de novas tecnologias agrícolas ou pela atuação de políticas públicas rurais, e até pelo surgimento de novas atividades não-agrícolas nos espaços rurais. No entanto, esse conjunto de ações ainda não foi suficiente para retirar muitos agricultores da linha de pobreza:

O novo padrão de desenvolvimento econômico tem demonstrado exclusão do homem do campo da geração de emprego, diminuição da renda, entre outros, ocasionando consequentemente, desordem no espaço rural, decorrente da competitividade do capitalismo. Dentro de uma ótica global, a modernização agrícola nos revela que, por meio dos processos históricos, a propriedade da terra foi sendo subordinada ao capital (BALSAN, 2006, p. 128).

Houve ganhos e avanços no processo produtivo que tiveram rebatimentos positivos na economia do país. Entretanto, isso não ocorreu de forma homogênea, somente os agricultores mais organizados tiveram a capacidade de se adaptar a esse novo padrão de agricultura.

Os efeitos nocivos da modernização conservadora se refletem de forma negativa na sociedade atual (Ver quadro 1). Houve uma quebra de valores culturais, pois o saber fazer do agricultor, que eram atividades desenvolvidas de geração para geração, acabou se perdendo por conta de uma adesão forçada a um novo padrão agrícola, mas também ocorreu uma supervalorização de uma região em detrimento de outra, aumentando assim as diferenças regionais.

Quadro 1 - Principais barreiras que explicam a diferenciação regional da modernização.

Barreiras	Principais características
Barreiras psicológicas	Avaliação que o agricultor faz do grau de riscos e incertezas que ocorrerão por conta da adoção da técnica moderna
Barreiras econômicas	A adoção de técnicas modernas depende do capital que o agricultor tem para investir
Barreiras culturais ou de informação	A falta de conhecimento ou a falta de cultura impedem ou dificultam a expansão da modernização

Fonte: Balsan (apud GERARDI, 1980).

Com a diferenciação regional, intensificou-se a pobreza regional sobretudo no Nordeste brasileiro, que foi considerado por décadas como a região problema do país, mas esses impactos foram além dos fatores econômicos. Também houve uma desvalorização cultural e uma ruptura com o tradicional: “Com a difusão da modernização, ocorre um processo de especialização da agricultura em escala nacional. Em algumas regiões desenvolveu-se e modernizou-se a produção de culturas que, embora presentes em economias familiares, são consideradas típicas de uma agricultura comercial” (BALSAN, 2006, p. 130).

O modo de fazer tradicional passou a representar o atraso, a agricultura era vista como falida, com pouca representatividade e baixas perspectivas de ascensão social. Essa visão também favoreceu a dissolução dos saberes tradicionais, pois a agricultura precisava se encaixar nos padrões, mas aos poucos e ao longo do tempo os saberes foram se perdendo, e a agricultura força a uma nova adaptação cultural.

Mesmo na sociedade atual, ainda há esse pensamento equivocado de mudanças a todo custo, sem levar em consideração os fatores culturais e ambientais, somente o que tem lucro torna-se importante. É o que afirmam Santos e Saquet:

Essas ações são direcionadas pelas questões econômicas e embora primem por mudanças, não respeite as dimensões culturais e ambientais e acabam por impor novas formas de produção, baseadas no uso intensivo de capital para aquisição de insumos químicos e de máquinas agrícolas, desconsiderando os conhecimentos adquiridos pelos agricultores (2010, p, 209).

Houve uma tentativa de firmar a grande produção monocultora como o único modelo de agricultura, visto que as políticas públicas sempre foram pensadas, executadas e direcionadas principalmente para a grande produção. Entretanto, a grande produção não foi capaz de produzir

alimentos suficientes para garantir a soberania alimentar dos brasileiros, uma vez que sua produção é destinada à exportação de grãos.

Já na década de 1990, a agricultura começa a tomar um novo rumo, e os financiamentos agropecuários se reestabelecem na segunda metade da década de 1990, quando os créditos de investimentos passaram a ser ministrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS) (Carvalho apud GONÇALVES, 2008, p. 38).

O Estado então passou a investir na agricultura, foi também nesse período que começaram os debates sobre viabilidade da agricultura familiar no Brasil, tanto nas esferas política, econômica e acadêmica.

Esses debates também contribuíram para a concretização e formulação de políticas públicas para o meio rural, tais como: Programa de Modernização da Frota de Tratores agrícolas e implementos associados a colheitadeiras (MODERFROTA); Programa de incentivo à irrigação e à armazenagem (MODERININFRA); Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais (MODERAGRO); Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de valor da Produção Agropecuária (PRODECOOP) e Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (CARVALHO, 2010, p. 38).

O Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi criado em 28 de junho de 1996, através do Decreto de nº 1.946, com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável dos agricultores familiares, proporcionando a capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda. Posteriormente, foi criado o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 25 de novembro de 1999, pela medida provisória nº 1.911-12, e sua última estrutura regimental foi definida pelo Decreto nº 7.255, de 4 de agosto de 2010. Ele tem como objetivo o reordenamento agrário e a promoção do desenvolvimento da agricultura familiar (PLANO SAFRA, 2013/2014).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) também teve papel fundamental, na medida em que o movimento reivindicava, pressionava e cobrava um posicionamento do governo, fazendo com que a força popular crescesse e ganhasse grande projeção nacional. O governo não viu outra saída senão atender a alguns pedidos da classe, mesmo não promovendo a reforma agrária que sempre foi o principal foco do MST: “O Estado no meio da difusa reivindicação, reconheceu a identidade social da agricultura familiar e a reconheceu como um projeto econômico viável” (MARTINS, 2003, p. 164).

O presidente da República em exercício, no uso de suas atribuições legais no art. 84, incisos VI da Constituição Federal, através do Decreto, criou o PRONAF como uma forma de atender às pressões populares. O objetivo dessa política pública de desenvolvimento rural fica explícita logo no primeiro artigo, podendo ser observado abaixo:

Art. 1º Fica criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda.

O PRONAF é o resultado da pressão exercida pelos movimentos sociais e pela Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) junto ao governo de Fernando Henrique Cardoso (CARVALHO, 2010). É uma política de crédito de custeio e investimento destinado à agricultura familiar e tem a finalidade de facilitar os insumos de novas tecnologias para os pequenos produtores rurais que se apresentem aptos ao programa. Em 24 de julho de 2006, promulgou-se a Lei da Agricultura Familiar (Lei nº 11.326), com ela a agricultura ganhou visibilidade e teve o merecido reconhecimento institucional como um trabalho. Com isso, foi se firmando como categoria social, tendo um peso importante na economia do país e sendo responsável pelos principais alimentos que compõem a cesta básica dos brasileiros. Segundo Mattei,

Do ponto de vista produtivo destaca-se a grande importância da agricultura familiar, com ênfase nas seguintes informações: 87% da produção total de mandioca; 70% da produção de feijão; 46% da produção de milho; 34% da produção de arroz; 38% da produção de café; e 58% da produção de leite. Além disso, os dados revelam que 59% do plantel de suínos; 50% do plantel de aves; e 30% do plantel de bovinos são de responsabilidade da agricultura familiar (2014, p. 77).

Portanto, é a agricultura familiar a responsável por levar grande parcela de alimentos para a mesa dos brasileiros, pois possui uma grande variedade agroalimentar, e a sua produção está voltada para o mercado interno: “Os programas brasileiros de combate à fome e promoção da segurança alimentar são hoje referência mundial. Se a fome não foi completamente eliminada, ela foi significativamente diminuída” (CAMARGO, BACCARIN e SILVA, 2016, p. 37).

A importância da agricultura familiar já não é mais questionável, está claro que ela é capaz de cumprir seu papel social. Foi por um longo tempo desacreditada e socialmente marginalizada para que conseguisse o reconhecimento institucional e se estabelecesse como uma categoria social, podendo se beneficiar com políticas públicas direcionadas para o meio rural.

Admitir que a agricultura familiar hoje tem papel fundamental na sociedade é também reconhecer que o modelo de agricultura ligada ao agrobusiness precisa ser rediscutido, pois não cumpre sua proposta social.

1.2. Pluriatividade na agricultura

Durante décadas, o conceito de camponês norteou os trabalhos acadêmicos, com análises sobre o campesinato brasileiro. Esse conceito teve muita aceitação e ainda é utilizado nos trabalhos acadêmicos brasileiros, contudo não tem a mesma força que teve na década de 1950, quando surgiram os primeiros movimentos de luta pela terra e se intensificaram na década de 1980, no auge das ocupações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), as quais tinham como objetivo forçar o governo a fazer a reforma agrária. Nesse período de instabilidade política e econômica, o foco das discussões acadêmicas girava em torno de uma possível exclusão ou integração dos camponeses ao capital (OLIVEIRA, 2003).

Com o propósito de analisar o meio rural brasileiro na contemporaneidade, o autor discorre sobre a utilização do conceito de camponês:

Atualmente, os estudos sobre o meio rural deixaram de recorrer ao conceito de campesinato, passando a direcionar suas análises na utilização da noção de agricultura familiar e também pequeno produtor. Para alguns autores, essas noções são usadas para designar, normalmente, agricultores que se profissionalizaram e se integraram ao mercado e à sociedade envolvente, tendo pouca ou nenhuma semelhança com o conceito de camponês, já que perderam os traços definidores dos camponeses (OLIVEIRA, 2003, p. 30).

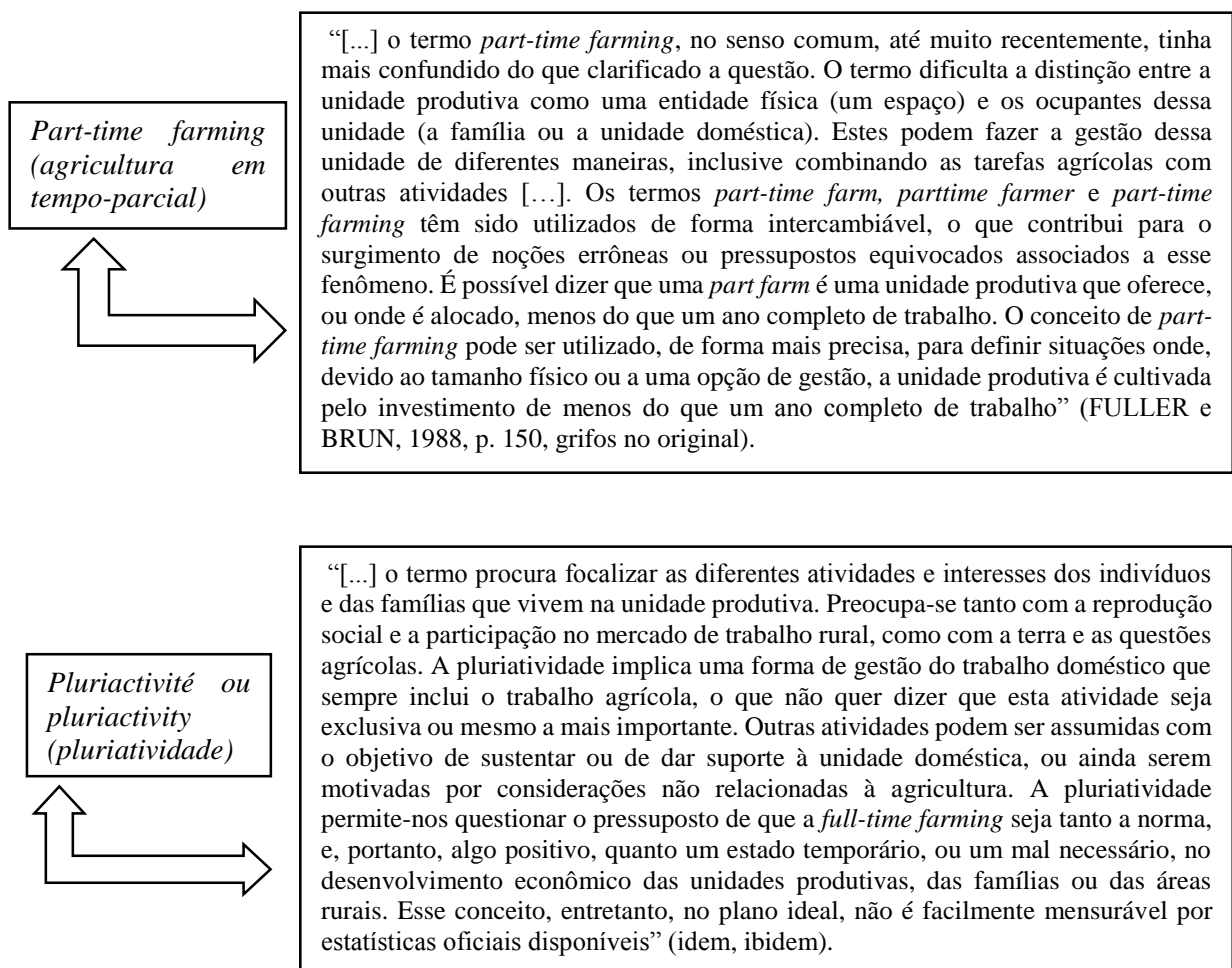
O meio rural não é estático e passa por constantes mudanças ao tempo em que vai sofrendo intervenções capitalistas, pois, com os novos arranjos, se fazem necessárias novas análises. Dessa forma, surgem os novos conceitos ou a ressignificação de conceitos existentes.

Um fenômeno atual de aspecto relevante e pouco discutido dentro da Geografia é a pluriatividade (MENDES, 2015).

O debate sobre pluriatividade ocorreu inicialmente nos países de capitalismo avançado, sobretudo nos Estados Unidos e na Europa. *Part-time farming* e *full time farming* eram os termos utilizados nos EUA para explicar a diversificação das atividades agrícolas, enquanto *Pluriactivité* ou *pluriactivity* eram usados na França.

Essas diferenciações provocaram distorções semânticas e conceituais. No Brasil, o termo pluriatividade começou a ser usado para explicar as (pluri)atividades/várias atividades realizadas no meio rural que podem ser agrícolas ou não-agrícolas.

Diferenciações conceituais dos termos *part-time farming* e *pluriactivité* ou *pluriactivity*.



Fonte: Com base em Fuller e Brun (apud SCHNEIDER, 2003, p. 103).
Organização: Cristina Teixeira, 2017.

No Brasil, o debate sobre pluriatividade surgiu somente no final da década de 1980, de forma bem pontual, concentrando as pesquisas no Sul do país, sendo Schneider um dos pioneiros a direcionar suas pesquisas no estudo sobre pluriatividade rural. Em 1990, essa temática ganhou destaque, e a pluriatividade passou a ser discutida tanto no meio acadêmico quanto no político.

Sobre esse fenômeno, Rocha argumenta que:

As transformações que ocorreram no campo, nos anos de 1980, levaram os estudiosos das ciências sociais a investigar a disseminação da diversificação das atividades e fontes de renda dentro das propriedades rurais. Tal fenômeno ficou conhecido como pluriatividade (2016, p. 63).

Ainda nessa mesma década, Graziano da Silva coordenou o Projeto Rurbano², esse projeto envolveu um grande número de pesquisadores de todas as regiões do Brasil. O foco dessa pesquisa era analisar as transformações recentes no meio rural. Entretanto, nesse mesmo estudo, foi possível verificar que os empregos em atividades não-agrícolas em áreas rurais estavam crescendo mais que o emprego em atividades essencialmente agrícolas, em áreas rurais.

O Projeto Rurbano trouxe a público dados que despertaram a curiosidade de alguns pesquisadores que se debruçaram na investigação desse novo fenômeno. A partir desse ponto, surgiram leituras que se propuseram a analisar o “Novo Mundo Rural”, moderno e com técnicas agrícolas inovadoras.

A modernização da agricultura provocou profundas transformações na estrutura agrária fundiária do Brasil, uma vez que “Alterou as relações de trabalhos no campo e também modificou a forma de organização da agricultura familiar” (ROCHA, 2016, p. 63).

Diversos fatores foram e são determinantes para a existência da pluriatividade, é necessário analisar um conjunto de variáveis tanto externas quanto internas, mas, sobretudo, a dinâmica da família e dos membros que a compõem, esse é talvez um dos aspectos mais relevantes. Analisar somente pelo lado econômico pode levar ao equívoco de achar que a

² Projeto liderado por Graziano da Silva e composto por um grupo com mais 11 pesquisadores de diferentes regiões, como Sul, Sudeste, Nordeste e o Distrito Federal. O objetivo era analisar as transformações do meio rural brasileiro.

pluriatividade só existe frente à pobreza rural e que, tão logo a vida dos agricultores melhore, ela pode deixar de existir.

Schneider chamou a atenção em artigo publicado na *Revista Agrícola* para um capítulo publicado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), que menciona a importância das atividades não-agrícolas para a reprodução das famílias de agricultores rurais que se encontram em grande crescimento em detrimento das atividades agrícolas. A seguir, apresenta-se um resumo do trecho do relatório publicado:

O relatório sobre o emprego de 2005 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) dedica um capítulo especial à agricultura e às políticas de redução da pobreza rural, destacando que, tanto o incremento da produção de alimentos quanto a geração de ocupações não agrícolas, devem ser consideradas estratégias complementares. O relatório da OIT considera que as atividades não-agrícolas são capazes de promover e incrementar o bem-estar e a qualidade de vida rural em vários sentidos, bem como ajudar a reduzir o desemprego e a estacionalidade (sazonalidade) das ocupações, diminuir a pressão sobre a migração rural-urbana e permitir o acesso a bens, alimentos e serviços. (...). Nas recomendações de políticas, o relatório indica que “as atividades não-agrícolas devem ser fomentadas como fonte adicional de criação de empregos, auxiliando como mecanismo de redução da pobreza no setor agrícola (SCHNEIDER, 2007, p. 17).

Schneider (2009) faz um resgate histórico acerca da pluriatividade, buscando argumentos que mostram que a pluriatividade é um fenômeno antigo, e, para tanto, o autor recorre aos autores clássicos Kautsky e Chayanov para reforçar seu argumento. Faz uma observação relevante quando se refere à pluriatividade, afirmando que o termo “pluriatividade” é considerado relativamente novo e pouco explorado no Brasil. Entretanto, sua prática é antiga e sempre existiu nos espaços rurais, uma vez que o agricultor, mesmo exercendo atividades ligadas à terra, sempre praticou outras atividades que podiam ser relacionadas ou não à agricultura, podendo ser realizadas simultaneamente.

São atividades consideradas complementares, mas a agricultura continua sendo a principal atividade, somada a outra(s) atividade(s) que não seja(m) necessariamente ligada(s) à agricultura. Algumas atividades normalmente são exercidas quando não há muito trabalho, e o tempo ocioso lhes permite disponibilidade para exercer outras funções nos períodos geralmente provocados por intempéries da natureza, estiagens, ausência de precipitação ou infestação de pragas na lavoura.

Sobre o conceito de pluriatividade, existe uma imprecisão: os pesquisadores não entram em consenso sobre sua definição. E esse talvez seja um dos grandes problemas acerca de um melhor entendimento do que venha a ser a pluriatividade. De acordo com Lopes,

Ainda que a utilização da noção de pluriatividade apresente algumas dificuldades à sua formulação, o debate teórico aponta para um novo fenômeno em curso na agricultura. Na realidade, esta noção engloba categorias e processos sociais distintos que respondem a diferentes questões que são historicamente datadas, apreendendo uma multiplicidade de formas de trabalho e renda nas unidades agrícolas. No entanto, pensar a agricultura familiar através da noção de pluriatividade implica a possibilidade de ampliar o foco de análise, incorporando as novas relações entre o rural não-agrícola e a agricultura, a partir da observação e análise da família (2009, p. 03).

A pluriatividade implica a ideia de junção de atividades, entre duas ou mais atividades, sendo que uma das atividades majoritariamente é a atividade agrícola, mesmo porque só existe pluriatividade rural nessas condições. Neste trabalho, portanto, será usada a definição de pluriatividade utilizada por Schneider. Sobre o conceito, o autor discorre que:

A pluriatividade refere-se a um fenômeno que pressupõem a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura, em uma mesma unidade de produção por indivíduos que pertencem a um grupo doméstico ligado por laços de parentesco consanguinidade (filiação) entre si, podendo a ele pertencer, eventualmente, outros membros não consanguíneos (adoção), que compartilha entre si um mesmo espaço de moradia e trabalho (não necessariamente em um mesmo alojamento ou habitação) e se identificam como uma família. A interação entre atividades agrícolas, para-agrícolas e não-agrícolas gera a pluriatividade, que tende a ser mais intensa à medida que mais complexas e diversificadas forem as relações entre os agricultores e o ambiente social e econômico em que estiverem situados. Portanto, a pluriatividade é heterogênea e diversificada e está ligada, de um lado, às estratégias sociais e produtivas que vierem a ser adotadas pela família e por seus membros e, de outro, sua variabilidade dependerá das características do contexto ou do território em que estiver inserida (SCHNEIDER, 2006, p. 02).

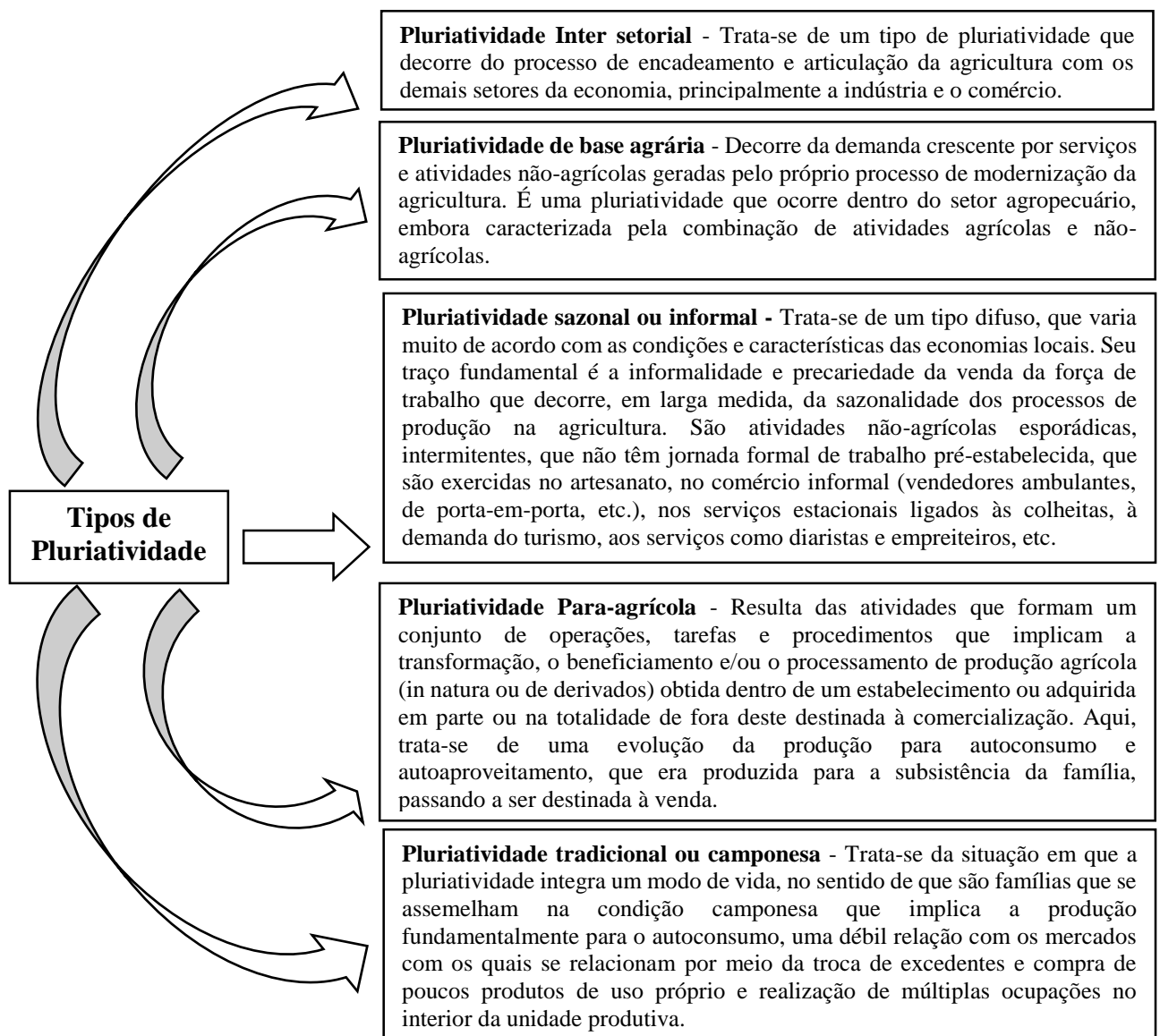
Na visão de Del Grossi e Graziano, por sua vez, a definição de pluriatividade tem maior abrangência:

O conceito de pluriatividade permite juntar as atividades agrícolas com outras atividades que gerem ganhos e não monetários, independente de serem internas ou externas à exploração agropecuária. Para isso permite considerar todas as atividades exercida por todos os membros dos domicílios, inclusive as ocupações por conta própria, o trabalho assalariado e não assalariado, realizados dentro e/ou fora das explorações agropecuárias. Desse modo, o conceito de agricultura a tempo parcial fica contido dentro do conceito de pluriatividade (1998, p. 636).

A respeito do conceito de pluriatividade, ficou claro que não existe rigidez na definição. Além disso, alguns autores ainda cometem equívocos conceituais ao abordarem a pluriatividade como agricultura de tempo parcial. A falta de um conceito claro é universal para a pluriatividade, conduzindo alguns pesquisadores a equívocos, pois cada um utiliza o conceito que se adeque melhor à realidade estudada por cada pesquisador.

De acordo com Schneider, existem cinco tipos diferentes de pluriatividade, desde a mais tradicional – que não está integrada ao mercado – à mais moderna, que está integrada ao mercado e sua produção tem objetivos mercantis, como pode ser visualizado na sequência:

Cinco tipos de pluriatividade

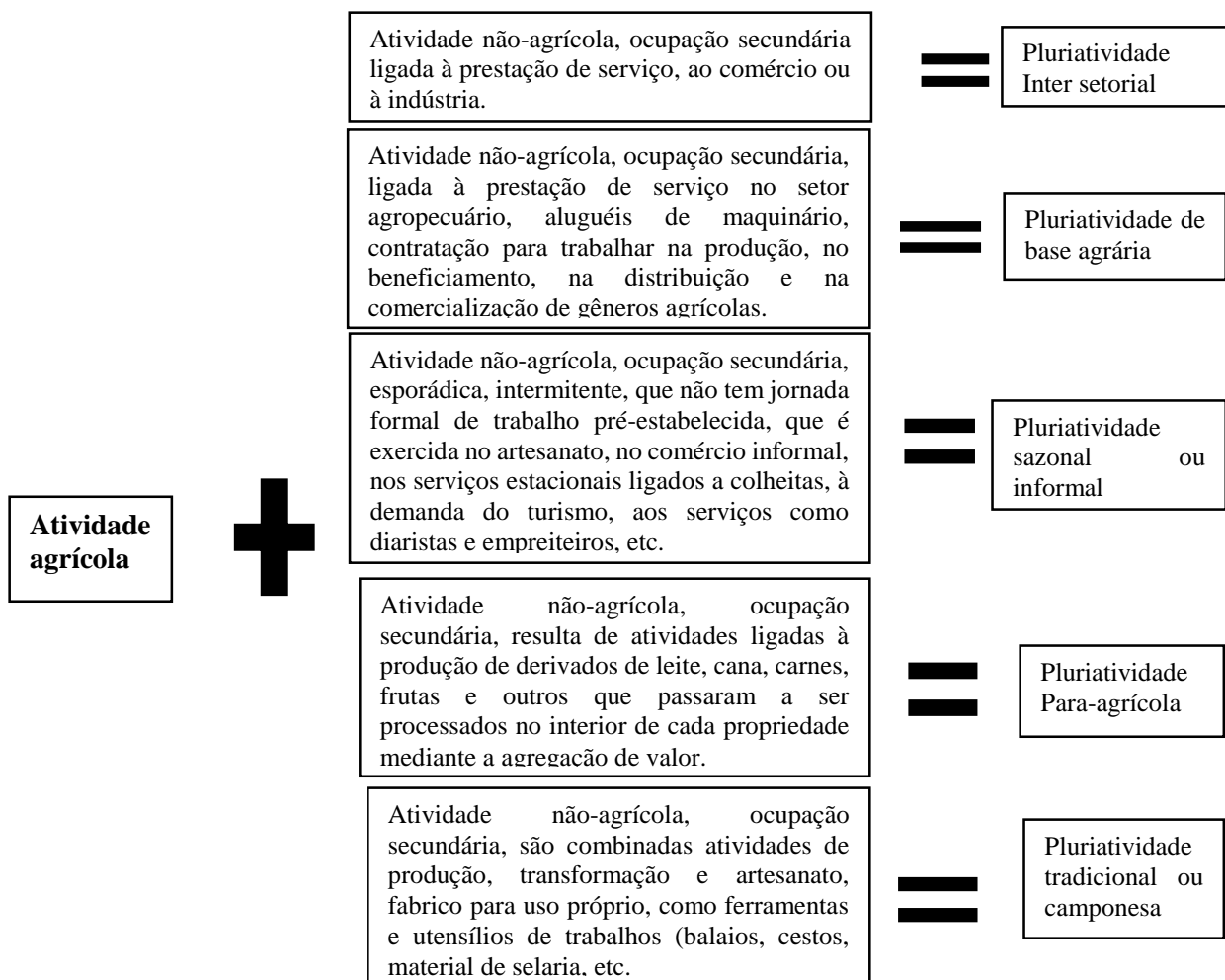


Fonte: Com base em Schneider (2003, p. 08-11).
Organização: Cristina Teixeira, 2017.

Apresentados os cinco tipos de pluriatividade, fica claro que a segunda atividade desenvolvida por algum membro da unidade familiar define o tipo de pluriatividade, sendo necessária a identificação da segunda atividade para entender a organização de cada núcleo familiar. Nas palavras de Schneider (2003, p. 03),

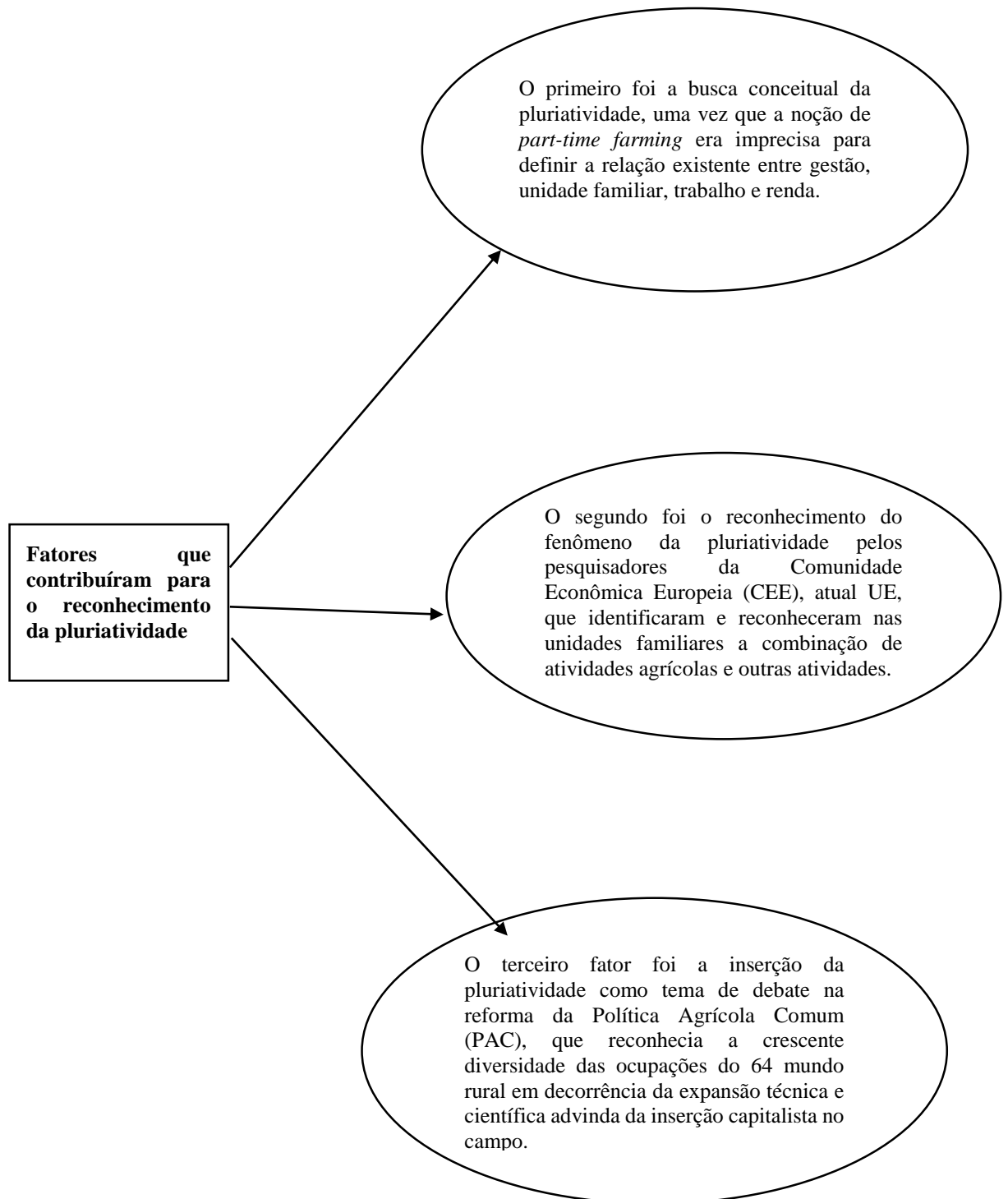
A referência as várias (pluri) atividades requer uma definição. Portanto, uma atividade consiste na execução de um conjunto de tarefas, procedimentos e operações de caráter produtivo e laboral, tais como, plantio, manejo, colheita, preparação, organização, beneficiamento, etc. A atividade agrícola, ou simplesmente a agricultura, compreende uma miríade diversificada e complexa de tarefas, procedimentos e operações que envolvem o cultivo de organismos vivos (animais e vegetais) e o gerenciamento de processos biológicos dos quais resultam a produção de alimentos, fibras e matérias primas. Em função desta diversidade e complexidade torna-se difícil e muito relativo definir onde começa e termina uma atividade agrícola, pois nem sempre estas atividades são realizadas no interior ou confinadas a um único estabelecimento.

Tipologia das atividades exercidas como ocupação secundária.



Fonte: Com base em Schneider (2003).
Organização: Cristina Teixeira, 2017.

Fatores decisivos para que a pluriatividade tivesse o reconhecimento por pesquisadores, abaixo foram elencados três principais fatores que tentam explicar a noção de pluriatividade e que contribuíram para o reconhecimento da pluriatividade como categoria de análise.



Essas diferenciações ocorreram por não existir uma definição clara acerca dos conceitos, assim a pluriatividade passou a compreender as multiplicidades de formas de trabalho que provocaram uma reestruturação dos espaços rurais e o surgimento de novas ruralidades. Passou-se a entender, também, as multiplicidades de trabalhos, como as diferentes formas de atividades agrícolas ou não-agrícolas, dentro ou fora da propriedade, sejam elas remuneradas ou não (PASSOS, 2009).

Segundo Schneider,

A pluriatividade refere-se a um fenômeno que se caracteriza pela combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família. Desse modo, a pluriatividade é, ao mesmo tempo, causa e efeito das atividades não agrícolas. Por isso, insiste-se que não se deve confundir as atividades não agrícolas com a pluriatividade, pois esta decorre das decisões, das estratégias dos indivíduos e das famílias rurais que podem ou não optar pela combinação de mais de um tipo de trabalho (2007, p. 16).

A pluriatividade surge como uma alternativa para os agricultores e suas famílias que buscam novas atividades que possam melhorar a renda da família. Além disso, a pluriatividade atribuiu novas funções ao espaço rural, que, além de território da produção agrícola, também passaria a ser um espaço multifuncional (SCHNEIDER, 2007, p. 22).

Nesse sentido, a pluriatividade é fundamental para analisar a realidade contemporânea no meio rural, pois o crescimento do emprego não-agrícola isoladamente pode provocar, a médio ou longo prazo, a redução das atividades agrícolas e a proletarização da mão-de-obra familiar. É, portanto, uma das possíveis alternativas para garantir a melhoria da renda dos agricultores rurais, além de fixar as famílias de agricultores nos núcleos rurais, estimulando a ampliação de atividades que podem proporcionar desenvolvimento das áreas rurais.

A análise empírica da realidade pesquisada pode contribuir também para o desenvolvimento da agricultura familiar em regiões historicamente excluídas pelas políticas agrícolas. Para Schneider, a pluriatividade é uma das possibilidades de futuras mudanças no meio rural, além de que

A pluriatividade deve estar relacionada com sua capacidade de apresentar-se como alternativa a alguns dos principais problemas que afetam as populações rurais, como a geração de emprego, a melhoria das rendas, a redução da vulnerabilidade social e

produtiva, o êxodo dos jovens e a promoção de mudanças nas formas de gestão interna das unidades familiares (2007, p. 22).

Assim, para Schneider (1994), a pluriatividade deve ser entendida como um condutor no desenvolvimento rural que proporciona as condições necessárias para garantir a melhoria da renda dos agricultores, além de estimular a fixação das famílias de agricultores nos núcleos rurais e também contribuir para a redução dos impactos ambientais causados pela agricultura praticada sem planejamento.

Para Schneider (2007), a pluriatividade no meio rural poderia ser fortalecida por ações do Estado, como a ampliação de políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar. Espera-se que ações possam contribuir para a erradicação da pobreza rural, e os agricultores saiam do quadro de vulnerabilidade e consigam se reproduzir socioeconomicamente.

Nas palavras de Mendes (2012), as políticas públicas têm papel dinamizador das potencialidades do agricultor, pois,

Apesar da versatilidade do agricultor familiar em desenvolver estratégias de reprodução familiar em diferentes situações naturais e sociais, as políticas públicas devem ser planejadas de forma a estimular o potencial produtivo e a geração de renda para a unidade familiar. Nestes termos, no momento em que o agricultor se reconhece como ator social e/ou como sujeito ativo do processo, assim como os demais atores sociais e os planejadores de políticas públicas para o meio rural, torna-se importante reconhecer a agência como elemento dinamizador e transformador, mas com a cooperação das instituições políticas para o meio rural (2012, p. 139).

Durante a década de 1980, o Brasil apresentava um panorama de instabilidade econômica, e, somente no ano de 1994, a economia voltava a ser posta nos trilhos e começava a se reestabelecer. A década seguinte, 1990, foi, por sua vez, o período da “revolução tecnológica”, da expansão dos meios de comunicação, isto é, a era da globalização. De acordo com Mendes,

Houve intensa modernização da agricultura, principalmente nas áreas de concentração industrial, pois a má distribuição da indústria e do capital contribuiu para a mecanização do campo desigual da agricultura e afetou a renda dos agricultores rurais. Desse modo, milhares de pequenos e médios agricultores, que trabalhavam a terra com suas famílias, seriam excluídos do processo, forçando os mesmos a deslocarem-se para as cidades (2012, p. 76-77).

Nota-se, com isso, que pluriatividade não pressupõe o fim das atividades agrícolas, mesmo porque só existe pluriatividade com o desenvolvimento de duas atividades simultaneamente, sendo a produção agrícola a principal atividade somada à outra, secundária, que pode estar ligada ou não à agropecuária.

A pluriatividade talvez seja um novo paradigma que esteja em curso como forma de minimizar os problemas rurais decorrentes de uma modernização conservadora, a qual foi responsável por excluir os agricultores mais pobres das áreas rurais. Por conta de uma modernização excludente, os agricultores aprenderam a traçar estratégias de sobrevivência, entre elas a migração das áreas rurais para buscar oportunidades nos centros urbanos, além do assalariamento em trabalhos temporários ou sazonais, entre outras. Nesse contexto de exclusão social e impossibilidade de acesso às políticas públicas, os agricultores buscaram novas formas de atividade que pudessem gerar lucro e renda e, assim, garantir o sustento da família, incluindo-a socialmente.

Num primeiro passo, é necessário entender que existem diversos mecanismos que podem contribuir para dinamizar as áreas rurais. A inserção de outras atividades que se apresentavam como típicas das zonas urbanas provocou uma reestruturação das áreas rurais, minimizando a dicotomia que existe entre o rural e urbano. Logo, a pluriatividade sozinha não é capaz de resolver todos os problemas inerentes à reprodução das famílias rurais. Mas é possível entendê-la como uma das alternativas a médio ou longo prazos de desenvolvimento rural.

A proposta não é fazer apologia ao fim das atividades rurais, mesmo porque só existe pluriatividade com o desenvolvimento de duas atividades concomitantemente, sendo a produção agrícola a principal delas. Portanto, a pluriatividade é uma possibilidade de inserção do agricultor, ainda que alguns ainda sejam excluídos do processo de desenvolvimento.

1.3 Desenvolvimento rural

Desenvolver, em tradução livre, significa fazer crescer, progredir, melhorar, para alcançar o desenvolvimento (SACCONE, 1996). Além disso, para esse estudioso, “Em grego, natureza – *physis* – deriva etimologicamente do verbo *phuo*, que significa crescer, se desenvolver”. Para alguns filósofos gregos, a “natureza representava constante desenvolvimento” (FAVARETO, 2007).

O desenvolvimento é um conceito polissêmico com grande amplitude semântica e que se encontra em constante evolução. À medida que a sociedade passa por transformações, o conceito também vai sofrendo alterações.

Sobre o conceito de desenvolvimento Alcantara discorre que:

Retomar as diversas reflexões sobre o conceito de desenvolvimento é de fato um desafio, dada a grande complexidade que envolve esse conceito. Inicialmente optou-se em buscar a etimologia da palavra que, de maneira objetiva tem o prefixo da negação (des) que já remete a pensar, pois propõe descobrir algo que ainda está dentro, envolvido, protegido; ou seja, é tirar do invólucro. Enquanto que, o sufixo mento relaciona-se com a ação. E ainda, compreende-se desenvolvimento como fazer crescer, aumentar as faculdades intelectuais (2013, p. 43).

No Brasil, durante o governo de Getúlio Vargas, foi adotado um conjunto de medidas baseadas em políticas desenvolvimentistas que visavam a construir um estado forte e interventor. Nesse mesmo período, a sociedade pôde vivenciar um “Estado Novo”, período de incentivo à indústria, com a criação da Petrobrás, em 1953. O presidente regulamentou os direitos trabalhistas através da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), além de ter apoiado os cursos técnicos: “Empregou em alguns períodos o conceito de desenvolvimento relativo a aspectos da economia e das chamadas políticas de intervenção” (ALCANTARA, 2013, p. 43). No entanto, esse conjunto de medidas que foram adotadas baseadas no desenvolvimento urbano foram insuficientes para que houvesse um real desenvolvimento.

Em 1955, Juscelino Kubitschek ganhou as eleições para presidente da República, o *slogan* de sua campanha era: O país precisa desenvolver “50 anos em 5”. Com o discurso desenvolvimentista e uma política progressista, ele pôde pôr em prática o desejo de desenvolver as regiões interioranas e promover uma integração em todo o país, construiu Brasília e houve um deslocamento da capital do país. O mandato de JK foi considerado os anos “dourados”, período de desenvolvimento econômico e de “relativa” estabilidade econômica. Ele abriu o mercado brasileiro para o recebimento de capital estrangeiro, provocando um aumento no percentual de inflação e da dívida externa. Posteriormente, no governo de João Goulart (Jango), tentou-se, por diversas vezes, promover a reforma agrária, mas, além de ter sido impedido, sofreu o golpe dos militares.

Com o golpe militar de 1964, deu-se início ao regime militar, esse período estendeu-se de 1964 a 1985, tendo representado o retrocesso à democracia. Economicamente, o país estava crescendo assustadoramente com a política de desenvolvimento adotada pelos militares,

baseada em investimentos internos e grandes volumes de empréstimos vindos do exterior. Criou-se uma base de infraestrutura que gerou empregos e executou obras significantes, como a Rodovia Transamazônica e a Ponte Rio-Niterói. Mas não havia preocupação com a melhoria das condições de vida do conjunto da população (SOUZA, 1997). Com a falta de gestão e planejamento dos governos militares que se sucederam no poder, o desenvolvimento à custa de empréstimos contribuiu para o aumento da inflação e da dívida externa, por isso o país entrou no período de recessão.

A década de 1960 foi o período em que surgiram as primeiras tentativas de desenvolvimento rural na América do Sul, continente que reunia o maior contingente de pobres e miseráveis no mundo, sobretudo nas áreas rurais. Vários fatores foram responsáveis por estagnar as inúmeras tentativas de promover o desenvolvimento, uma vez que as propostas de desenvolvimento eram homogêneas para populações heterogêneas, além de possuírem pouca flexibilidade para se adequar às mudanças. Não havia a participação das pessoas, eram projetos verticalizados impostos de cima para baixo e com forte dependência do capital externo.

O Brasil dos anos 1960 era predominantemente rural, com intensa concentração de terra. Como as tentativas de desenvolvimento rural nessa época não surtiram muito efeito, surgiram os primeiros movimentos populares, os quais pressionavam para que a reforma agrária fosse efetivada. Para os apologistas da reforma agrária, ela era vista como uma via de desenvolvimento, uma vez que, somente através da reforma, seria possível resolver os problemas das áreas rurais.

O Estado estimulou as políticas de crédito, investiu em assistência técnica, no uso de maquinários e insumos, investiu em mecanismos que pudessem reduzir o tempo de trabalho, mas aumentassem a produção e o lucro. Porém, esses mecanismos foram insuficientes para alterar a estrutura fundiária, dificultando historicamente que de fato houvesse uma reforma agrária justa. O golpe político-militar de 1964 representou, portanto, um retrocesso, destruindo a incipiente democracia e barrando as reformas sociais previstas por João Goulart. Em outras palavras,

A década de 1960 foi marcada por um contexto de forte instabilidade política, que resultou no Golpe Militar articulado pelas forças conservadoras em 1964. Um dos motivos do golpe foi justamente o anúncio de um programa de reforma agrária pelo então presidente João Goulart. Ironicamente, foi sob o primeiro governo da ditadura militar que se editou o Estatuto da Terra – Lei no 4.504/1964. Marco legal considerado avançado pelos defensores da reforma agrária, o Estatuto da Terra expressa em seu Artigo 16 o objetivo de realizar uma distribuição mais justa da propriedade da terra

mediante a extinção do latifúndio. Estabelece parâmetros para definir o que é pequena e média propriedade e define, como categorias jurídicas, o latifúndio por extensão e o latifúndio por exploração, vinculando o direito de propriedade à sua função social (IPEA, 2010, p. 84),

Foi, nesse sentido, um período de estagnação social para o Brasil, que se encontrava em posição desfavorável comparado com as economias dos países que já tinham alcançado o desenvolvimento. No país, não existia um plano de inserção tecnológica, nem apoio às ciências.

O resultado dessa política adotada culminou em problemas sociais, haja vista que um grande contingente populacional rural se deslocava para as cidades, provocando um inchaço na zona urbana e sobretudo em áreas periféricas. A esse acontecimento alguns autores costumam chamar de modernização dolorosa, pois não houve modificações nas bases estruturais.

Dessa maneira, na década seguinte, os problemas agravaram-se ainda mais, pois houve uma junção de vários fatores negativos, como: a redução do crescimento industrial devido ao tipo de política interna, à crise do petróleo e à redução do nível de crescimento da economia mundial; o desemprego rural que foi essencial para o crescimento do MST, do Sindicato Rural e de outros movimentos de apoio (NUNES, 2007). Assim, a industrialização brasileira inicia-se a partir de transferências de tecnologias e manufatura, as quais quase sempre eram importadas através de compra de maquinários e insumos de produtos e de treinamento de pessoal no exterior.

A década de 1980 foi um período de instabilidade política e econômica, ficou conhecida como a “década perdida”, marcada pelo fim da ditadura militar, o que veio a ocorrer em 1985. José Sarney, vice-presidente, tornou-se o primeiro Presidente da República e promulgou a Constituição Brasileira, em 1988, período em que se deu por completo a transição da ditadura militar para a democracia. Com a mudança no modelo político, deu-se início ao período de abertura econômica, redemocratização e reabilitação da economia, a qual tinha altos índices de infração.

Diante desse cenário, a década de 1980 ficou marcada como uma das piores crises econômicas da histórica recente do Brasil, apresentando um período de instabilidade e de recesso econômico que refletiu na dívida externa com o FMI. Houve um grande aumento nas taxas de juros e um baixo crescimento da economia, gerando grande insatisfação popular, não havendo, de fato, o desenvolvimento esperado, como era prometido com o fim da ditadura militar (SCHNEIDER, 2010).

A economia estava estagnada, e o futuro político era incerto. Enquanto isso, a oposição e os sindicatos ganhavam força e surgiam também novos partidos políticos.

Fernando Collor de Melo foi o primeiro presidente escolhido através do voto popular em 1989, iniciando uma política de desenvolvimento baseada na abertura econômica do país e nas privatizações, além de confiscar as poupanças a partir do plano Collor. Seu governo foi marcado por denúncias de corrupção, seu mandato durou apenas dois anos, visto que, diante das investigações e de um possível *impeachment*, Collor renunciou à presidência e foi substituído por Itamar Franco, que criou condições favoráveis para a implantação do Plano Real, tendo à frente do Ministério da Fazenda Fernando Henrique Cardoso (FHC), que soube aproveitar a popularidade adquirida pela implantação do Plano Real para ganhar as eleições e se reeleger respectivamente nos anos de 1994 e 1998. Sua política estava pautada no desenvolvimento econômico, tinha o objetivo de barrar a inflação, e, para isso, criou várias manobras para que o real não se desvalorizasse. Além disso, adotou uma política neoliberal e privilegiou as privatizações.

A estabilização da economia só ocorreu na segunda metade da década de 1990 no governo de Itamar Franco. Nesse momento, esteve à frente do Ministério da Fazenda Fernando Henrique Cardoso (FHC) com o Plano Real, o qual tinha como um dos objetivos controlar a inflação e estabilizar a economia do país. Houve três mudanças na moeda em um curto espaço de tempo, na tentativa de estabilizar a economia e fazer a moeda voltar a ser valorizada (SCHNEIDER, 2010).

Na década de 1990, alguns aspectos foram fundamentais para que o debate sobre o desenvolvimento fosse amplamente difundido, podendo serem destacados três pontos que foram fundamentais: primeiro entraram em vigor algumas regulamentações estabelecidas na Constituição de 1988, como a descentralização política e financeira, e os municípios passaram a ser “entes federados”. Movimentos e organizações deixaram de ser apenas reivindicativos e passaram a ser proativos e propositivos, incorporando novas organizações, como Organizações Não governamentais (ONGs), cooperativas e associações.

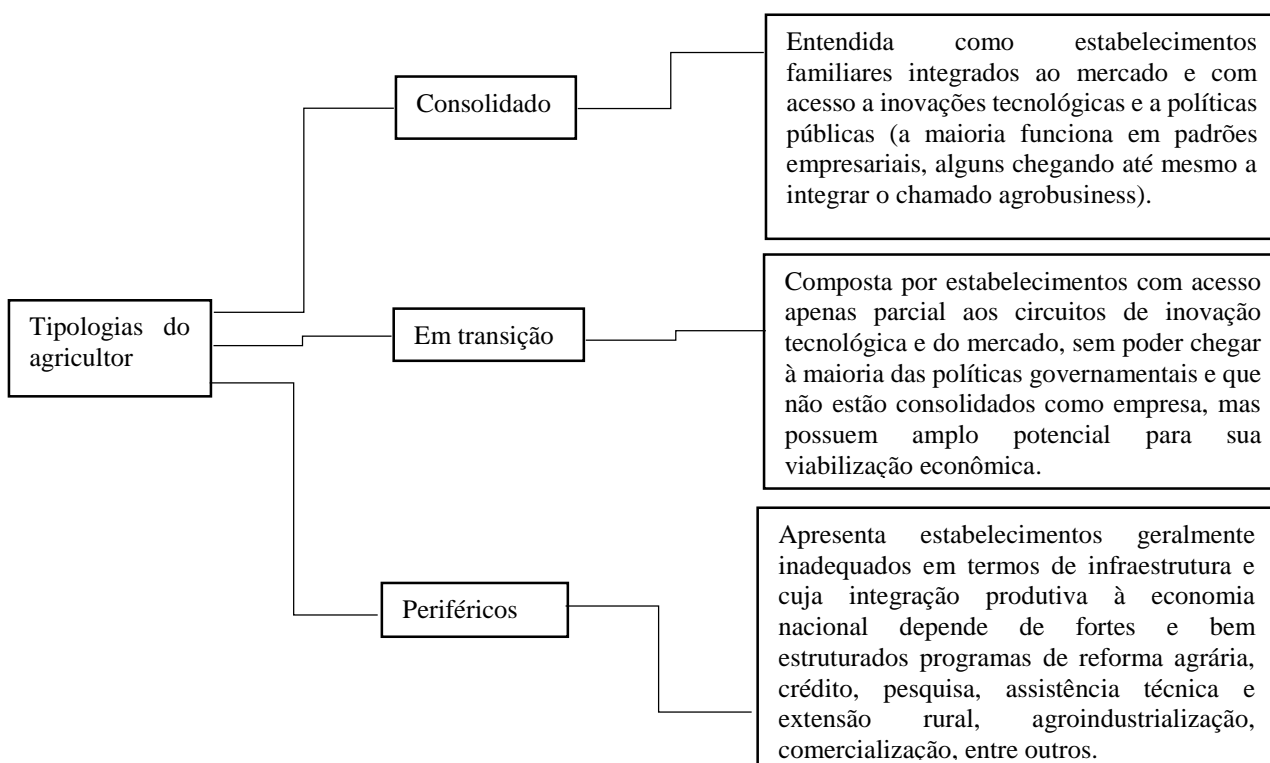
Inicia-se, assim, o debate sobre as noções de sustentabilidade e meio ambiente, as quais eram capazes de promover o desenvolvimento. Este se torna uma preocupação na agenda mundial, a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento,

realizada no Rio de Janeiro, em 1992, tendo ficado conhecida como ECO/92 ou Rio/92³ (SCHNEIDER, 2010).

A partir da ECO-92, o debate sobre desenvolvimento rural ganhou projeção nacional e foi legitimado em torno de discussões sobre agricultura familiar e de seu potencial como modelo social, econômico e produtivo para a sociedade brasileira.

Ainda na década de 1990, a agricultura familiar se firmou enquanto categoria política, social e analítica, sendo que essa legitimidade se deu por conta do grande crescimento dessa categoria, e, com a projeção ganhada por essa temática, surgiram debates que lhes fizeram oposição. A partir dos trabalhos de Veiga (1991) e Abramoavay (1992), houve um deslocamento teórico e interpretativo em relação à agricultura familiar. Surgiram, assim, tipologias que tentavam classificar os agricultores familiares brasileiros, como estudos que ganharam projeção a partir do projeto FAO/INCRA (1994) e Schneider (2010).

Tipologias do agricultor familiar.



Fonte: Com base no Ministério da Agricultura e abastecimento (apud BUSSONS, 2009).
Organização: Cristina Teixeira, 2017.

³ Foi uma conferência que reuniu vários chefes de Estado, entre os dias 3 a 14 de junho de 1992, sediada no Rio de Janeiro-BR. Evento organizado pelas Nações Unidas, tendo como objetivo discutir os problemas ambientais a nível mundial.

A classificação dos agricultores familiares tornou-se um estudo muito importante para o Estado e para a formulação e concretização de políticas públicas para a agricultura familiar; nesse contexto, entre as políticas públicas que têm o maior número de beneficiários da agricultura familiar, a que mais se destaca é o PRONAF, com uma adesão crescente. O PRONAF tem influenciado as ações do Estado no meio rural, através de novas políticas públicas para a agricultura familiar, além de estar relacionado a ações de reforma agrária e à segurança alimentar (SCHNEIDER, 2010).

Entre os anos de 1993/1994, o Estado passou a ter um papel fundamental na promoção do desenvolvimento rural, haja vista que passou a legitimar as reivindicações dos movimentos sociais, promovendo, com isso, diversas mudanças no espaço rural brasileiro. De acordo com Schneider,

Uma das principais ações foi a aceleração da reforma agrária, o que ocorreu pós sanção da Lei Agrária e do Rito Sumário, em 1993, sendo em seguida criada a Secretaria Especial Extraordinária de Assuntos Fundiários, que viria a ser transformada no ministério de desenvolvimento Agrário (MDA) em 1998. Depois, através da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR-MAPA), também transferida para o MDA. Por último, deve-se registrar a criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), em 1996, que passou a ser a principal política pública destinada aos pequenos agricultores no Brasil (2010, p. 516).

O Estado, nesse período, passou a desenvolver um conjunto de ações que passou a beneficiar o pequeno agricultor, e, desde a década de 1990, o PRONAF foi o programa que teve o maior crescimento e adesão, tendo se desenvolvido em um rito muito acelerado. Projetou-se nacionalmente como uma política pública de desenvolvimento rural, em 2004, quando atingiu a marca de um milhão e meio de contratos. Essa década foi, sem dúvida, o período mais favorável para a agricultura brasileira, visto que houve uma crescente intervenção do Estado no meio rural, particularmente através de políticas para a agricultura familiar, da reforma agrária e da segurança alimentar.

O PRONAF foi um dos programas de governo com maior popularidade, e os agricultores se identificaram com o programa por possuir linhas de crédito que se enquadram a todo tipo de agricultor, e porque, além de possuir linhas de crédito acessíveis, o programa frequentemente passa por reformulações desde a época de sua implantação, na tentativa de se

adequar às necessidades de cada grupo de agricultor. Diante disso, o PRONAF é um programa de governo que se tornou um importante agente difusor do desenvolvimento rural.

Diante das mudanças que ocorreram no meio rural, a agricultura, que até então era vista de forma marginalizada, passou a ser aceita como um possível agente de desenvolvimento rural. Além disso, no âmbito das políticas públicas, passou a receber mais atenção do poder público através de investimentos direcionados e pensados para cada região.

O período que compreende de 2003 a 2010 esteve à frente da presidência por dois mandatos Luiz Inácio da Silva (Lula). No setor econômico, não houve grandes mudanças, Lula manteve as bases macroeconômicas do Governo de FHC, adotou medidas populistas e representou a mudança no cenário nacional em todos os aspectos, sejam eles político, econômico ou social. Seu legado, sem dúvidas, esteve pautado no desenvolvimento social, com a redução da pobreza e da fome e da intensificação dos programas sociais e de transferência de renda. O programa de governo do presidente Lula atingiu um alto patamar, ganhando projeção internacional, tendo se destacado no grupo de países emergente frente aos países mais ricos do G20. Assim, governou o país de forma conciliadora, atendendo tanto aos interesses políticos quanto aos da classe trabalhadora.

Dilma Rousseff venceu as eleições de 2010, tornando-se a primeira mulher presidenta do Brasil. Ela seguiu a mesma linha do seu antecessor, mudou de estratégia quando a crise financeira e a redução dos preços das *commodities* abalaram a economia brasileira, implantou uma “nova matriz econômica”, baseada em crédito abundante, política fiscal frouxa e juros baixos. Seu governo recebeu várias denúncias de corrupção, e, diante delas, Dilma foi afastada por 180 dias, e o vice-presidente, Michel Temer, assumiu interinamente. O *impeachment* se concretizou em 2016, por isso Temer assumiu definitivamente a presidência, mantendo uma postura totalmente diferente da de sua antecessora. Tem sido considerado um presidente “antipopulista”, por adotar medidas “antidesenvolvimentistas”, suprimindo direitos constitucionais e causando um forte abalo na democracia. No primeiro semestre de 2017, com apenas um ano à frente da presidência, o presidente foi apontado em esquemas fraudulentos de corrupção. O cenário é de fragilidade nos dias atuais em todos os setores, e, no futuro deste país, a história será responsável por contar os novos capítulos.

Desse modo, buscam-se definições de desenvolvimento para entender a dinâmica rural. O debate sobre desenvolvimento é inesgotável, da mesma forma que é incompleto, pois se encontra em evolução, sendo objeto de estudo de várias ciências, com diferentes interpretações, as quais, ao longo do tempo, tentam explicar os fatores que influenciam o desenvolvimento.

Apresentam-se, aqui, algumas tipologias do desenvolvimento clássico: a primeira corrente de pensadores considera o crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento. Embora seja um equívoco, frequentemente o desenvolvimento está ligado ao aumento da renda, a exemplo do Produto Interno Bruto *per capita*, o qual é um indicador de desenvolvimento (VEIGA, 2008).

A segunda corrente afirma que o desenvolvimento não passa de ilusão, crença, mito ou manipulação ideológica (VEIGA, 2008). Essa corrente entende que o crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente. Nessas duas correntes, há um apego e uso recorrente da expressão “desenvolvimento econômico”, sendo que “desenvolvimento” é um conceito sintético, no entanto, completo. Ambas as correntes ainda entendem o desenvolvimento como sinônimo de desenvolvimento econômico (SOUZA, 1997; VEIGA, 2008).

O desenvolvimento econômico pode ser considerado, sim, um indicador de desenvolvimento, mas, se analisado isoladamente, ele pode provocar distorções. O desenvolvimento deve ser analisado como um processo amplo, com várias dimensões, com a inserção da sociedade no processo de desenvolvimento, tanto nas dimensões política quanto na econômica, social e cultural (SEN, 2000). São utilizados vários argumentos que rompem com a concepção de desenvolvimento clássico, usando exemplos de países que, mesmo com renda *per capita* baixa, conseguiram atingir um nível alto de desenvolvimento social. No que se refere ao desenvolvimento, Sen (2000) tem uma visão mais otimista e positiva.

O desenvolvimento não se baseia somente no fator da acumulação de riqueza ou renda *per capita* (SEN, 2000), uma vez que “camufla a distribuição de renda, não refletindo o nível de bem-estar da população” (SOUZA, 1997, p. 26). O conceito de desenvolvimento é incompleto, por isso o desenvolvimento deve estar relacionado à melhoria da qualidade de vida e das liberdades que são desfrutadas. Ademais, devem ser levados em consideração os indicadores adicionais (SEN, 2000, p. 29). Ainda nas palavras de Sen,

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privações de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destruição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência de Estados repressivos. A despeito de aumentos sem precedentes na opulência global, o mundo atual nega liberdades elementares a um grande número de pessoas-talvez até mesmo à maioria. Às vezes a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédio para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso a água tratada

ou de saneamento básico. Em outros casos, a privação da liberdade vincula-se estreitamente a carência de serviços públicos e assistência social, como, por exemplo, a ausência de programas de um sistema epidemiológico, de um sistema bem planejado de assistência médica e educação ou de instituições eficazes para manutenção da paz e da ordem locais. Em outros casos, a violação da liberdade, resulta diretamente de uma negação de liberdades políticas e civis por regimes autoritários e de restrições impostas à liberdade de participar da vida social, política e econômica da comunidade (2000, p. 205).

Já nas palavras de Pereira, tem-se que:

O desenvolvimento é um processo de transformação econômica, política e social, através da qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo. Trata-se de um processo social global em que as estruturas econômicas, políticas e sociais de um país sofrem contínuas e profundas transformações. Não tem sentido falar-se em desenvolvimento apenas econômico, ou apenas político, ou apenas social. Na verdade, não existe desenvolvimento dessa natureza, parcelado, setorizado, a não ser para fins de exposição didática. Se o desenvolvimento econômico não trazer consigo modificações de caráter social e político; se o desenvolvimento social e político não for a um tempo o resultado e causa de transformação econômicas, será porquê de fato não tivemos desenvolvimento (1985, p. 19).

Percebe-se que, para os autores San (2009) e Pereira (1985), o desenvolvimento tem de perpassar pelas questões sociais, promovendo melhorias nos indicadores sociais para que de fato o desenvolvimento possa ser efetivado.

Observa-se que há uma necessidade de adjetivar o desenvolvimento como rural, financeiro, econômico, sendo que, no conceito de desenvolvimento, não há necessidade de complementos. Por questões didáticas, será adotada, nesta pesquisa, a concepção de desenvolvimento rural, pois se acredita que o desenvolvimento, para ser efetivado, é necessária uma interação harmoniosa com vários elementos da sociedade como humanos, ambiente e instituições. Nessa perspectiva, o desenvolvimento é entendido como um processo de mudanças de ordem econômica, política, social e cultural, por isso é preciso se pensar o desenvolvimento de modo que emancipe os atores sociais.

Por fim, concebe-se que desenvolvimento rural é uma política de Estado criada para promover o desenvolvimento socioeconômico nas áreas rurais. No Brasil, ainda não existe uma política de Estado direcionada ao meio rural, o que existe são algumas políticas públicas que, quando bem elaboradas, executadas e fiscalizadas, são capazes de proporcionar bons resultados para o meio rural.

2 AGRICULTURA FAMILIAR NA MICRORREGIÃO DO AGRESTE DE ITABAIANA-SE

A área utilizada para desenvolver a pesquisa foi a Microrregião do agreste de Itabaiana-SE, o que se deu em função da grande concentração de atividades rurais nos sete municípios que compõem a Microrregião, sendo eles: Itabaiana, Areia Branca, Campo do Brito, Malhador, São Domingos, Moita Bonita e Macambira. Entre os municípios citados, seis concentram a sua população em áreas com base econômica essencialmente agrícola, somente o município de Itabaiana tem maior população urbana, com 78% da população total habitando na sede do município, segundo o IBGE (2010), conforme tabela 1, a seguir.

Tabela 1: População da Microrregião do Agreste de Itabaiana.

<i>Municípios</i>	<i>Total</i>	<i>Pop. Urb.</i>	<i>Pop. Rur.</i>	<i>Pop. Urb. %</i>	<i>Pop. Rur. %</i>
<i>Itabaiana</i>	86.967	67.709	19.258	78%	22%
<i>Areia Branca</i>	16.857	8.191	8.666	49%	54%
<i>Campo do Brito</i>	16.749	8.330	8.419	49%	51%
<i>Malhador</i>	12.042	5.626	6.416	47%	53%
<i>São Domingos</i>	10.271	5.147	5.124	50%	50%
<i>Moita Bonita</i>	11.001	4.600	6.401	42%	58%
<i>Macambira</i>	6.411	3.069	3.342	48%	52%
	160.298	102.672	57.626	64%	36%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

Organização: Cristina Teixeira, 2017.

Itabaiana, mesmo com uma grande população urbana, tem uma forte dependência do rural, destacando-se na produção e comercialização de gêneros agrícolas dentro do Estado, abastecendo o mercado local e regional e exportando os cultivos agrícolas para os Estados da Bahia e de Alagoas. É importante salientar que as atividades agropecuárias e, sobretudo, os animais de pequeno porte também contribuem para as receitas do município.

Não existem limites claros do rural e do urbano, ou seja, a população, embora se concentre na sede do município, diariamente faz a migração pendular, ao se deslocar para as áreas rurais para trabalhar na agropecuária. Dessa maneira, o município pode abastecer as cidades e manter a fluidez do comércio de produtos agrícolas.

Alguns pesquisadores questionam o percentual que corresponde à população urbana, acreditando que o número é menor que 78%. Veiga (2010) chamou a atenção para possíveis distorções que podem ser provocadas pela metodologia ultrapassada utilizada na coleta dos dados obtidos pelo censo, que é produzido pelo IBGE. O autor discute sobre o equívoco na coleta de dados que pode ter rebatimentos negativos na análise da população e na construção de políticas públicas sociais. Desse modo, os dados oficiais não condizem com os dados reais, e essas médias podem estar maquiando a realidade e impedindo que se criem políticas públicas direcionadas para as áreas rurais.

2.1 Caracterização dos aspectos geográficos

Itabaiana - A história da formação do município de Itabaiana é controversa, uma história envolvida em lendas que marcaram a história do município. O povoamento da cidade foi formado basicamente por ciganos e judeus. Os ciganos são povos nômades que têm sua origem pouco definida, acredita-se que eles tenham descendência de povos indianos que migraram do seu país de origem para a América Latina ainda no século XVIII.

Os judeus, por sua vez, são de origem hebraica do antigo Oriente. Eles têm fama de inteligente e sagaz, características que talvez tenham influenciado na forma de se relacionarem comercialmente.

Itabaiana possui terras férteis e propícias para a agricultura, tendo se tornado, na década de 1940, o maior produtor de algodão do Estado, destacando-se também no Nordeste.

A partir da década de 1950, passou a ter uma maior população urbana. O prefeito do município, naquela época, estimulou a implantação de vários armazéns, postos de gasolina, revendedoras de peças e acessórios, assim o comércio cresceu assustadoramente, e, a partir daquele momento, passou a ter um grande peso na economia local (CARVALHO, 2012). Tornou-se, posteriormente, um centro comercial do interior do Estado de Sergipe. Apesar da expansão comercial e do aumento da população urbana, o município continua em dependência do rural. O comércio é influenciado pelo setor primário, que tem gerado lucro para a economia do município, sendo o setor mais expressivo. Tem a feira como a maior expressão comercial da cidade, e o registro de sua existência data de 1863, quando o Governo da Província de Sergipe fez referência a uma feira livre em frente à Igreja Matriz de Santo Antônio e Almas da Vila de Itabaiana.

Figuras 2 e 3: Feira de Itabaiana.



Fonte: Trabalho de campo, 08/2017.

Atualmente, a feira de Itabaiana é considerada uma das mais importantes do Estado de Sergipe e uma das mais conhecidas do Nordeste, inclusive sendo tema de músicas, publicações literárias e pesquisas científicas (CARVALHO, 2012).

Os tropeiros⁴ foram, durante muito tempo, importantes para a economia do município, uma vez que tinham a missão de transportar mercadorias do município em um período em que

⁴ Tropeiro ou condutor de tropas, geralmente andavam em comitivas em cima de muares e cavalos. A tropa era dividida em sete animais, os tropeiros eram responsáveis em conduzi-los com assovios e gritos até o destino. No século XVII, o transporte de mercadoria era feito sobre os animais, pois ainda não existiam rodovias e nem estradas de ferro e precisava ser feito o transporte dos grandes centros comerciais para o interior.

não existia a facilidade no deslocamento e que, para transportar as mercadorias, era necessário sair em comitivas usando os animais.

Na década de 1930, com a abertura da rodovia BR-235, o interior passou a ser interligado diretamente com a capital, sendo que foi nesse período que surgiram os primeiros caminhões, o que fez com que o caminhoneiro passasse a fazer o transporte das mercadorias, tornando-se um dos principais agentes do desenvolvimento econômico do município.

O caminhoneiro ganhou destaque e passou a ser reverenciado no município, desde 1965, quando o gestor municipal daquela época promoveu uma semana festiva em reconhecimento ao trabalho dos caminhoneiros. Posteriormente, tornou-se tradição essa festa, que se funde com as festividades religiosas do padroeiro do município em um misto de shows com artistas da terra, atrações nacionais e, no último dia, o encerramento com shows religiosos e a tradicional procissão de Santo Antônio.

Geograficamente, Itabaiana está localizada no centro do Estado, fator de grande relevância, pois essa posição contribuiu para a evolução comercial do município, além de se tornar rota comercial, conectando o interior à capital.

Essa centralidade contribuiu para que o poder público investisse em um posto de Pesquisas Agropecuárias na década de 1930, na construção da BR-235 em 1952, numa Central de Armazenamento em 1958, no Açude da Marcela em 1959, nas Barragens do Jacarecica e da Cajaíba em 1985, bem como no Mercado Hortifrutigranjeiro em 1990.

Desde a década de 1990, o mercado imobiliário cresce assustadoramente no município de Itabaiana, e isso, por um lado, foi favorável, pois houve uma expansão no setor da construção civil, gerando emprego e renda. Em contrapartida, cresceu a especulação imobiliária, dificultando o acesso à moradia.

Devido à facilidade do crédito através de políticas públicas federais que incentivam a compra da casa própria, como o Minha Casa Minha Vida, além dos residentes nas zonas urbanas, os agricultores também puderam realizar o sonho da casa própria.

Areia Branca - Sua extensão territorial é de 128 km², estando dividida entre a sede do município e treze povoados que perfazem a zona rural. O município de Areia Branca está localizado na porção central do Estado de Sergipe, na mesorregião do Agreste Sergipano e na Microrregião do Agreste de Itabaiana, sendo um dos mais novos municípios do Estado de Sergipe. Mais precisamente, situa-se a 10°45'29" (latitude Sul) e 37°18'45" (longitude Oeste) e a 193 metros de altitude, tendo limites municipais com Riachuelo e Malhador ao Norte, com

Itaporanga d'Ajuda ao Sul, com Laranjeiras a Leste e com Itabaiana a Oeste (SANTIAGO, 2011).

Está localizada na unidade geomorfológica dos tabuleiros costeiros, com relevo plano a ondulado e com declive regional na direção leste, sendo que “Os tabuleiros costeiros ocorrem logo após a planície litorânea em direção ao interior, constituem baixo planalto pré-litorâneo com altitudes em torno de cem metros” (SANTOS e ANDRADE, 1998, p. 57).

O setor primário é muito importante para a economia do município. Areia Branca está recortada, por um lado, pelo agronegócio, e, por outro, pela agricultura familiar, sendo que a porção Oeste do município está mais voltada para a agricultura tradicional, e, na parte Oriental, o solo é argiloso e, por isso, mais fértil. As terras férteis e com coloração escura não precisam da utilização de adubos para o desenvolvimento das plantações, e a outra porção é a agricultura mais moderna com inserção de máquinas (SANTOS e ANDRADE, 1998).

A monocultura canavieira é uma atividade praticada desde o período da colonização de Sergipe e, mesmo nos dias atuais, ainda é praticada, embora sem a mesma força do passado. Historicamente, esse município foi predominantemente marcado pela forte presença do latifundiário conservador, que pouco diversifica o tipo de cultivo e que, quando necessário, adapta as modernidades técnicas para obter maior lucro com a produção.

De acordo com o IBGE (2010), a cana-de-açúcar ainda é a maior produção de cultivos temporários no município, sendo que, em 2009, o município produziu 38.080 toneladas de cana, superando a casa dos dois milhões de reais. Segundo o Censo Agropecuário (2011), a produção de coco-da-baía em todo o município foi de 156 mil toneladas, aproximando-se de 70% do valor total em reais oriundos das lavouras permanentes.

O município dinamiza a sua economia através da pecuária, com destaque para a criação de galináceos, exportando a produção para vários municípios dentro do Estado e para Estados vizinhos. A produção de ovos de galinha tem grande destaque devido à instalação da empresa Aviboa, que tem grande representação no Estado e está instalada no município.

Segundo o IBGE (2010), o município apresentava um total de 11.266 pessoas com idade inferior a trinta anos, enquanto apenas 1.478 pessoas tinham, nesse mesmo ano, 60 anos de idade ou mais. A população rural é maior que a população urbana. No total, são 8.666 pessoas que residem na zona rural, enquanto que 8.191 pessoas residem na zona urbana. Ressalte-se que essa é uma realidade encontrada na maioria dos municípios da Microrregião do Agreste de Itabaiana.

Com uma maior população rural comparada à urbana, o município apresenta uma migração interna, visto que os moradores da zona rural aos poucos estão se transferindo para a sede municipal, fato que no futuro possivelmente contribuirá para que a população urbana ultrapasse a população rural.

É, também, um município com fortes tradições religiosa (católica) e cultural, capazes de influenciar na formação de grupos folclóricos. Em 24 de junho de 1995, foi formado o grupo folclórico composto por idosos que fazem apresentações de danças em todo o Estado e continua ativo.

Campo do Brito - Parte do território encontra-se dentro do polígono das secas, com temperaturas médias anuais de 24,5°C e precipitação média anual de chuvas de aproximadamente 1178,7 mm/ano, com predominância de chuvas entre os meses de março a agosto (outono-inverno). O relevo é caracterizado por uma superfície de pedi planos, com formas mais comuns de tabuleiros, colinas e cristas. A variação vegetal do município vai da Capoeira, Caatinga, Campos limpos e Sujos. Campo do Brito está inserido na bacia hidrográfica do Rio Vaza-Barris e outros rios importantes da região são o Lombada e o Traíras.

A economia municipal advém principalmente da agricultura, com a produção de mandioca, além da comercialização e do beneficiamento; já na pecuária, destacam-se a criação de bovinos, suínos, equinos e a avicultura de galináceos.

Macambira - É um município relativamente novo, fundado em 1954, tem pouca representatividade dentro da Microrregião, com um baixo contingente populacional em torno de 6.230 habitantes em uma área que perfaz 137,4 km². A maior fonte de renda do município advém do setor primário.

Malhador - A área está localizada na parte central do Estado de Sergipe, na Mesorregião do Agreste Sergipano e na Microrregião do Agreste de Itabaiana. Encontra-se a uma latitude de 10°39'28" sul e a uma longitude 37°18'17" oeste, a uma altitude de 251 metros; o município faz limites municipais ao Norte com Moita Bonita e ao Sul com Areia Branca e Riachuelo; a leste com Santa Rosa de Lima, e a Oeste com Itabaiana, perfazendo uma área de 102,2 km.

No tocante às vias de circulação, o acesso é fácil, visto que a rodovia SE-245 e a BR-101 ligam Malhador à capital Aracaju, que está a 49 km, além de haver rotas alternativas que ajudam na circulação dentro do município.

O relevo predominante são elevações (planalto) e o domínio do clima tropical, com terras férteis e propícias para a agricultura. Atualmente, Malhador é conhecido informalmente

como a “terra do inhame” ou “terra da banana”, pois há uma vasta produção de bananas principalmente nos povoados que margeiam a BR-101. A economia do município tem como pilar a agricultura, que é bastante diversificada, com predomínio dos tubérculos, e o inhame é um dos gêneros agrícolas mais cultivados por ser de fácil cultivo.

Com relação à distribuição de água, o município não apresenta problemas, haja vista que Malhador detém um manancial que foi construído a partir do represamento das águas do Rio Jacarecica II, que fica situado nos limites do município de Areia Branca.

A produção agrícola é escoada para as diversas feiras livres do Estado de Sergipe, em especial as que acontecem nos bairros de Aracaju, capital do Estado. Também é vendida na feira local, que acontece todas as segundas-feiras. Atualmente, a feira foi transferida para o novo mercado, situado na Praça Coronel Tércio Veras, localizado na Av. Valter Franco. Mesmo com a mudança do local da feira, esse espaço não perdeu uma das suas principais características, a saber, o caráter de ponto de encontro para vendas e trocas de mercadorias e de animais, como suínos, equinos, bovinos, entre outros.

Moita Bonita - O município está parcialmente incluído na região do polígono das secas, com temperaturas médias anuais de 24°C e precipitação anual média de chuvas de 1000 mm, com período mais chuvoso de março a agosto (outono e inverno). O relevo é de pedi planos com ocasionais colinas. A vegetação do município é composta por capoeira, caatinga, campos limpos e campos sujos. O município está inserido na bacia hidrográfica do Rio Sergipe, sendo o Rio Jacarecica o principal da região. O município tem forte dependência da agricultura e da pecuária de bovinos, suínos e muares, além da criação de galináceos.

São Domingos - Localiza-se a uma latitude 10°47'29" sul e a uma longitude 37°34'04" oeste, estando a uma altitude de 200 metros. Sua população é de aproximadamente 10.034 habitantes. Possui uma área de 102,4 km². Faz limites com três municípios: Macambira ao norte, Campo do Brito ao norte e a leste, e Lagarto ao sul e a oeste, através do Rio Vaza Barris. E tem a Serra da Miaba a noroeste.

A receita do município é advinda principalmente do setor primário, sobretudo da agricultura familiar e do beneficiamento de gêneros agrícolas como a mandioca. Além disso,

Esse município é considerado o maior produtor de farinha do Estado de Sergipe, possuindo mais de 300 casas de farinha espalhadas pelos povoados, destacando-se as de Tapera, Mulungu, Mangabeira e Lagoa. A atividade é uma tradição do município, sendo realizada pela maioria dos são-dominguenses, e mantém praticamente toda a economia (SILVEIRA, 2006, p. 59).

O beneficiamento da mandioca é uma atividade desenvolvida em vários municípios da Microrregião do Agreste de Itabaiana. Em São Domingos, essa atividade tem grande representatividade, visto que muitas famílias estão envolvidas nesse trabalho que é a principal fonte de renda do município.

O beneficiamento da mandioca agrega valor ao produto em detrimento de sua forma *in natura*, uma vez que as famílias que estão envolvidas no beneficiamento conseguem sobreviver da comercialização dos produtos. Os rendimentos gerados pela produção e comercialização têm contribuído para o aumento da renda das famílias, fator que rebate de forma positiva na economia do município.

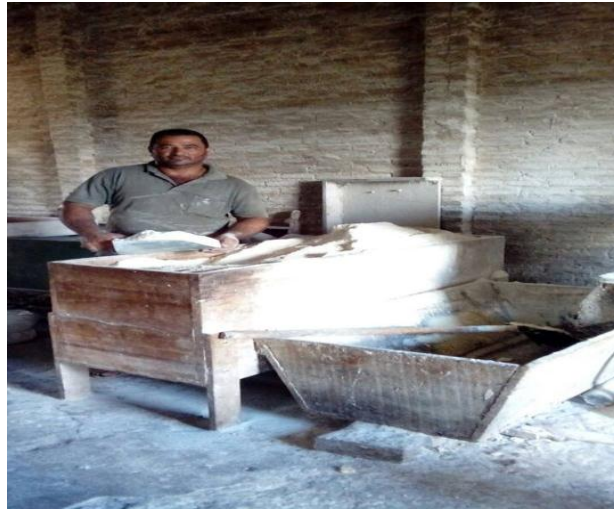
A farinha de mandioca é um alimento muito consumido em todo o Estado de Sergipe, além de outros produtos que também são produzidos a partir do beneficiamento da mandioca, como: bolos, mamauês, tapiocas, beijus, bolachinhas, entre outros. A farinha é vendida no comércio local e também escoada para o mercado regional.

Para o beneficiamento da mandioca, é necessário que se tenha o maquinário adequado, por isso é muito comum na Microrregião encontrar as casas de farinha, principalmente no município de São Domingos. Elas podem ser elétricas ou artesanais, e, uma vez que na Microrregião a casa de farinha não possui muita tecnologia, a farinha, de forma geral, é produzida mais artesanalmente.

Figura 4: Casa de Farinha em São Domingos (a).



Figura 5: Casa de Farinha em São Domingos (b).



Fonte: Trabalho de campo, 08/2017.

A agricultura familiar é a responsável por produzir a maioria dos alimentos que são consumidos pelos brasileiros, e, entre os gêneros agrícolas, a mandioca se destaca por ter a maior capacidade de se diversificar e dar origem a um novo produto.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) criou o selo da agricultura familiar como uma forma de reconhecer os produtos que são produzidos pela agricultura familiar, sendo essa também uma forma de agregar valor a eles. Desse modo, os produtos que recebem o selo têm o reconhecimento de que são um produto de qualidade, uma vez que o selo assegura o direito de o consumidor saber a origem do produto e se este atendeu às normas de exigência para que pudesse receber o selo. Os agricultores familiares podem adquirir o selo mesmo na condição de pessoa física, para isso é necessário que possua Declaração de Aptidão do PRONAF (DAP) e faça o requerimento junto ao MDA.

Essa seria uma das alternativas para o reconhecimento da farinha de São Domingos e também uma forma de agregar valor aos produtos, visto que os farinheiros poderiam requerer junto ao MDA o selo como uma forma de atestar a garantia dos seus produtos, podendo expandir a um raio bem maior, conquistando outros mercados.

2.2 Perfil das famílias de agricultores

A agricultura familiar tem características distintas, e os pilares que a sustentam e a diferenciam da agricultura patronal estão pautados principalmente na gestão das atividades pela própria família dentro da propriedade. Para os agricultores familiares, a agricultura não está somente relacionada à atividade laboral de plantar e colher grãos, é também um modo de vida pautado no tripé gestão, propriedade e trabalho familiar. De acordo com Abramovay,

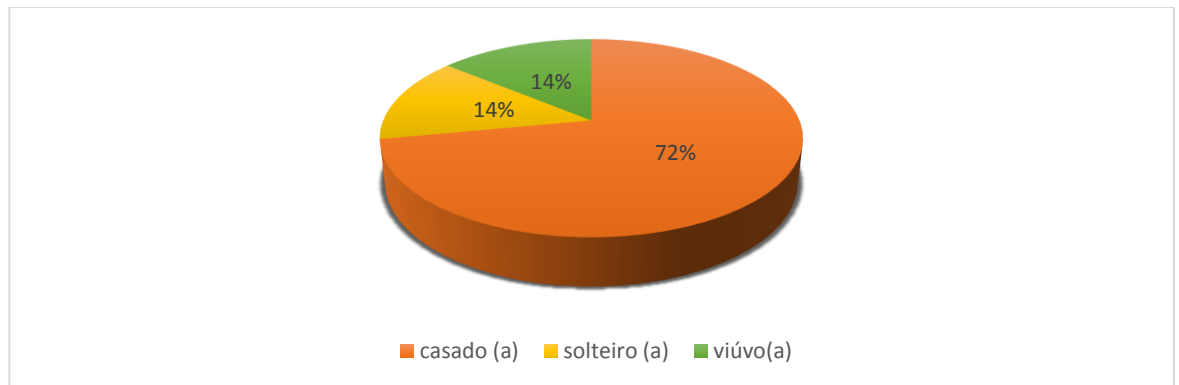
A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho, vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional. É perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiar) estão presentes em todas elas (1997, p. 3).

Diante do exposto, a área escolhida para a realização da pesquisa foi a Microrregião do Agreste de Itabaiana, área que fornece condições favoráveis para o desenvolvimento da agricultura familiar.

Os questionários foram aplicados aos agricultores familiares, num total de 31 questionários, e o método de escolha utilizado para aplicação foi a forma aleatória de escolha. Os municípios que fizeram parte da amostra foram: Itabaiana, Malhador e Moita Bonita.

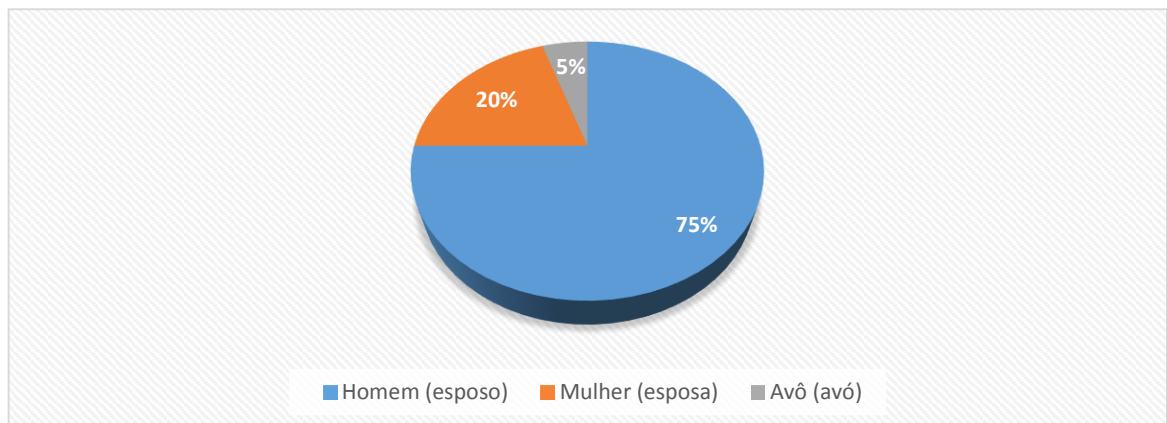
Para entender a formação e organização das famílias dos agricultores da Microrregião do agreste, é necessário entender sua reprodução socioeconômica. Desse modo, será apresentado o perfil dos entrevistados, com base nas respostas obtidas através da pesquisa de campo.

Participaram da pesquisa respondendo aos questionários agricultores tanto do sexo masculino como também do sexo feminino, com idades que variavam entre 20 e 70 anos e, conseqüentemente, foi possível obter uma diversidade nas respostas. Questionados sobre o estado civil, muitos agricultores, mesmo em idade jovem, já estão unidos em matrimônio (Ver figura 6).

Figura 6: Estado civil dos entrevistados.

Fonte: Trabalho de campo, 08/2017.

A figura masculina ainda constitui uma hierarquia forte na área de estudo. Foram apontados como chefes de família 75%, atribuindo-se aí essa responsabilidade ao homem, e 20% das mulheres foram apontadas como responsáveis pela chefia da família, e apenas 5% se referiram aos avôs como chefes de família (Ver figura 7).

Figura 7: Chefe de família.

Fonte: Trabalho de campo, 08/2017.

Os avós que foram apontados como sendo chefes de família geralmente dividiam a propriedade ou moravam com os filhos. Ou seja, em algumas famílias os filhos formam novas famílias e permanecem morando na mesma propriedade dos pais, construindo suas casas na mesma propriedade, em seu entorno, o que provoca um intenso partilhamento da terra.

A denominação chefe de família refere-se à pessoa responsável por todos os membros da família, capaz de tomar decisões que incluam a família e é, também, o responsável por cuidar

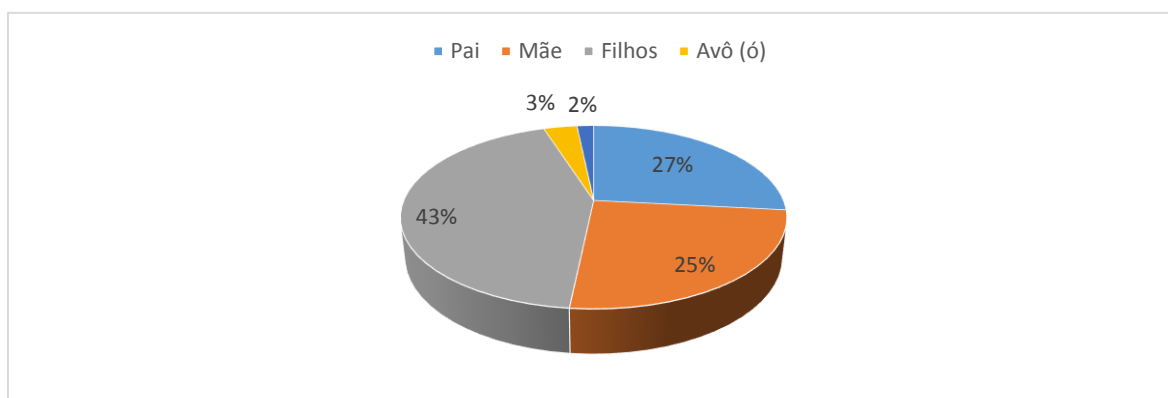
dos negócios e garantir o sustento da família. O homem é aceito como o provedor, uma realidade que perdura na sociedade brasileira há anos, mas, timidamente, nas últimas décadas essa realidade vem se alterando, e a mulher desponta também como chefe de família.

Alguns fatores podem ter contribuído para esse novo panorama de mudanças, como o acesso às informações, a melhoria no nível de instrução (escolaridade) e a independência financeira da mulher, tudo isso vem colocando a mulher no mesmo nível de igualdade do homem. Dessa maneira, ela passa a fazer parte das tomadas de decisões e, paulatinamente, está se tornando chefe de família também.

Entretanto, somente 20% dos entrevistados afirmaram que a responsabilidade de gerenciar a família era de competência da mulher. Em casos particulares, a mulher foi apontada como chefe de família na ausência de seus cônjuges, a exemplo de quando são viúvas, separadas ou divorciadas dos maridos.

O patriarca é uma figura que possui características de tempos pretéritos, mas que ainda é muito presente na sociedade atual, uma vez que essa formação nucleada pelo pai é a formação da família tradicionais, sendo reconhecidas pelo IBGE como famílias monoparentais⁵, cuja formação é constituída por pai, mãe e filhos(as). Nesse caso, os demais membros da família vivem subordinados às decisões que geralmente são tomadas pelo chefe (Ver figura 8).

Figura 8: Membros que compõem as famílias de agricultores.



Fonte: Trabalho de campo, 08/2017.

⁵ Nomenclatura definida pelo IBGE: censo demográfico-famílias-domicílios-resultados por amostra, 2017.

O perfil das famílias está se alterando nas últimas décadas, embora as mudanças sejam lentas e gradativas e só possam ser percebidas de fato em um longo espaço de tempo.

Cabem aqui duas análises, como entender que as famílias seguem um modelo patriarcal que representa o passado com pouca ou nenhuma chance de mudanças; em outra análise da sociedade, lentamente se apresentam mudanças em seu padrão de comportamento, mas, possivelmente no futuro, poderemos ver mudanças significativas na sociedade, e o modelo tradicional talvez não seja o único traço definidor das famílias.

Para entender a situação socioeconômica da Microrregião do agreste de Itabaiana, é necessária a análise dos Indicadores Sociais de Desenvolvimento Humanos (IDH), tais como: taxas de natalidade, longevidade, renda e educação.

Tabela 2: IDH - Mortalidade infantil na Microrregião do Agreste de Itabaiana (2010).

<i>Local</i>	<i>IDH-mortalidade Infantil(1991)</i>	<i>IDH-mortalidade Infantil (2000)</i>	<i>IDH-mortalidade Infantil (2010)</i>
<i>Brasil</i>	44,68	30,57	16,70
<i>Sergipe</i>	65,67	42,97	22,22
<i>Areia Branca</i>	53,18	32,26	23,50
<i>Campo do Brito</i>	48,56	27,54	20,30
<i>Itabaiana</i>	44,97	32,93	15,52
<i>Macambira</i>	48,56	38,76	31,80
<i>Malhador</i>	71,07	43,91	22,20
<i>Moita Bonita</i>	50,85	26,02	20,40
<i>São Domingos</i>	82,21	50,99	26,50

Fonte: PENUD, (2013).

Organização: Cristina Teixeira, 2017.

Segundo o PENUD (2013), a mortalidade infantil corresponde ao número de crianças que não sobrevivem ao primeiro ano de vida, e esse número corresponde a cada 1000 crianças nascidas vivas. Na tabela 2, ficou bem claro que as taxas de mortalidade infantil eram altas e foram caindo vertiginosamente. Em 1991, o município de São Domingos apresentava a maior taxa de mortalidade – que era de 82,21. O município de Itabaiana, que sempre apresentou as taxas de mortalidade semelhantes às nacionais, viu, no ano de 2010, as taxas declinarem bastante, a ponto de superar as taxas nacionais. No ano de 2010, o Brasil como um todo apresentou as taxas de mortalidade infantil com o percentual de 16,70, enquanto Itabaiana chegou a 15,52 (Ver tabela 2).

Ao analisar os IDH dos municípios, foi possível perceber que houve aumento nos índices de longevidade. Foram analisadas três décadas consecutivas e todos os municípios obtiveram melhorias nas taxas. De acordo com a classificação do PNUD (2013), são consideradas regiões com médio desenvolvimento aquelas em que o IDH apresente uma variante entre 0,5 e 0,8. Desse modo, todos os municípios que compõem a Microrregião desde a década de 1990 apresentam melhoria nos índices de qualidade de vida. Em 1991, os municípios de Malhador e São Domingos apresentavam as menores taxas de longevidade, respectivamente 0,554 e 0,518 (Ver tabela 3).

Na década seguinte, houve aumento nas taxas, porém elas continuaram com índices menores se comparadas aos demais. Em 2010, o município de Itabaiana chegou à taxa de 0,801, destacando-se dos demais municípios e superando as taxas de longevidade do Estado.

As taxas do Estado são obtidas através do cálculo das médias obtidas de todos os municípios que compõem essa unidade federativa. As taxas em Sergipe, em 2010, eram de 0,78, enquanto as médias nacionais eram de 0,816.

Tabela 3: IDHM - Longevidade na Microrregião do Agreste de Itabaiana (2010).

<i>Local</i>	<i>IDHM - longevidade 1991</i>	<i>IDHM - longevidade 2000</i>	<i>IDHM - longevidade 2010</i>
<i>Brasil</i>	0,662	0,727	0,816
<i>Sergipe</i>	0,581	0,678	0,781
<i>Areia Branca</i>	0,620	0,719	0,773
<i>Campo do Brito</i>	0,639	0,746	0,793
<i>Itabaiana</i>	0,655	0,715	0,801
<i>Macambira</i>	0,639	0,684	0,728
<i>Malhador</i>	0,554	0,659	0,781
<i>Moita Bonita</i>	0,629	0,756	0,792
<i>São Domingos</i>	0,518	0,627	0,756

Fonte: PNUD (2013).

Organização: Cristina Teixeira, 2017.

Assim como o IDHM longevidade alcançou melhores índices progressivamente, o IDHM renda também conquistou melhorias significativas (Ver tabela 3). Ao analisar o período que compreende 1991, 2000 e 2010, foi possível perceber que, embora a renda tenha melhorado em todos os municípios que compõem a Microrregião, os índices ainda estão muito baixos comparados ao IDHM nacional, que é de 0,739, e ao de Sergipe, que é de 0,672.

Em 1991, com exceção de Itabaiana, os demais municípios apresentaram IDHM inferior a 0,5, menor índice aceitável para o município ser considerado com desenvolvimento médio. Os municípios que apresentaram as melhores taxas de renda em 2010 foram: Campo do Brito, com 0,625, e Itabaiana, com 0,645.

Os três IDHM que são utilizados para avaliar as taxas municipais de desenvolvimento apontam melhoria em todos os aspectos: longevidade, renda e escolaridade.

Tabela 4: IDHM- Renda na Microrregião do Agreste de Itabaiana (2010).

<i>Local</i>	<i>IDHM- renda 1991</i>	<i>IDHM- renda 2000</i>	<i>IDHM- renda 2010</i>
<i>Brasil</i>	0,647	0,692	0,739
<i>Sergipe</i>	0,552	0,596	0,672
<i>Areia Branca</i>	0,460	0,493	0,579
<i>Campo do Brito</i>	0,485	0,530	0,625
<i>Itabaiana</i>	0,545	0,565	0,645
<i>Macambira</i>	0,437	0,498	0,573
<i>Malhador</i>	0,473	0,501	0,587
<i>Moita Bonita</i>	0,449	0,500	0,596
<i>São Domingos</i>	0,451	0,479	0,572

Fonte: PENUD (2013).

Organização: Cristina Teixeira, 2017.

Mesmo com um crescimento nas taxas de escolaridade consecutivamente nas três décadas analisadas, 1991, 2000 e 2010, o IDHM de escolaridade na Microrregião ainda é muito baixo e tem um certo distanciamento do IDH nacional, que é de 0,637. Somente o município de Itabaiana apresenta o melhor IDHM, com 0,513 no ano de 2010, o qual é bem próximo da taxa em Sergipe, que foi de 0,560 no mesmo ano (Ver tabela 5).

No ano de 1991, o IDHM de escolaridade em todo o país era muito baixo na Microrregião; os índices eram alarmantes e, entre os municípios, dois apresentavam os piores índices de desenvolvimento, destacando-se Areia Branca, com 0,088, e São domingos, com 0,086. Proporcionalmente, foram os que mais apresentaram melhorias no nível de escolaridade.

Tabela 5: IDHM - Escolaridade na Microrregião do Agreste de Itabaiana (2010).

<i>Local</i>	<i>IDHM - escolaridade 1991</i>	<i>IDHM - escolaridade 2000</i>	<i>IDHM - escolaridade 2010</i>
<i>Brasil</i>	0,276	0,456	0,637
<i>Sergipe</i>	0,211	0,343	0,560
<i>Areia Branca</i>	0,088	0,241	0,434
<i>Campo do Brito</i>	0,130	0,259	0,484
<i>Itabaiana</i>	0,178	0,276	0,513
<i>Macambira</i>	0,108	0,260	0,474
<i>Malhador</i>	0,187	0,282	0,442
<i>Moita Bonita</i>	0,135	0,256	0,429
<i>São Domingos</i>	0,086	0,216	0,471

Fonte: PENUD, (2013).

Organização: Cristina Teixeira, 2017.

Segundo o artigo 205, “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (MEC/SEESP, 2006, p. 23). Embora seja um dever do Estado e da família, esse direito muitas vezes é cerceado, na medida em que o Estado não cumpre os direitos básicos que garantam a permanência do aluno na escola; sendo assim, ele não cumpre o seu papel e se torna omissor e, portanto, responsável pelos baixos índices de escolaridade. Os pais também exercem um papel importante na educação do filho, principalmente nos anos iniciais, em que é necessário o incentivo para que sejam proporcionadas as condições mínimas para que a criança obtenha um bom desenvolvimento e siga na vida escolar.

Na área de estudo durante pesquisa de campo, percebeu-se o baixo nível de escolaridade entre os adultos e que não estavam mais em idade escolar. Há um grande número de pessoas sem escolaridade (analfabeto) ou que cursaram somente o Ensino Fundamental (Ver tabela 5).

Esse é um fato preocupante, já que o Estado disponibiliza escolas e profissionais e investe na erradicação do analfabetismo, mas as taxas continuam muito altas, e isso se torna mais alarmante quando se compara à taxa de analfabetismo a nível nacional, que é de 10,19, e, em Sergipe, foi de 19,72 no ano de 2010. Todos os municípios da Microrregião estudada apresentam taxas maiores que 20%, sendo que São Domingos apresenta a maior taxa de analfabetismo de pessoas com idade igual ou superior a 18 anos, apresentando a taxa de 36,10, em 2010, já Itabaiana, entre os municípios, apresenta os menores índices, com a taxa de 23,46.

Tabela 6: IDHM - Taxa de analfabetismo na Microrregião do Agreste de Itabaiana (2010).

<i>Local</i>	<i>IDHM - taxa de analfabetismo - 18 anos ou mais - 1991</i>	<i>IDHM - taxa de analfabetismo - 18 anos ou mais - 2000</i>	<i>IDHM - taxa de analfabetismo - 18 anos ou mais - 2010</i>
<i>Brasil</i>	20,88	14,50	10,19
<i>Sergipe</i>	37,42	26,87	19,72
<i>Areia Branca</i>	49,81	36,43	26,75
<i>Campo do Brito</i>	53,00	40,38	30,62
<i>Itabaiana</i>	43,25	32,00	23,46
<i>Macambira</i>	50,04	39,17	33,80
<i>Malhador</i>	47,16	34,33	26,84
<i>Moita Bonita</i>	45,90	37,04	28,39
<i>São Domingos</i>	59,74	42,45	36,10

Fonte: PENUD (2013).

Organização: Cristina Teixeira, 2017.

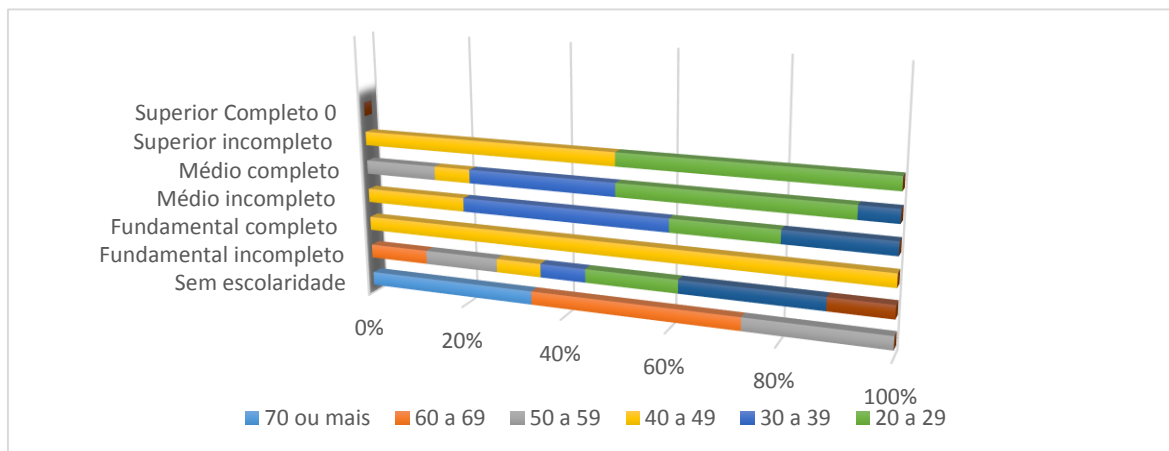
Alguns agricultores justificaram o analfabetismo dizendo que antigamente não existia um incentivo dos pais para que os filhos continuassem na vida escolar, logo os filhos saíam para trabalhar ainda crianças, além de que também não existia nenhuma política pública que incentivasse a permanência do aluno nos estudos.

Com base no PNUD (2013) e reforçado com o trabalho de campo, foi possível perceber que uma parcela de jovens da área de estudo está ingressando no ensino superior, um fator positivo, mas que mostra os resultados a médio e longo prazos.

De acordo com Zago,

O prolongamento da escolarização para além do ensino fundamental é relativamente recente entre os filhos de agricultores. Existem poucas informações sobre os jovens do meio rural que têm acesso ao ensino superior, seus projetos, sua condição de escolarização e perspectiva profissional, justamente por causa de uma tendência na pesquisa em educação de visar, sobretudo, à condição urbana, tanto em relação à infância quanto à juventude (2016, p. 62).

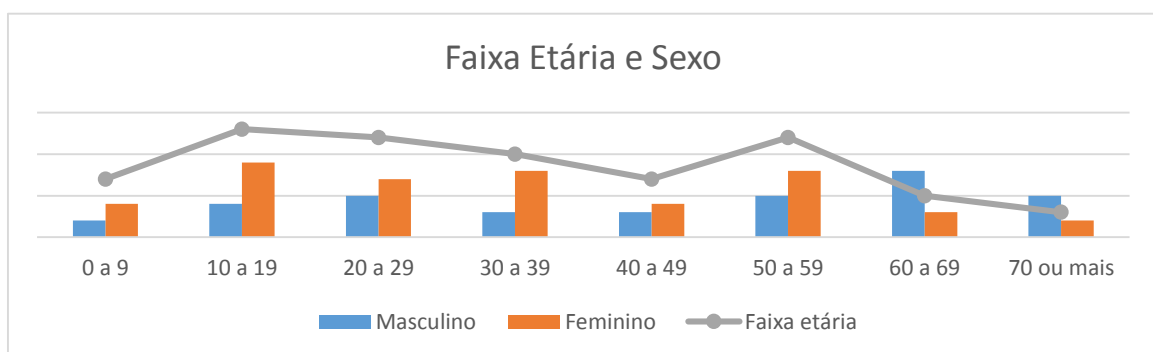
Isso mostra que o panorama educacional está se alterando, e, na área de estudo, pode estar associado ao projeto de interiorização do ensino superior, que tem como objetivo levar o ensino superior de qualidade para todas as camadas sociais. Na Microrregião onde a pesquisa ocorreu, esses números podem estar vinculados à implantação do *campus* da Universidade Federal de Sergipe que oferece ensino superior de qualidade e de forma gratuita (Ver figura 9).

Figura 9: Escolaridade das famílias entrevistadas.

Fonte: Trabalho de campo, 08/2017.

Através dos dados obtidos no trabalho de campo, foi possível a análise dos dados sobre o sexo e a faixa etária, sendo que o sexo feminino apresenta um número significativo de mulheres em quase todas as faixas etárias, somente depois dos 60 anos é que foi possível perceber que há uma redução do número de pessoas do sexo feminino.

Tal fato talvez possa ser explicado por conta de uma vida mais regrada que a mulher leva, com cuidados com a saúde, além de estar pouco envolvida em eventos que envolvem situações de violência, como brigas de trânsitos, assassinatos e drogas. Em geral, essa combinação de fatores faz com que um maior número de mulheres consiga chegar à idade adulta em detrimento ao número de homens.

Figura 10: Faixa etária e sexo dos residentes na Microrregião do Agreste de Itabaiana.

Fonte: Trabalho de campo, 08/2017.

Elaboração: Cristina Teixeira, 2017.

Apesar de discretos, todos os IDH mostraram-se favoráveis ao crescimento na Microrregião, visto que, sem exceção, todos os indicadores apresentaram índices com um bom desenvolvimento. A Microrregião cresceu economicamente, aumentou as taxas de longevidade e reduziu as taxas de mortalidade infantil e houve ainda uma significativa melhora nas taxas de analfabetismo. Embora as taxas estejam bem distantes do ideal, ainda é considerado um entrave ao desenvolvimento social e econômico desde a escala municipal até a nacional.

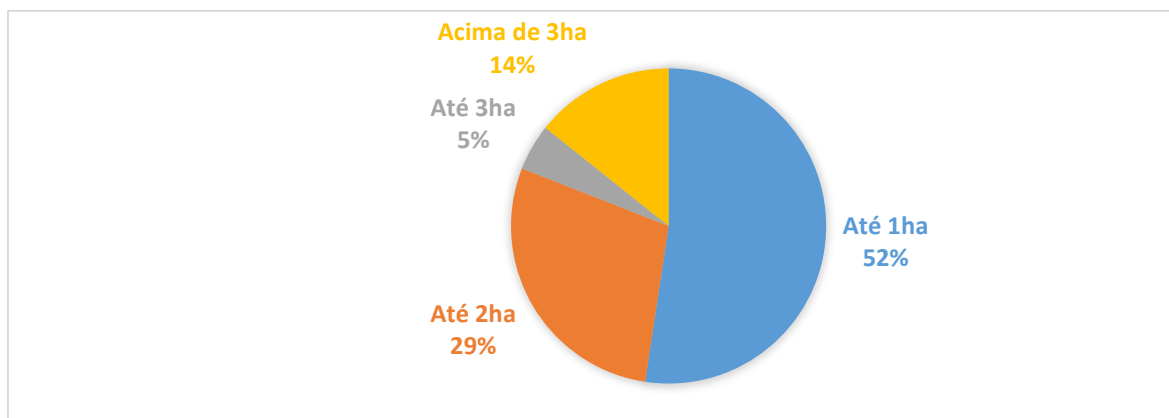
Houve melhoras significativas e aconteceram graças a investimentos em políticas públicas que visam a melhorar a saúde e, conseqüentemente, a expectativa de vida da população. A educação é um dos grandes problemas enfrentados pela população e se agrava ainda mais nas áreas rurais, que é o grande gargalo para que o desenvolvimento se efetive, uma vez que, durante muitos anos, a renda foi vista como um grande problema, mas com as políticas públicas de transferência de renda um grande número de pessoas conseguiu sair da linha da pobreza extrema, além de aumentar o poder de consumo da população.

2.3 Propriedades das famílias de agricultores

A formação territorial no Brasil é extremamente concentrada, a história mostra esse passado de colonização e ocupação geográfica perpetuado nos dias atuais, hoje menos intenso, mas, ainda assim, desigual. Em todas as regiões brasileiras há concentração de terra, sendo ainda mais intensa no Nordeste do país, por isso se faz necessário um estudo de caso para entender a realidade de cada lugar. Na Microrregião onde foi realizada a pesquisa, os dados mostram que a terra é extremamente fragmentada, as propriedades correspondem em média a 1 e 2 hectares⁶, desse modo as terras por proprietário não correspondem sequer a um módulo fiscal rural. São terras propícias à agricultura, representando um total de 86% das áreas destinadas às atividades da agricultura familiar (Ver figura 11).

⁶ Em entrevista de campo, os agricultores, quando questionados sobre o tamanho da propriedade, usavam a linguagem Regional e respondiam utilizando a “tarefa” como padrão de medidas de área. A tarefa foi uma medida muito usada no período da expansão açucareira, essa medida era utilizada para medir e quantificar as terras. É uma unidade de medida Regional usada em alguns Estados do Nordeste como Alagoas, Pernambuco, Sergipe e Bahia. Uma tarefa de terra equivale 3.052 m² em Sergipe, mas essa medida também se altera de acordo com cada Estado. Para fazer a convenção e obter o resultado, utiliza-se o cálculo matemático com a regra de três, pois a unidade internacional de medida de área é o hectare (ha).

Figura 11: Tamanho da propriedade em hectares (ha) na Microrregião do Agreste de Itabaiana.



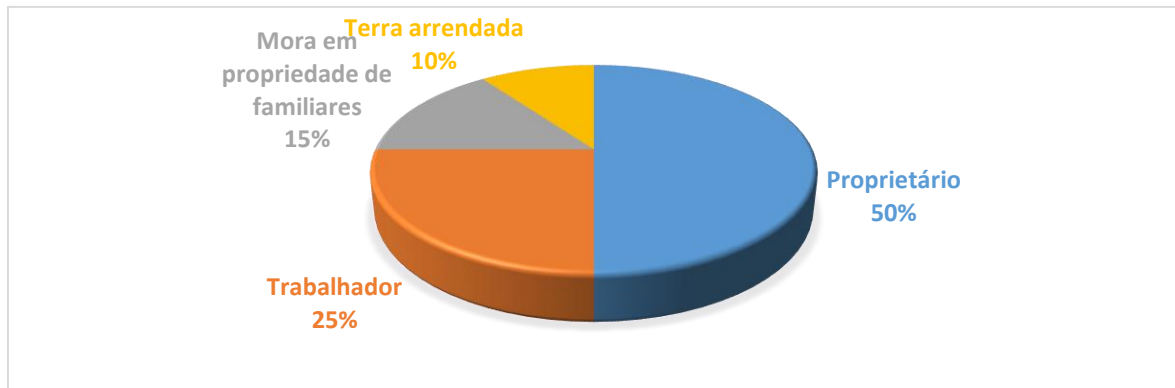
Fonte: Trabalho de campo, 08/2017.

Entre os entrevistados, 52% são proprietários de 1ha de terra, enquanto 29% têm a área de 2ha destinados à agricultura. E apenas 5% têm posse de 3ha destinados à agricultura familiar. Por fim, 14% dos entrevistados têm terras superiores a 3ha.

Sobre a condição de produtor, os dados apresentados mostram um percentual significativo de agricultores que detêm a posse da terra, sendo que esse número corresponde a 50%. Em outros 15%, o agricultor compartilha das mesmas terras com familiares. A soma dos 50% que detêm a posse da terra mais 15% dos agricultores que partilham a mesma propriedade com familiares totaliza 65% das pessoas que têm a propriedade da terra, uma vez que, na Microrregião, não há a concentração da terra devido a um fator positivo, já que uma grande parcela de agricultores tem a disponibilidade da terra. Isso ocorre porque a estrutura fundiária está partilhada em pequenos lotes de terra, aspecto esse que é muito positivo, haja vista que, como não existe concentração de terra, também não há ocorrência de conflitos e movimentos de luta pela terra na Microrregião do Agreste de Itabaiana, diferindo de outras regiões do Estado onde há intensa concentração de terra e luta por reforma agrária. Essa é, portanto, uma pauta que ronda as negociações políticas, um assunto que nunca foi resolvido e se torna uma dívida história com os agricultores que ainda não conseguiram a posse da terra.

Sobre a condição do agricultor, 25% declararam não ter a posse da terra e trabalhar em propriedades de terceiros, 10% também não conseguiram a posse da terra, arrendando terras para a prática agrícola.

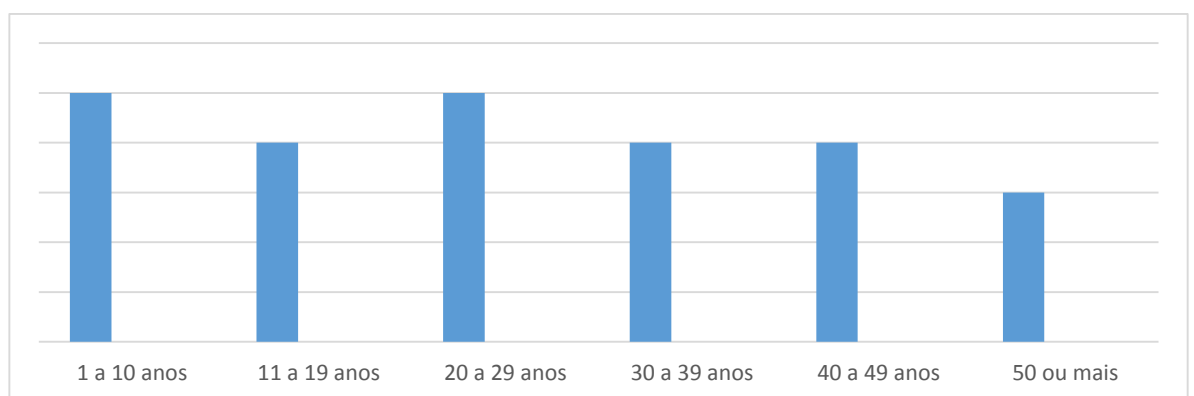
Figura 12: Condição do agricultor na Microrregião do Agreste de Itabaiana.



Fonte: Trabalho de campo, 08/2017.

Através do trabalho de campo, foi possível perceber que as famílias detêm a posse da terra há décadas. Durante as entrevistas, não foi encontrado nenhum proprietário que morasse há menos de um ano, reforçando a ideia de terras antigas e muito partilhadas em poder da mesma família.

Figura 13: Tempo de posse da terra na Microrregião do Agreste de Itabaiana.

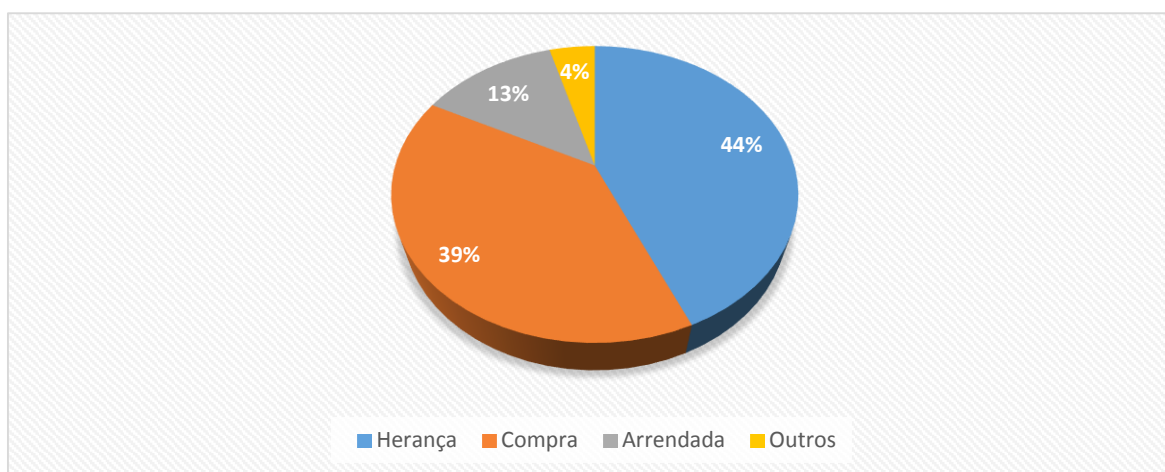


Fonte: Trabalho de campo, 08/2017.

Existem várias formas de se obter a propriedade da terra, seja pela compra, herança, locação da terra (arrendada), entre outras (Ver figura 14). Entre as famílias que foram entrevistadas, 44% declararam ter adquirido a posse através de herança, reforçando o quanto a

terra é fragmentada, visto que, através da divisão entre herdeiros, a terra tende a ser fracionada entre os membros da família. 39% adquiriram a terra através de compra. E apenas 13% não possuem a propriedade da terra, havendo a necessidade de arrendar as terras para as atividades agrícolas. E 4% dos entrevistados afirmaram ter conseguido a terra por outros meios, tendo sido mencionados sorteio em loteria, presente do antigo patrão e apostas. Ao serem questionados se tinham adquirido a terra através de algum tipo de financiamento, os agricultores foram unânicos em dizer que nunca utilizaram os financiamentos para conseguir a propriedade da terra.

Figura 14: Formas de obtenção da terra na Microrregião do Agreste de Itabaiana.



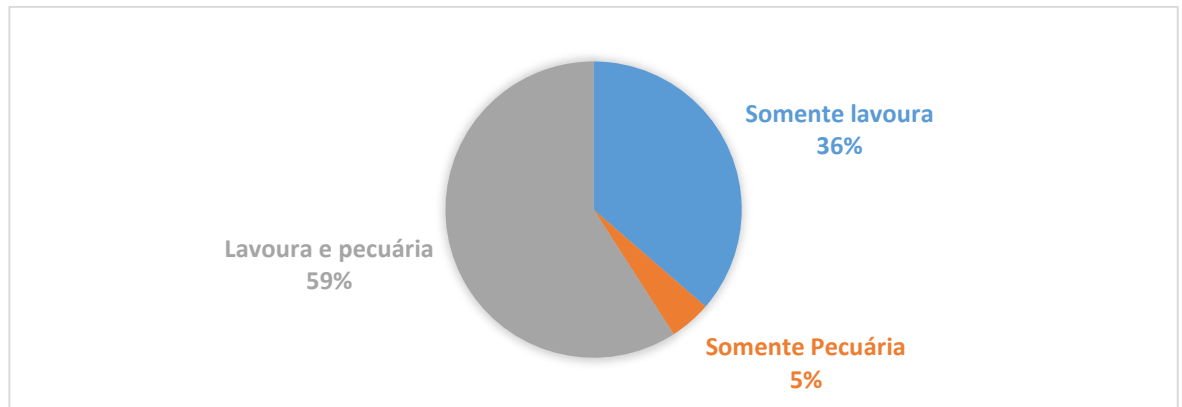
Fonte: Trabalho de campo, 08/2017.

Os agricultores, ao serem questionados sobre de que forma utilizam as terras, 5% responderam que são destinadas somente à pecuária, à criação de animais de pequeno porte, como caprinos, suínos, galináceos e, atualmente, piscicultura, uma atividade com pouca representatividade dentro da Microrregião. Esses agricultores ainda vivem de forma bem tradicional, desenvolvendo apenas uma agricultura de subsistência e sem conexão com o mercado. 36% afirmaram dedicar suas atividades somente à agricultura, uma agricultura mercantil (Ver tabela).

Agora, diante do que foi verificado, 59% dos agricultores utilizam as terras das duas formas, dedicando-se tanto à agricultura quanto à pecuária. Os agricultores que disseram

praticar as duas atividades desenvolvem as atividades de uma forma que aproveite todas as potencialidades da propriedade.

Figura 15: Utilização da terra.



Fonte: Trabalho de campo, 08/2017.

Alguns agricultores trabalham com o sistema de aproveitamento das sobras da agricultura. No sistema de aproveitamento, quase tudo tem uma utilidade, as cascas da mandioca, frutas e verduras, por exemplo, servem para alimentar o gado. O resíduo (manipuera) extraído da mandioca e da batata-doce no processo de beneficiamento é aproveitado para saciar a sede do gado e também como uma forma de o gado engordar naturalmente. Já os excrementos dos animais servem como adubo natural para as plantações.

Um agricultor pluriativo tradicional com pouca ou nenhuma conexão com o mercado utiliza pouca ou nenhuma tecnologia agrícola, mas, através da organização e racionalidade da agricultura, consegue criar mecanismos que ajudam na reprodução e manutenção da família.

Para Schneider (2003), trata-se da pluriatividade que sempre existiu nos moldes tradicionais e se caracteriza de forma simples nas unidades de produção familiares no meio rural. Diferentemente das outras pluriatividades, ela não está voltada para a mercantilização, e sua existência é determinada por um modo singular de viver e organizar a produção.

É equivocado acreditar que o agricultor pluriativo tradicional não pensa em gerar lucro, uma vez que ele pode até desenvolver uma agricultura rudimentar com pouca ou nenhuma tecnologia, sendo isso o que o difere. Talvez esse mesmo agricultor só esteja na condição de agricultor tradicional pluriativo porque ainda não teve a oportunidade de se inserir no meio (Ver figura 16).

De acordo com Paulo, agricultor do município de São Domingos⁷,

Quem sabe viver da agricultura consegue tirar proveito de tudo, o que pode ser lixo para os outros para mim se torna algo lucrativo, trabalho aproveitando o máximo que posso e transformo tudo em dinheiro.

Assim, de acordo com essa informação, embora em uma classificação rígida o agricultor seja definido como pluriativo tradicional, isso não o impediu de buscar estratégias de sobrevivência para manter e gerir a família e a propriedade.

Figura 16: Agricultor alimentando o gado em São Domingos.



Fonte: Trabalho de campo, 08/2017.

O trabalho é realizado através da participação da família e se dá pelo empenho da mesma para realizar todas as atividades dentro da propriedade. Entre os agricultores que fizeram parte da amostra, 76% afirmaram que não empregam assalariado em nenhuma época do ano. De acordo com a classificação oficial, essas famílias se enquadram como agricultores familiares, cuja base produtiva se dá pelo trabalho braçal da família (Ver figura 17). 24%, por sua vez, afirmaram que já contrataram mão-de-obra para trabalhar, principalmente no inverno, quando a produção é mais abundante (Ver figura 18).

⁷ A informação destacada e recuada ao lado é baseada em informações orais/verbais concedidas em trabalho de campo, 2017.

Figura 17: Jovens agricultores na colheita de alface.



Fonte: Trabalho de campo, 08/2017.

Durante todo o ano, o trabalho fica sobre a responsabilidade da família para ser realizado, havendo pouca necessidade de contratar mão-de-obra para trabalhar na agricultura.

Figura 18: Agricultoras raspando mandioca.



Fonte: Trabalho de campo, 08/2017.

Entre todos os agricultores que foram entrevistados, 67% afirmaram que não contratam mão-de-obra extra em época nenhuma do ano. As atividades que exigem que contrate mão-de-obra extra são: limpar, colher, preparar a terra e fazer entrega das mercadorias em supermercados, lavar e ensacar batata. Nos casos analisados, são/foram contratados para trabalhar de forma permanente apenas 2%.

Em pesquisa de campo, foi notada a ausência de agricultores em idade juvenil, e, quando questionados, houve a confirmação de que existe um número reduzido de jovens nas áreas rurais. Alguns fatores que podem ter contribuído para isso são a redução nas taxas de natalidade, já que, como o IDH mostra, essa é uma realidade dos dias atuais, além de fiscalizações com frequência do Conselho Tutelar Municipal, visto que a ação impede que os agricultores levem os filhos para ajudar no trabalho⁸. Ações como essa são importantes para reduzir o trabalho infantil, como disse um informante da pesquisa:

Com essa fiscalização todos os dias, fica difícil levar os filhos para trabalhar! Os meninos crescem sem ter amor pela terra, quando crescem, caça logo um serviço que não seja debaixo do sol (MANÉ CHICO, 2017).

Nesse caso, pode-se dizer que o programa de redução nas taxas de natalidade e controle do trabalho infantil na Microrregião está bem atuante, a partir de ações que surgiram na década de 1990 e se consolidaram na década seguinte.

A produção agrícola depende muito das condições naturais, e qualquer reação adversa significa baixo rendimento na produção. A escassez hídrica provocada principalmente pela falta de chuvas era um entrave para a agricultura no Estado. Na década de 1980, o governo do Estado de Sergipe deu início à implantação de perímetros irrigados, construindo um total de cinco, os dois mais expressivos em volume, produção e comercialização de gêneros agrícolas estão localizados na Microrregião do Agreste de Itabaiana, os quais foram gerenciados pela Companhia de Desenvolvimento de Recurso Hídrico (COHIDRO). O objetivo desses projetos era possibilitar a modernização da agricultura no interior do Estado, deixando os estabelecimentos agrícolas aptos para produzir em qualquer época do ano, sem que houvesse interrupções nas atividades agrícolas no período de falta de precipitação e escassez hídrica (OLIVEIRA, 2003).

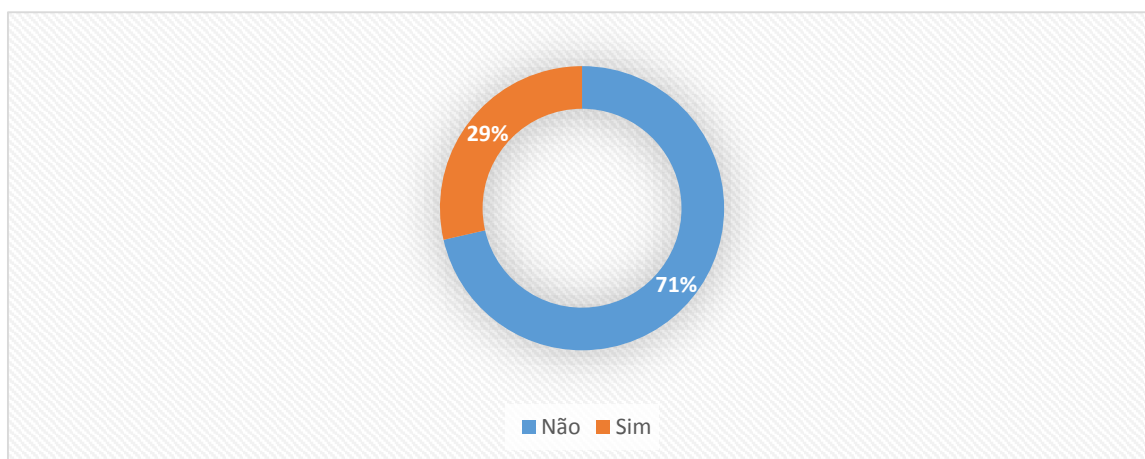
Na Microrregião, há uma tendência ao cultivo de gêneros de ciclo curto. O plantio em algumas propriedades só pode ser feito no inverno, quando acontece maior incidência de chuvas. Alguns agricultores ainda não têm fácil acesso à água e também não dispõem do sistema de irrigação. Nos períodos de estiagem, os agricultores que dependem das variações climáticas

⁸ A informação destacada e recuada ao lado é baseada em informações orais/verbais concedidas em pesquisa de campo, 2017. Mané Chico, agricultor de Malhador.

sofrem com a escassez da água, o que poderia ser solucionado com os sistemas de irrigação e abastecimento.

Entre as unidades familiares que fizeram parte da amostra, apenas 29% dispõem do sistema de irrigação e 71% ainda não podem usufruir dessa tecnologia (Ver figura 19). Isso quer dizer que, no que diz respeito ao acesso à água, os números são bem maiores para aquele que ainda não dispõe de água dentro da sua propriedade. A falta do sistema de irrigação gera insatisfação por parte dos agricultores que não podem expandir a produção e, conseqüentemente, não atingem o lucro desejado.

Figura 19: Áreas irrigadas.



Fonte: Trabalho de campo, 08/2017.

Para que os sistemas de irrigação fossem implantados, seriam necessários investimentos nos materiais para instalação. Entretanto, muitos afirmaram não dispor do capital necessário para fazer esses investimentos. Se bem que isso também seria uma resolução pontual, visto que o kit para irrigação é implantado de forma individual em cada propriedade. Seria necessário, portanto, uma política pública de distribuição de água, porque uma grande parcela de agricultores ainda não dispõe desse recurso dentro da propriedade.

Como a terra não é estática e sofre intervenções principalmente antrópica capaz de modificar o seu tamanho original, 52% dos entrevistados afirmaram que a sua propriedade já sofreu algum tipo de modificação. Enquanto isso, 48% afirmam que a sua propriedade continua exatamente da mesma forma, sem sofrer nenhum tipo de alteração. Quando questionados sobre quais as alterações que foram feitas na propriedade, foram mencionadas as seguintes:

- ✓ Partilha da terra entre parentes, divisão da terra através de herança.
- ✓ Ampliação ou incorporação de novas áreas na propriedade através de compra.
- ✓ Redução da área por venda de parte da terra.
- ✓ Algumas modificações foram sofridas por conta de escavação de poços e implantação de sistema de irrigação. As alterações que foram apontadas pelos agricultores durante a entrevista de campo demonstram a necessidade de melhorar a propriedade rural para desenvolver uma agricultura de qualidade.

3.4 Atividades desenvolvidas dentro da Microrregião

A agricultura é uma das atividades mais antigas, e, no Brasil, foi desenvolvida a princípio pelos nativos como uma agricultura de subsistência. A produção dos nativos era à base de rama da batata-doce, macaxeira, milho e amendoim. E esses mesmos cultivos ainda na sociedade atual representam grande parte das receitas econômicas das famílias de agricultores da Microrregião.

A agricultura familiar brasileira é extremamente diversificada, incluindo tanto famílias que vivem e cultivam em minifúndios quanto produtores modernos do agronegócio. E a renda gerada pela produção muitas vezes define a linha da pobreza (IICA, 2006).

A categoria agricultor pluriativo dará subsídio para analisar a agricultura desenvolvida na Microrregião. Embora essa atividade seja desenvolvida em pequenas propriedades que se caracterizam como minifúndio, a agricultura é extremamente diversificada e muito expressiva, e a produção é voltada para a comercialização, tendo como base produtiva a mão-de-obra da família, necessitando pouco da contratação de mão-de-obra trabalhadora. Nesse sentido, as contratações acontecem em alguns períodos do ano, sobretudo no inverno, período que apresenta uma certa regularidade de chuvas e, com isso, há um aumento significativo na produção, já que muitos agricultores dependem das chuvas para plantar.

Os principais cultivos produzidos são: amendoim, milho, feijão, macaxeira, inhame, rama da batata-doce, maxixe, pimenta, quiabo, coentro, alface e cebola. Associada a essa atividade, tem-se a criação de animais, como: bois, porcos e galinhas. No entanto, esta atividade é pouco representativa se comparada com os rendimentos da receita produzida pela agricultura.

A produção dos agricultores familiares da Microrregião é destinada à venda e à produção de hortaliças, macaxeira, batata-doce, inhame, quiabo e maxixe, entre outros, sendo que a macaxeira é o produto mais comercializado, tanto na sua forma *in natura* como também beneficiada em forma de farinha, um gênero alimentício muito consumido em todo o Estado.

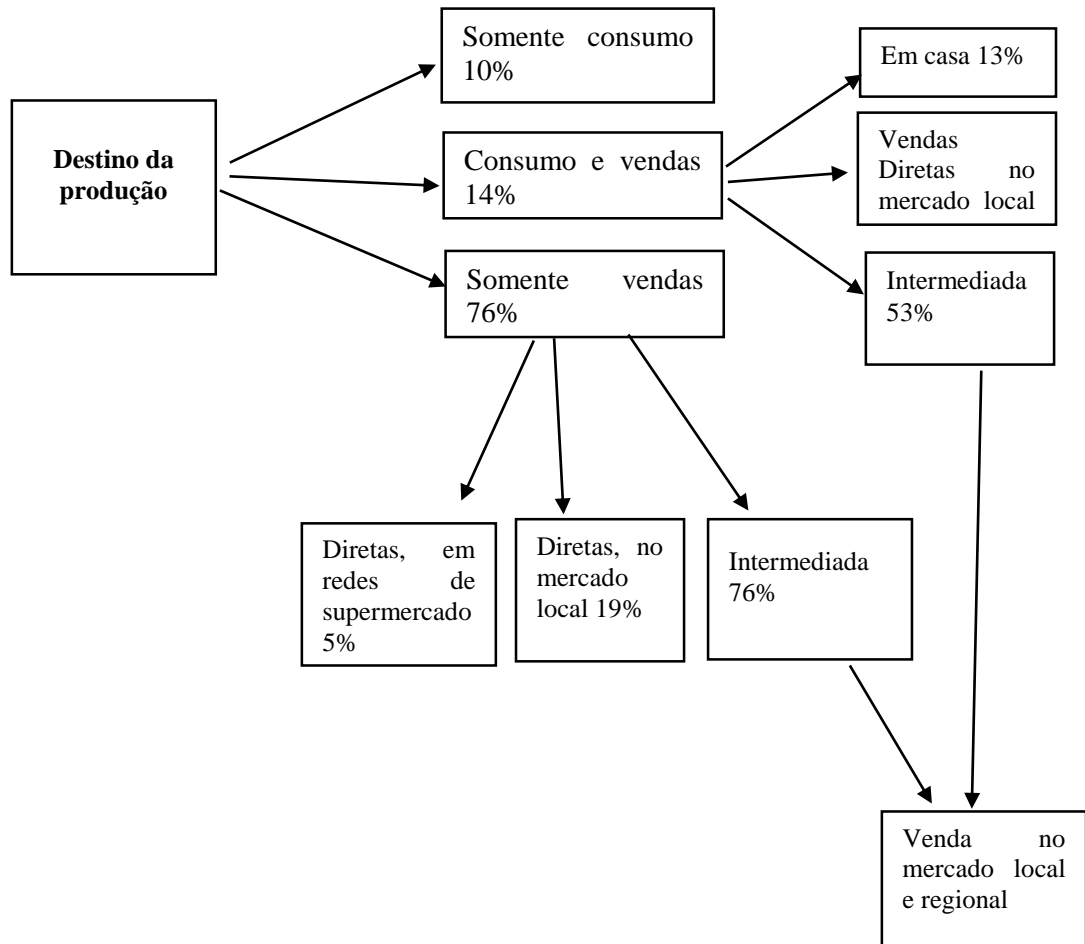
Figura 20: Produção da agricultura familiar distribuída para supermercado.



Fonte: Trabalho de campo, 08/2017.

A produção é comercial e escoada para o mercado local, feiras livres, supermercados e também para a capital, Aracaju, alcançando os Estados vizinhos, como Bahia e Alagoas. E a negociação quase sempre é feita através do atravessador, que compra toda a produção e a distribui no mercado local ou no mercado regional.

Destino da produção agrícola da Microrregião.



Fonte: Trabalho de campo, 2017.
Organização: Cristina Teixeira, 2017.

O intermediário é uma figura muito presente nessa região, visto que eles são responsáveis por comprar grande parte da produção dos agricultores familiares. Muitas vezes, as negociações acontecem com os produtos ainda plantados, uma espécie de venda programada para ser entregue no período da colheita.

Alguns agricultores veem no intermediário a possibilidade de garantir a venda da sua produção, mas, em alguns casos, essa venda não representa uma boa margem de lucro para o agricultor, que vende seus produtos a preço irrisório, a maior parte do lucro ficando para o intermediário.

Outros veem a negociação com o intermediário como vantajosa, significando redução de despesas, pois quem compra (intermediário) fica responsável por transportar, selecionar e

encaixar a mercadoria comprada. Os agricultores familiares têm muita dificuldade em escoar sua produção, ficando na dependência do intermediário, e esse ciclo de dependência deixa o agricultor sem possibilidades de negociação dos seus produtos, aceitando qualquer acordo proposto pelo intermediário.

Dentre os municípios que fazem parte da Microrregião, Campo do Brito e São Domingos praticamente eliminaram a figura do intermediário. Os agricultores são organizados em associações que atuam há uma década e meia. Assim, praticamente toda a produção desses municípios são negociadas através das cooperativas (Ver figura 21).

Figura 21: Cooperativa Boa Hora, em São Domingos.



Fonte: Trabalho de campo, 08/2017.

Os agricultores familiares, para terem mais poder competitivo no mercado, passaram a se organizar em cooperativas. Dessa maneira, eles não têm a necessidade de recorrer ao intermediário para vender sua produção.

O associativismo ainda é a melhor solução para o pequeno produtor, haja vista que, além de vender os produtos *in natura*, trabalham também com o sistema de beneficiamento, principalmente da mandioca, produzindo farinha tradicional e farinha azeda. Além disso, os produtos são destinados à venda nos mercados locais e regionais.

Figura 22: Farinha produzida pelos agricultores familiares de São Domingos.



Fonte: Trabalho de campo, 08/2017.

A mandioca é um gênero agrícola com grande capacidade de transformação. A farinha produzida a partir da mandioca é um dos produtos mais comercializados dentro do Estado, sendo que a farinha produzida na Microrregião é considerada a mais gostosa de todo o Estado, tendo sido destaque nacional em matérias para a tv.

É, pois, um produto que poderia ter um selo de Indicação Geográfica que atestasse a qualidade e a procedência do produto através de controles rígidos de qualidade. Os produtos que apresentam esse selo dispõem de qualidades únicas, explorando as características naturais, tais como geográficas (solo, vegetação), meteorológicas (clima) e humanas (cultivo, tratamento, manufatura), indicando, assim, de onde são provenientes e sendo vistas como bens que possuem um certificado. Se houvesse essa certificação, os agricultores passariam a produzir um produto que seria supervalorizado, conseqüentemente lucrariam bem mais.

Além da farinha de mandioca, os cooperados viram na batata-doce um novo nicho de mercado, logo, além de beneficiarem a mandioca, eles também desenvolveram o processo de beneficiamento da batata-doce, que é ainda algo inovador.

Figura 23: Beneficiamento da batata-doce.



Fonte: Trabalho de campo, 08/2017.

Quando questionado sobre se existia mercado e se economicamente valia a pena produzir a farinha da batata-doce, um entrevistado respondeu⁹:

A farinha da batata-doce nunca irá superar as vendas da farinha de mandioca, não temos essa pretensão de mudar os gostos alimentícios das pessoas. Apenas percebemos que o número de pessoas preocupadas com o corpo/forma física tem aumentado muito nos últimos tempos. A ideia de beneficiar a batata-doce surgiu da observação, as pessoas mais jovens estão cada dia mais em busca de um corpo perfeito, principalmente os que frequentam as academias. Foi observado que eles comem muita batata-doce para ganhar massa muscular, a partir desse pensamento, começamos a fazer testes para produzir a farinha da batata e começamos a oferecer em algumas academias. A produção da farinha deu tão certo que hoje já temos venda garantida, distribuímos para várias academias a farinha da batata, e já se mostra um sucesso de vendas. O lucro em relação ao outro tipo de farinha é pouco, mas estamos apostando nesse novo nicho de mercado. Porque quem gosta de cuidar do corpo não tem pena de gastar e paga caro pela farinha de batata (PAULO, 2017).

Como se nota, os agricultores familiares perceberam na batata-doce um novo nincho de mercado. Assim, se a batata-doce era pouco aproveitada, a partir da experiência do beneficiamento, que está sendo positivo, os agricultores estão na expectativa de introduzir novos produtos.

⁹ A informação destacada e recuada ao lado é baseada em informações orais/verbais concedidas em trabalho de campo, 2017.

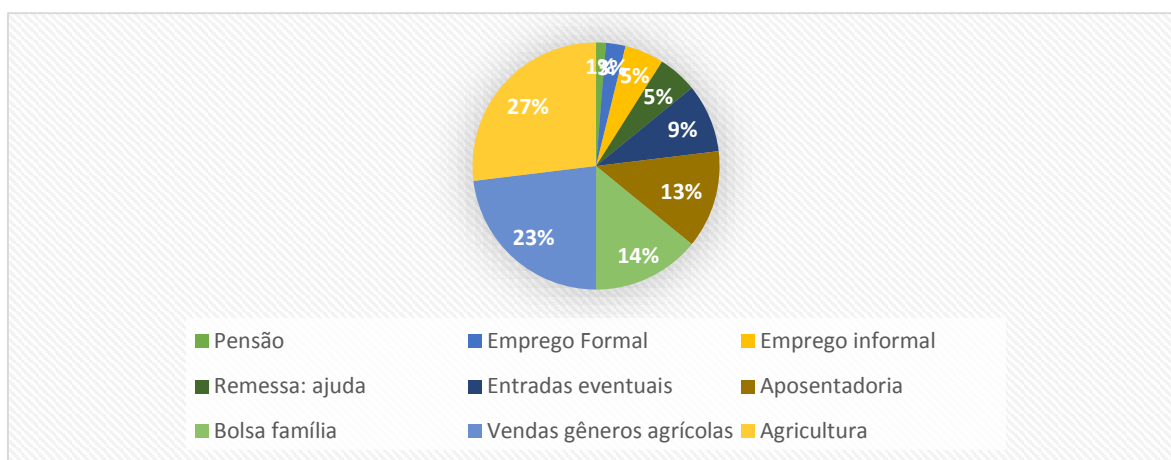
3.5 Formação dos rendimentos das famílias

Na composição da renda das famílias, os maiores rendimentos são provindos da agricultura, da venda dos gêneros agrícolas e da produção. A agricultura familiar ainda continua sendo a maior fonte de rendimentos para as famílias, representando 27%, com 23% gerados da venda ou beneficiamento de gêneros agrícolas, atingindo um total de 50% da formação da renda da família.

O Bolsa Família é um programa do governo de transferência de renda e também tem se mostrado um complemento de renda muito importante para as famílias, representando 14% da renda das famílias. O presidente em exercício, ao assumir a presidência, anunciou uma forma de controlar a “crise” econômica que o país atravessa, contendo, para isso, os gastos públicos. Depois da afirmação, veio a confirmação de que o dinheiro gasto com programas sociais de transferência de crédito sofreria uma redução. Assim, em 2017, aproximadamente 470 mil beneficiários tiveram seus benefícios cancelados.

Através do trabalho de campo, alguns agricultores puderam expressar sua insatisfação por ter o benefício cancelado. Apesar da insatisfação, ainda 14% das famílias entrevistadas continuam recebendo o benefício federal.

Através do gráfico, mostra-se a importância da aposentadoria rural, a quarta maior fonte de rendimento das famílias. Isso significa também uma redução no número de agricultores que estão em atividade. Esse número corresponde a 13%, ou seja, uma parte significativa das famílias depende desse salário para compor a renda familiar. E 9% dos entrevistados responderam que parte dos seus rendimentos advém de entradas eventuais, isto é, de prestação de serviço, trabalho temporário ou sazonal. Dos entrevistados, apenas 5% afirmaram que recebem ajuda de parentes, sendo que alguns estão em outros estados e enviam remessas de dinheiro, ou de ajuda financeira de parentes mais velhos que moram na mesma casa e ajudam nas despesas da família. Também corresponde a 5% a renda advinda de trabalho informal, enquanto 3% vêm de trabalho formal, com registro em carteira de trabalho. E apenas 1% vem de pensão (Ver figura 24).

Figura 24: Receita das famílias.

Fonte: Trabalho de campo, 08/2017.

Dos rendimentos totais que as famílias conseguem formar durante o mês, 8% afirmaram que mensalmente sua renda não ultrapassa meio salário mínimo. Essas famílias afirmaram plantar somente para subsistência, não demonstrando nenhum tipo de integração com o mercado. Pela classificação da FAO/Inra (1995, 1996), esses agricultores são classificados como periféricos, sendo um grupo muito numeroso e sem conexão com o mercado e que não tem acesso às tecnologias e pouco se beneficia das políticas públicas de desenvolvimento rural. No Brasil, estima-se que são aproximadamente 11 milhões o número de agricultores excluídos do sistema.

E 50% das famílias afirmaram que seus rendimentos mensais são de 1 a 2 salários mínimos, média compatível com a nacional. 18% das famílias afirmaram que seus rendimentos mensais variam de 2,5 a 3 salários mínimos. A mesma porcentagem se repetiu entre os agricultores que têm seus rendimentos mensais de 3,5 a 4 salários mínimos, e 4,5 a 5 salários mínimos ambos com 4%.

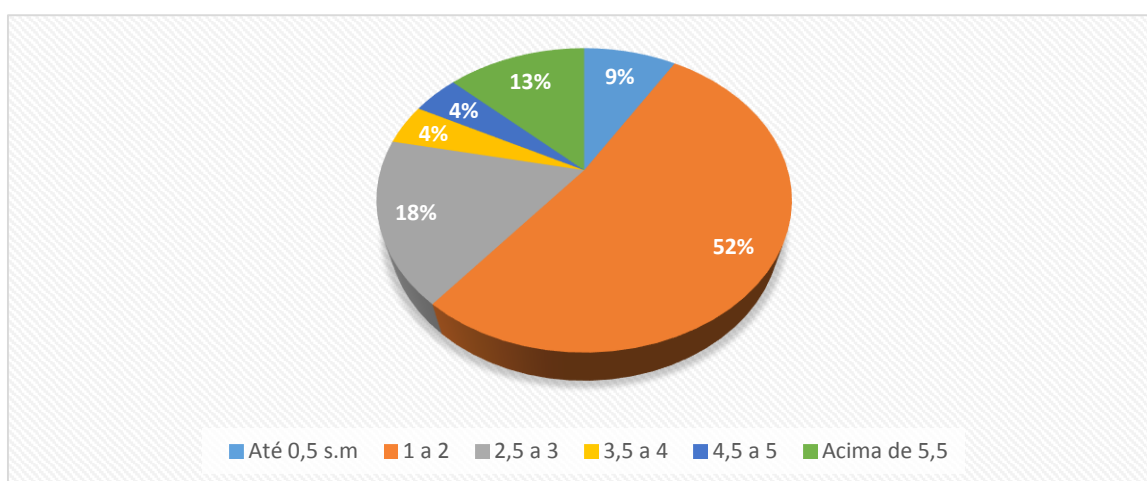
Esses dois grupos de agricultores são classificados como agricultores em transição, são agricultores que apresentam uma boa organização e estão integrados ao mercado e aos circuitos tecnológicos, o que favorece a captação de recursos e a viabilidade econômica.

E 13% das famílias afirmaram que suas rendas mensalmente ultrapassam cinco salários mínimos mensais. São agricultores com poder aquisitivo alto, podendo ser classificados como agricultores consolidados, os quais fazem parte de um pequeno grupo bem seleto que está totalmente integrado ao mercado. Esses agricultores, além de sua produção ter apenas fins

mercantis, estão integrados tecnologicamente, têm facilidades de captar recursos e usufruem de políticas públicas rurais.

De acordo com as respostas dos questionários, cerca de 42% das famílias responderam que os rendimentos da família são gastos de forma a garantir a subsistência da família; 22% das famílias responderam que, apesar de gastarem com a subsistência da família, eles conseguem poupar parte da renda para garantir o futuro, principalmente em casos emergenciais a curto prazo (Ver figura 25).

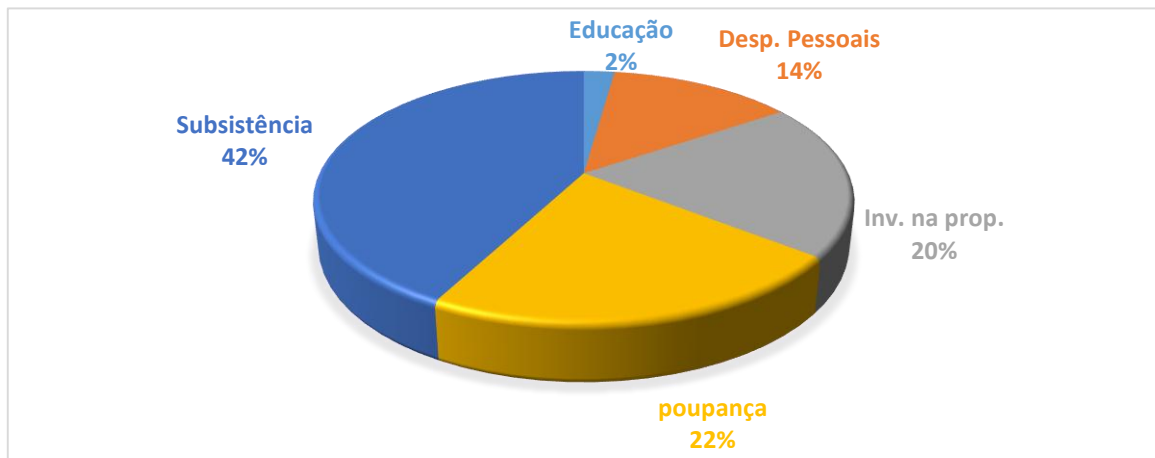
Figura 25: Renda total mensal das famílias em salário mínimo (s.m.).



Fonte: Trabalho de campo, 08/2017.

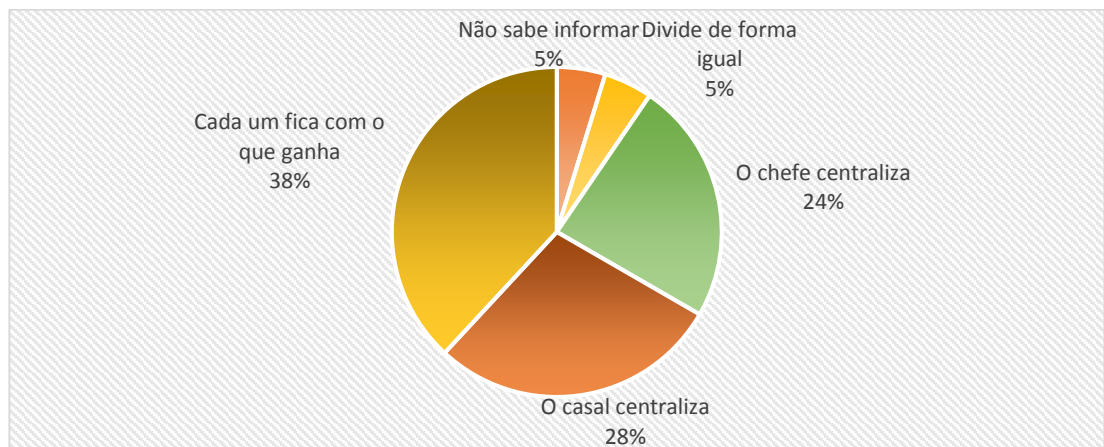
Das famílias entrevistadas, 20% demonstraram um nível de conscientização maior em relação aos demais agricultores, pois sabem da necessidade de investir na propriedade. Dessa maneira, continuam produzindo, e, com isso, as atividades agrícolas continuam sendo a maior fonte de renda.

Também foi percebido que grande parte do dinheiro se destina às despesas pessoais, como: saúde, alimentação, despesas domésticas, entre outras, correspondendo a 14% das famílias. Esse percentual marca uma das principais diferenças entre o homem da área urbana e o homem da área rural. Isso porque, enquanto na área urbana as pessoas recebem salário para pagar as dívidas, os agricultores poupam pensando em prevenir intercorrências futuras.

Figura 26: Destino dos rendimentos das famílias.

Fonte: Trabalho de campo, 08/2017.

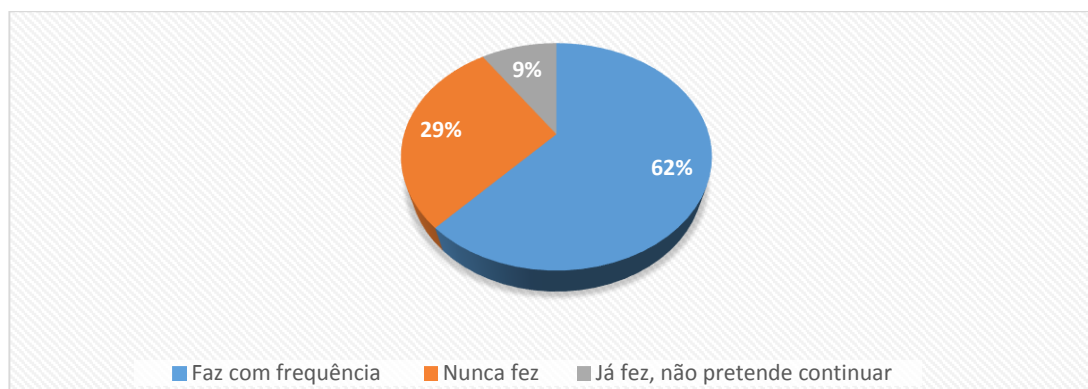
Entretanto, um dos dados que mais chamou a atenção, devido à irrelevância que foi dada, foi o item educação, visto que apenas 2% das famílias disseram que têm como prioridade investir na educação dos filhos. Talvez isso possa explicar as altas taxas de analfabetismo da população adulta que faz parte da amostra e também a distorção na idade/série dos adolescentes que se encontram em idade escolar. Observou-se, no entanto, que as crianças entre 5 e 10 anos da amostra estão matriculadas regularmente e estão conseguindo acompanhar o desenvolvimento escolar dentro do tempo esperado, não apresentando índices de repetência escolar.

Figura 27: Como a família administra os rendimentos.

Fonte: Trabalho de campo, 08/2017.

De acordo com as respostas obtidas quando questionados sobre a forma que a família administra os rendimentos da família, foram obtidas as seguintes respostas: 38% afirmaram que cada um que trabalha fica com o que ganha e é responsável pelo seu próprio dinheiro; 28% afirmaram que o casal centraliza os rendimentos e prioriza os gastos com o que for necessário; 24%, ao serem indagados, responderam que o chefe da família centraliza os rendimentos, por ele ser responsável por toda a família e quem toma as decisões, cabendo a ele a administração do dinheiro. Apenas 5% afirmaram que o dinheiro é dividido de forma igualitária entre os que trabalham e cada um administra o seu dinheiro individualmente. E 5% não quiseram opinar ou não souberam informar como se dá a forma de administrar a renda da família.

Figura 28: Empréstimos.



Fonte: Trabalho de campo, 08/2017.

Das famílias que fizeram parte da amostra, 62% afirmaram que já fizeram empréstimos, e continuam fazendo com certa regularidade. Alguns se queixam que o valor destinado ao pequeno produtor é muito baixo, visto que o banco só disponibiliza para o pequeno agricultor entre 1,5 mil reais a 4 mil reais. Os agricultores consideram o valor pequeno e gostariam que esse valor pudesse ser aumentado para investir cada vez mais na agricultura.

O dinheiro que é disponibilizado pelo banco é aplicado na propriedade, visto que os agricultores investem em insumos, ferramentas, sementes, etc., tudo que possa proporcionar a expansão da produção agrícola. Além da agricultura, parte do dinheiro é destinada à pecuária, na criação bovina, suína, de galináceos e também na piscicultura.

Entre os entrevistados, 62% de agricultores afirmaram que já tomaram empréstimos para investir na agricultura; 16,6% afirmaram que mudaram o destino do dinheiro adquirido em empréstimo, sendo que alguns afirmaram que direcionaram esse dinheiro para construção e

reforma da casa própria, compra de veículos, aquisição de eletrodomésticos e eletroeletrônicos e também para abrir pequenos comércios na comunidade local.

Isso mostra que o dinheiro público é concedido para expandir a produção. No entanto, o mau uso do dinheiro, aliado à falta de fiscalização, provoca muitos casos de inadimplência por parte dos agricultores junto aos bancos. Esse mau uso gera um problema ainda maior, pois, além da inadimplência por falta de pagamento, o agricultor não consegue expandir a produção e vive na total dependência de políticas públicas rurais.

Foi constatado, através de trabalho de campo, que os agricultores mantêm um estilo de vida semelhante ao das pessoas que vivem na zona urbana. As casas das propriedades são organizadas com móveis, eletrodomésticos e eletroeletrônicos que proporcionam o conforto, e uma grande parcela dos entrevistados atribuiu esse conforto ao aumento do fluxo de caixa da família, por conta de uma segunda atividade desenvolvida por algum membro da família.

Essas famílias podem ser caracterizadas como famílias de agricultores pluriativos, uma vez que eles, além de desenvolverem atividades agrícolas, também desenvolvem uma segunda atividade que pode estar ou não ligada à agricultura. Não existem conceitos rígidos que determinem se a família se encaixa na definição de pluriativa. De acordo com a definição de Schneider (2003), a família é entendida como grupo social que partilha o mesmo espaço ou propriedade agrícola e se reconhece como família, não tendo necessariamente laços consanguíneos. É a família que discute e decide quais as melhores estratégias de organização e inserção produtiva. Logo, é a partir das decisões da família que cada indivíduo faz suas escolhas pessoais.

Das famílias que foram entrevistadas, 100% delas dispõem do serviço de luz elétrica na sua propriedade, essa energia é proveniente da rede geral de eletricidade (Energisa). Graças a esse programa de governo, a Microrregião do Agreste de Itabaiana erradicou a exclusão elétrica através do programa de governo “Luz para todos”, o qual tem como objetivo levar luz elétrica a todas as comunidades rurais do Brasil. A iniciativa foi feita por meio do Decreto Nº 8.387, de 30 de dezembro de 2014. A água foi um item muito valorizado entre os agricultores, mas nem todas as propriedades dispõem da comodidade de receber água em suas residências pela rede de abastecimento geral (Deso). Nos povoados em que os agricultores ainda não dispõem desse serviço público, é no chafariz que a distribuição da água é feita. Entretanto, alguns moradores se queixam da irregularidade na distribuição da água, e esse problema se agrava ainda mais no verão, demandando do poder público que faça a distribuição da água através de carros-pipa.

Alguns agricultores dispõem do seu próprio sistema de abastecimento dentro da propriedade, uma vez que muitos mandaram cavar poços, mas realizar essa tarefa fica muito oneroso e nem todos os agricultores dispõem de capital suficiente para implantar um poço em sua propriedade.

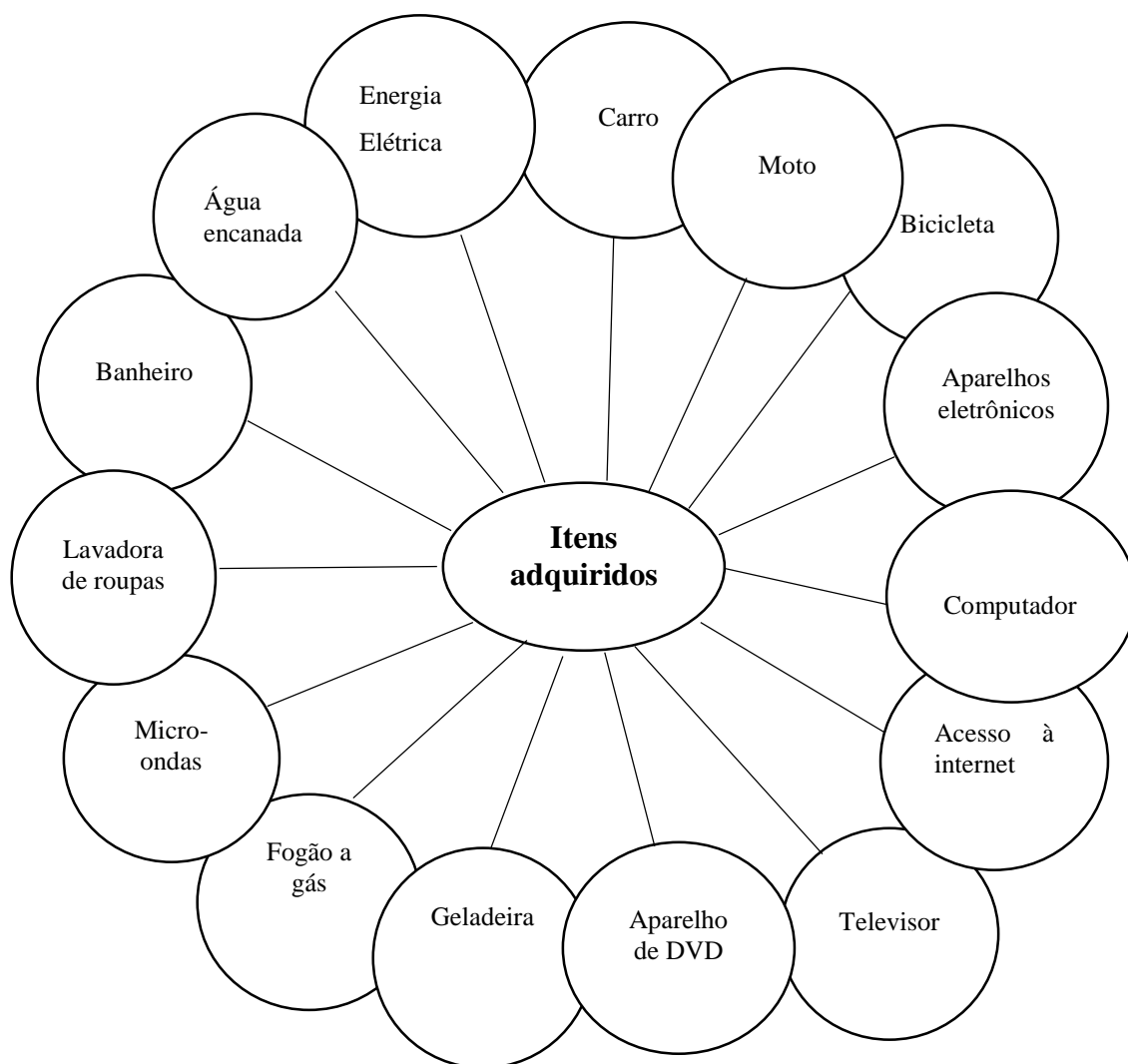
Figura 29: Poço no Povoado Zanguê em Itabaiana.



Fonte: Trabalho de campo, 08/2017.

Em *locus*, pode-se perceber que as famílias de agricultores levam uma vida semelhante ao modo de vida urbano, pois, em décadas passadas, desfrutar da comodidade do modo de vida urbano era quase impossível para quem morava na zona rural. Além disso, foram mencionados e também observados alguns itens indicadores socioeconômicos encontrados nas propriedades visitadas.

Itens indicadores socioeconômicos.



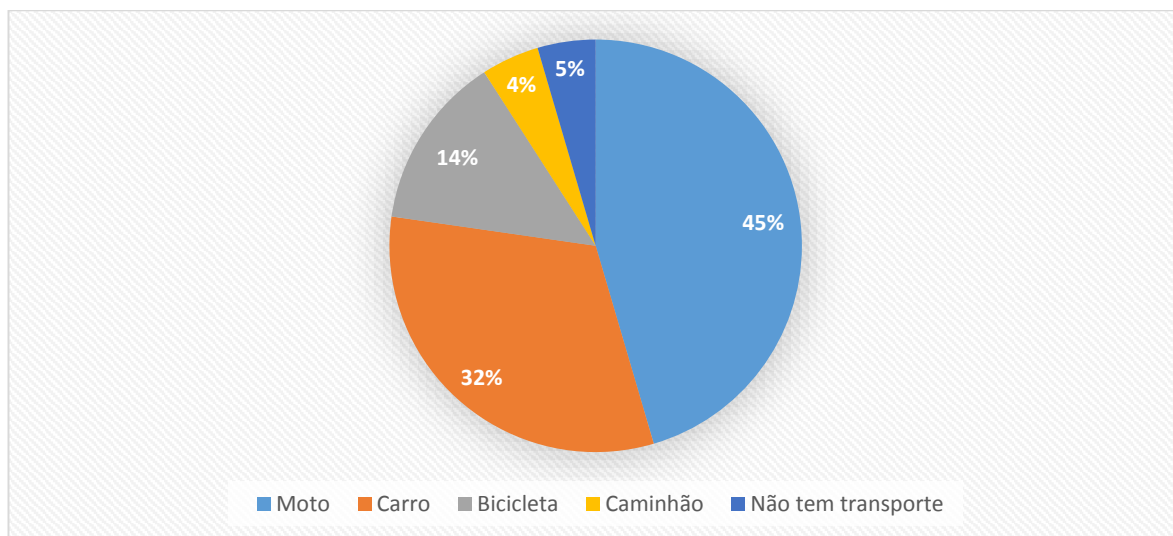
Fonte: Com base em Rocha (2016) e em trabalho de campo (2017).
Elaboração: Cristina Teixeira, 2017.

Todos os itens encontrados nas propriedades que foram submetidas à pesquisa demonstraram melhoria na qualidade de vida. Os agricultores hoje têm acesso aos itens básicos, como eletrodomésticos, eletrônicos e móveis, que antes não faziam parte da realidade rural.

Muitos já adquiriram algum meio de transporte como moto, carro, bicicleta, caminhão. Observa-se que a moto é o meio de transporte mais usado, pois os dados mostram que 45% dos agricultores, para fazerem seu deslocamento, utilizam a moto. Na sequência, vem o carro, com aquisição por 32% dos agricultores entrevistados.

A bicicleta foi citada como meio de transporte usado por um percentual de 14%, e apenas 4% tiveram as condições mínimas necessárias para comprar um caminhão. Entre todos os entrevistados, 5% afirmaram não possuir nenhum meio de transporte, e, quando precisam, utilizam o transpote público municipal.

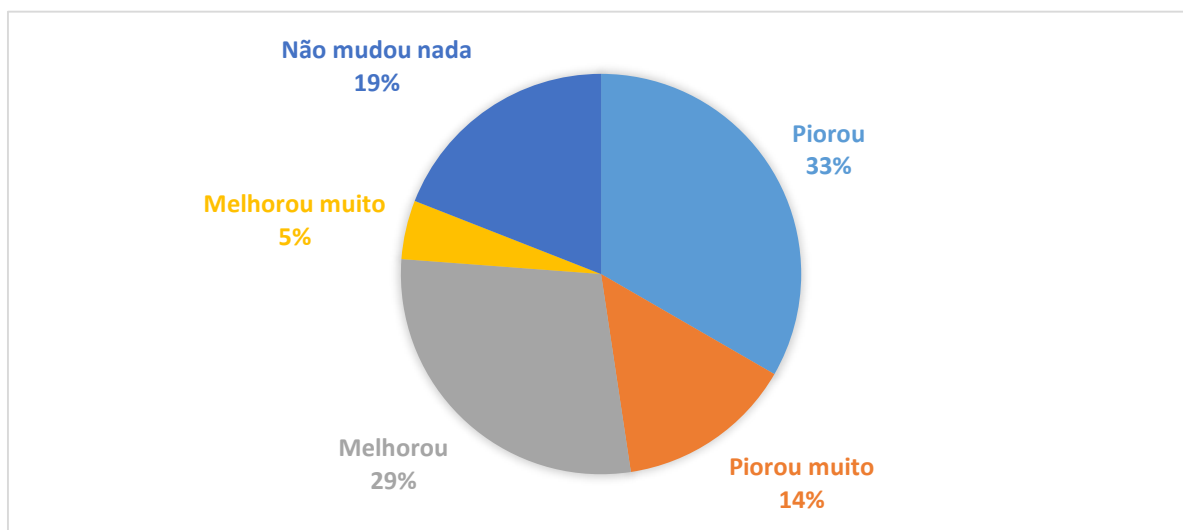
Figura 30: Meio de transporte dos agricultores.



Fonte: Trabalho de campo, 2017.

As respostas a seguir são subjetivas e partem do ponto de vista e do gosto dos agricultores, os quais responderam de forma espontânea ao questionário. Ao serem questionados sobre as condições de vida no município nos últimos anos, as respostas foram bem variadas, sendo que “piorou” e “piorou muito” correspondem respectivamente a 33% e 14% da amostra. Na verdade, os que demonstraram insatisfação quando questionados sobre os últimos anos no município, em geral foi percebido que a insatisfação na verdade se dá por conta da política local; os que responderam que a vida piorou ou piorou muito exprimiram a sua insatisfação acerca do prefeito que está atuando, e os agricultores mostram-se contrários à situação. Entre os que se mostraram mais otimistas, 29% afirmaram que a vida teve melhoras significativas nos últimos tempos, e 5% julgaram que as condições de vida melhoraram assustadoramente no município. Já 19% dos agricultores que fizeram parte da amostra disseram não ter percebido nenhum tipo de mudança significativa nem para melhor e nem para pior.

Figura 31: Avaliação das condições de vida nos últimos cinco anos.



Fonte: Elaborado pela autora, com base em pesquisa de campo (2017).

Questionados sobre o que o poder público poderia fazer para melhorar as condições de vida, as respostas obtidas foram:

- ✓ Melhorar a segurança;
- ✓ Pavimentar as principais vias de acesso;
- ✓ Disponibilizar água nas propriedades que ainda não dispõem do sistema de abastecimento;
- ✓ Melhorar a distribuição nos lugares que já dispõem do acesso à água;
- ✓ Ampliar o número de postos de assistência médica;
- ✓ Ter mais regularidade de médico e de remédios nos postos de saúde;
- ✓ Aumentar o valor disponível para empréstimos para o pequeno produtor rural.

Ao serem questionados se gostam de morar no povoado/município, os agricultores demonstraram um alto grau de satisfação, uma vez que 90% disseram gostar muito de morar onde estão domiciliados, tendo enorme satisfação quanto ao seu lugar, apesar de todos os percalços da vida rural. Já uma parcela bem pequena demonstrou não gostar de morar no lugar, correspondendo 10% do total.

Questionados sobre qual atividade esperam que os filhos possam exercer no futuro, trabalhar na agricultura é uma das atividades que está fora dos planos dos pais. 67% afirmam que os filhos devem estudar para ter uma profissão melhor (de futuro), pois a vida do agricultor é muito difícil. Entre as atividades em que os pais sonham ver os filhos trabalhando, estão a de médico, advogado, engenheiro, agrônomo e professor.

Outros 24% apoiam a ideia de os filhos se tornarem agricultores. Um deles fez uma ressalva, dizendo que seus filhos poderiam trabalhar onde eles quisessem e, se quisessem trabalhar na agricultura, ele os iria apoiar, mas, para isso, ele observa que a agricultura teria que melhorar. Já 9% não quiseram opinar, pois acham que cabe aos filhos a decisão.

Sobre incentivar os filhos a morarem e sobreviverem da terra, 33% dos agricultores se mostraram favoráveis; 48% não apoiam os filhos a continuarem morando e muito menos sobrevivendo da agricultura. E os outros 19% apoiam em parte a ideia, incentivando os filhos a continuarem morando na zona rural, mas os incentivando a trabalharem em outra atividade diferente da agricultura, buscando, para tanto, oportunidades que a agricultura não disponibiliza.

Dos entrevistados, 81% dos agricultores demonstraram satisfação em trabalhar com a agricultura e afirmaram não ter interesse nenhum em desenvolver outra atividade diferente da agricultura.

Entre os motivos apresentados que fizeram com que os agricultores não despertassem interesse em exercer uma outra atividade, o principal está associado à baixa escolaridade, pois muitos afirmam que não têm estudo e, por isso, não se dispõem a trabalhar em outra coisa que não seja a agricultura.

Os que demonstram interesse em trabalhar em outra atividade representam 19%, sendo que muitos sonham com emprego formal, com registro em carteira de trabalho, uma vez que a a carteira trabalhista assinada garante direitos trabalhistas que a agricultura não disponibiliza.

Entre as pessoas que fizeram parte da amostra, as mulheres foram as que mais demonstraram interesse em exercer uma outra atividade além da agricultura, haja vista que elas julgam que, se trabalhassem em outra atividade, teriam mais dinheiro e, assim, as condições de vida delas e da família melhorariam. Entre as atividades em que elas demonstraram maior interesse de trabalhar estão: cozinheira, doméstica e serviços gerais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preocupação inicial desta pesquisa foi analisar o núcleo familiar dos agricultores da Microrregião do Agreste de Itabaiana, buscando evidências que permitissem analisar a pluriatividade e como ela se torna importante para a reprodução socioeconômica das famílias que compõem a Microrregião. Foi possível conhecer o perfil dos agricultores e como as famílias se organizam socioeconomicamente. Além de identificar as atividades que são desenvolvidas, foi verificado que os agricultores desenvolvem tanto atividades agrícolas quanto atividades não-agrícolas que são desenvolvidas dentro e fora da propriedade.

Permitiu-se entender a importância de Itabaiana dentro da Microrregião, destacando-se em todos os aspectos como: cultural, político, social e religioso. A Microrregião do Agreste de Itabaiana é composta por sete municípios, sendo que, dentre eles, seis apresentam-se com maior população rural, e somente Itabaiana se diferencia dos demais, com maior concentração de população urbana correspondente a 78% do total da população absoluta. Nota-se, ainda, que grande parte da receita dos municípios são construídas a partir do setor primário.

As análises dessas atividades serviram como base para responder a alguns questionamentos que foram levantados no decorrer desta pesquisa. A pluriatividade é um fenômeno antigo, de acordo com Schneider (2003), pode afirmar que não é algo novo, visto que pode ser percebido nos clássicos de Kautsks quando se refere a trabalho acessório, e Chayanov utiliza o termo “outras atividades não-agrícolas”. Embora essas ideias estejam presentes nos trabalhos clássicos, o termo pluriatividade é relativamente recente e passou por uma série de adaptações até chegar ao termo usual. Isso porque existiam várias expressões que tentavam explicar o fenômeno da pluriatividade, entre elas: a dupla atividade, a atividade para-agrícola, a atividade de tempo parcial, entre outras. Essas expressões acabavam provocando confusões semânticas, e até nos dias atuais ainda não existe uma clareza no conceito de pluriatividade, visto que é um conceito construído a partir de da concepção do autor.

Pode-se afirmar também que, na área de estudo, existe a presença da pluriatividade. Entre os cinco tipos de pluriatividade que existem, de acordo com a definição de Schneider, o que mais se destaca é a pluriatividade para-agrícola, que é resultante das atividades que estão ligadas à transformação, ao beneficiamento e/ou ao processamento de produção agrícola (*in natura* ou de derivados), estando destinada à comercialização. No que se refere ao gênero agrícola com maior produção dentro da Microrregião do Agreste de Itabaiana, destaca-se a

mandioca, destacando-se também no processo de beneficiamento. Os produtos produzidos a partir do beneficiamento da mandioca são: bolos, beijos, tapiocas, biscoitos e, principalmente, a farinha de mandioca. Alguns municípios têm a sua economia fortalecida a partir do beneficiamento da mandioca dentro da Microrregião, destaca-se aqui o município de São Domingos, onde é perceptível o grande número de “casas de farinha”, lugar onde a mandioca é processada e armazenada, posteriormente ela é comercializada.

Também há a forte presença da pluriatividade Inter setorial, um tipo de pluriatividade que se articula entre a agricultura e os demais setores da economia; no caso da área de estudo, há uma forte ligação com o comércio do município de Itabaiana. Nas unidades familiares em que foi possível identificar esse tipo de pluriatividade, as atividades geralmente são desenvolvidas por jovens ou pelos filhos que desenvolvem uma atividade agrícola somada à atividade não-agrícola. As atividades não-agrícolas, por sua vez, estão ligadas ao comércio e ao setor de serviços, as atividades mencionadas são: caixas e repositores em supermercados, vigilantes e serviços gerais, entre outros.

O debate sobre a noção de pluriatividade surgiu na década de 1970 em países com economias bem desenvolvidas e onde o capitalismo avançou sobre as áreas rurais. Na Europa, sobretudo na França, essas noções eram estudadas como *Pluriactivité* ou *pluriactivity*; já nos Estados Unidos, como agricultura de tempo parcial ou *part time farming*.

Para entender a pluriatividade na área de estudo, faz-se necessário entender essencialmente a dinâmica de organização e reprodução da família, sem desprezar as estratégias individuais dos membros das famílias, uma vez que a família sofre modificações tanto por pressões internas quanto externas. Diversos fatores contribuíram para a unidade familiar tornar-se pluriativa, haja vista que o surgimento da pluriatividade está associado às diversas formas que a família busca para superar problemas vivenciados pela família. Assim, a pluriatividade contribui para a manutenção e o desenvolvimento das atividades agrícolas, promovendo a sustentabilidade e a permanência do agricultor à terra, contribuindo, por fim, para a melhoria na qualidade de vida rural, mantendo o agricultor ocupado nas atividades agrícolas.

A composição da família continua sendo pai, mãe e filhos, mas, em algumas famílias, também há a presença dos avós morando na mesma unidade familiar. O pai aparece como chefe de família, responsável pela tomada de decisões e pela resolução dos problemas da família. Ou seja, ele dita as regras, e a família está subordinada à sua autoridade. Também foi constatado que a população na Microrregião é composta por pessoas em idade adulta e por idosos,

apresentando, com isso, uma pequena população jovem, o que, a longo prazo, pode se tornar um problema, pois aos poucos está reduzindo o número dos possíveis agricultores do futuro.

Em relação ao sexo, verificou-se uma predominância de pessoas do sexo feminino, e a diferença fica maior na faixa de idade dos 20 aos 49 anos, com a redução do número de homens em relação ao de mulheres. Esse índice pode estar ligado à violência, a acidentes de trânsito e a uma vida pouco regrada dos homens.

Os dados puderam revelar que o índice de pessoas com baixa escolaridade é muito alto, pois há uma concentração de jovens e adultos que só cursaram o Ensino Fundamental e de forma incompleta. Em décadas passadas, a falta de escolaridade estava atribuída aos pais que não incentivavam os filhos a continuarem a vida escolar. Nos dias atuais, já não cabem mais esses argumentos, visto que o ensino público é acessível e existem programas do governo que tentam manter o aluno na escola e reverter as distorções entre idade/série.

A pluriatividade varia muito de acordo com a região que for analisada, por isso é preciso ter clareza analítica para entender que o fenômeno da pluriatividade rural só existe em presença da atividade agrícola juntamente com uma atividade não-agrícola. Desse modo, uma atividade não-agrícola isoladamente não pode ser considerada pluriatividade. Então o crescimento das atividades não-agrícolas no meio rural não representa o fim das atividades agrícolas, significa que a pluriatividade é uma alavanca para o desenvolvimento nas áreas rurais, pois tem a capacidade de gerar diversas formas de trabalho que se adaptam à capacidade de cada indivíduo, além de contribuir para o aumento da renda.

A pluriatividade ainda é um desafio grande para pesquisadores e formuladores de políticas públicas, uma vez que exige um nível de abstração muito grande, já que as relações de trabalho no meio rural não condizem com as do trabalhador rural do passado.

Estudiosos apontam que a pluriatividade é capaz de garantir a permanência do agricultor na terra, o que tem se mostrado uma estratégia de combate à pobreza rural, uma vez que a renda adquirida com as atividades não-agrícolas contribui para a manutenção da família, bem como para a aquisição de ferramentas e insumos que são diretamente investidos na agricultura e na propriedade da família. Os agricultores, ao longo do tempo, foram aprimorando seus conhecimentos e suas habilidades e os transformando em atividades lucrativas que puderam ser incorporadas à dinâmica da família como atividades secundárias.

A partir do momento em que o agricultor desenvolve novas atividades externas à agricultura, provoca um conjunto de mudanças de novas funções no meio rural, sejam elas de

ordem econômica, política, social e até mesmo cultural. De fato, não há uma perda de valores culturais, mas sim uma incorporação de novos valores.

Quanto ao papel do Estado, ainda não houve uma institucionalização da pluriatividade, somente quando o poder público reconhecer a pluriatividade como um condutor do desenvolvimento será possível que se formulem e efetivem políticas públicas de valorização do agricultor. Destarte, os agentes de desenvolvimento poderão criar políticas públicas que impulsionem a pluriatividade.

Assim, a Ciência Geográfica precisa abrir-se para o debate sobre pluriatividade, pois não dá para ignorar esse fenômeno e fingir que não existe, uma vez que as áreas rurais passaram por uma reestruturação tanto na produção quanto no trabalho, sendo necessárias, portanto, novas análises.

A partir, portanto, das discussões da literatura e também fundamentados em dados secundários, pode-se concluir que a Microrregião do Agreste de Itabaiana apresenta a existência da pluriatividade e de sua importância para a promoção do desenvolvimento rural local.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão**. São Paulo. Anpocs, Unicamp, Hucitec, 1992. “Uma nova extensão para a agricultura familiar”. In: Seminário Nacional De Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília, DF, Anais, 1997, p. 29.
- ANDRADE, T. O. de; GANIME, R. N. Revolução verde e a apropriação capitalista. In: **CES Revista**, v. 21, Juiz de Fora, p. 43-56, 2007.
- ANDRADE, Sheyla S. O Pronaf e a Pluriatividade: oportunidade de inserção dos camponeses no mercado? In: **Desenvolvimento Territorial, Agricultura e Sustentabilidade no Nordeste**. São Cristóvão: Editora da UFS, 2010.
- BALSAN, Rosane. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. In: **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006.
- BLATTES, Ricardo Lovatto (org.). **Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais: orientações gerais e marcos legais**. 2. ed. Brasília: MEC, SEESP, 2006. p. 343.
- BUSSENS, N. de L. Concepções de Agricultura Familiar: que ações norteiam o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)?. In: **Jornada nacional de políticas públicas**, São Luís-MA, 2009.
- CAMARGO, R. A. L. de; BACCARIN, J. G; SILVA, D. B. P da. Mercados institucionais para a agricultura familiar e soberania alimentar. In: **Revista Nera**, ano 19, n. 32. Prudente, p. 34-55, 2016.
- CARVALHO, Diana Mendonça de. **Comercialização de hortifrutigranjeiros em Itabaiana-SE**. (Dissertação de Mestrado em Geografia). São Cristóvão-SE, UFS, 2010.
- CARVALHO, Diana Mendonça de. **A Geografia (Des) Conhecida de Itabaiana/SE**. São Cristóvão: Editora UFS, 2012.
- DEL GROSSI, M. E; GRASIANO DA SILVA, J. A pluriatividade na agropecuária brasileira em 1995. Estudos, Sociedade e Agricultura. In: **Revista da UFRRJ/CPDA**, n. 11, p. 26-52, 1998.
- ECO, Umberto. **Como se Faz uma Tese**. Tradução SOUZA. G. C. C. de S. 22. ed: São Paulo: Editora Perspectiva, 2009.

FAVARETO, Arilson. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: Iglu: FAPESP, 2007.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. In: **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 52, supl. 1, p. 125-146, 2014.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Tecnologia e Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da Agricultura Brasileira**. Unicamp-IE, Campinas, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, J.; KAGEYAMA, A. A. A produção camponesa e o desenvolvimento recente do capitalismo no Brasil. In: **Anais do seminário “A agricultura brasileira nos anos 90: desafios e perspectivas”**. Curitiba: Edição da UFPR, 1991.

HESPAÑHOL, A. N. **Modernização da agricultura e desenvolvimento territorial**. 4º ENGRUP, São Paulo, p. 370-392, 2008.

HESPAÑHOL, A. N. O agronegócio e a reconfiguração espacial das principais lavouras no Brasil-1990-2006. In: **Revista Geonordeste**, ano I, nº. I, edição semestral, 2008.

INCRA/FAO. **Novo Retrato da Agricultura Familiar**. O Brasil redescoberto. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, 2000.

LOPES, Eliano Sérgio A. A pluriatividade na Agricultura Familiar do Estado de Sergipe. In: **Territórios Rurais e Agricultura Familiar no Nordeste**. São Cristóvão: Editora UFS, 2009.

MARTINS, José de Souza. Impasses sociais e Políticos em Relação à Reforma Agrária e à Agricultura Familiar no Brasil. In: **O sujeito Oculto: ordem e transgressão na reforma agrária**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. In: **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 45, p. 71-79, 2014 (suplemento especial).

MENDES, A. M. Geografia e ciência: fundamentos teóricos para interpretação da reprodução da agricultura familiar. In: **Abordagem sobre o desenvolvimento rural: as experiências em**

Sergipe e no Planalto da Conquista/BA. CARVALHO, D. M. de; ALCANTARA, F. V. de; COSTA, J. E (orgs.). São Cristóvão: Editora UFS, 2015.

MENDES, M. A. **Pluriatividade na Agricultura Familiar e sua (Des)Territorialidades no Estado de Sergipe**. Avanços e Controvérsias. (Tese de Doutorado em Geografia). São Cristóvão-SE, UFS, 2013.

OLIVEIRA, Iranilde Nicolau. **Agricultura Familiar e Pluriatividade no Povoado Cajaíba - Itabaiana-SE**. (Dissertação de Mestrado em Geografia). São Cristóvão-SE, UFS, 2003.

PASSOS, R. M. da S. **Pluriatividade na agricultura Familiar Brasileira**. ¿Existem fronteiras do rural e o urbano? Asociación Latino Americana de Sociologia, Buenos Aires, 2009.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Desenvolvimento e crise no Brasil: 1930-1983**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PESSÔA, V. L. S. Espaço rural e produção agrícola: transformações e perspectivas da agricultura brasileira. In: **Geografia 2000**. MENEZES, A. V. C. de; PINTO, J. E. S. de S. (orgs.). Volume 40, nº 03 | Julho – Setembro. Aracaju: Editora UFS, 2000. p. 411-424.

PIRES, Murilo José de Souza; RAMOS, Pedro. O Termo Modernização Conservadora: Sua Origem e Utilização no Brasil. **Revista econômica do Nordeste**.

PLANO SAFRA DA AGRICULTURA FAMILIAR: **transformando vidas**. Plantando o futuro. 2013/2014.

ROCHA, Gabriela Silveira. **Capital social, pluriatividade e desenvolvimento local: tratos e retratos no sudoeste da Bahia**. (Tese de Doutorado em Geografia). São Cristóvão-SE, UFS, 2016.

SACCONI, Luiz Antônio. **Minidicionário da língua portuguesa**. 12ª ed. São Paulo: Atual, 1996.

SANTOS, R. A. dos; SAQUET, M. A. Considerações sobre a modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná. In: **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. SANTOS, R. A. dos; SAQUET, M. A (orgs.). São Paulo: Editora: Expressão popular, 2010.

SANTOS, A, F; ANDRADE, J, A. **Nova geografia de Sergipe**. Aracaju, Secretaria de Estado e Educação e do Desporto e Lazer; Universidade Federal de Sergipe, 1998.

SANTIAGO, Márcia Maria Santos. **Areia Branca: espacialidades e interações na rede urbana de Sergipe**. (Dissertação de Mestrado em Geografia). São Cristóvão - SE, UFS, 2011.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento com liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia de Letras, 2000.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. In: **Revista Economia Política**, v. 30, n°. 3(119), p. 511-531, julho-setembro 2010.

SCHNEIDER, S. **A Pluriatividade na agricultura familiar**. 2ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SCHNEIDER, S. A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil. In: **Revista agrícola**. Ano XVI, n°. 3, edição de jul/ago/set. 2007.

SCHNEIDER, S. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. Editora da UFRGS, Porto Alegre 2003.

SCHNEIDER, S. **A Pluriatividade no Brasil: proposta de tipologia e sugestão de políticas**. Editora da UFRGS, Porto Alegre, 2003.

SCHNEIDER, S. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n°. 51, fevereiro 2003.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização**. Editora da UFRGS, Porto Alegre, 1999.

SCHNEIDER, S; FIALHO, M. A. V. **Pobreza Rural, Desequilíbrios Regionais e Desenvolvimento Agrário no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo, 1999.

SCHNEIDER, S. O desenvolvimento agrícola e as transformações da estrutura agrária nos países do capitalismo avançado: a pluriatividade. In: **Revista Reforma Agrária**, vol. 24, n°. 3 set./dez., Campinas/SP, 1994.

SERGIPE. **Cartilha do Plano de Desenvolvimento do Território do Agreste Central de Sergipe**. 2008.

SILVA, J. G. Da. e KAGEYAMA, A. A. A produção camponesa e o desenvolvimento recente do capitalismo no Brasil. In: **Anais do seminário “A agricultura brasileira nos anos 90: desafios e perspectivas”**. Curitiba: Edição da UFPR, 1991.

SILVEIRA, M. M. **Farinhada**: construção simbólica na reprodução da agricultura familiar. (Dissertação de Mestrado em Geografia). São Cristóvão, UFS, 2006.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento econômico**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1997.

VASCONCELOS, R. O.; JESUS, G. S. Desafios Conceituais da Agricultura Familiar: complexidades e singularidades no espaço rural brasileiro. In: CARVALHO, D. M. ALCANTARA, F. V., COSTA, J. E. da (orgs.). **Contextos do Espaço Rural no Nordeste**. São Cristóvão: editora UFS, 2014.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio para o século XXI. 3ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias**: o Brasil é menos urbano que se calcula. São Paulo: Editora Autores Associados, 2001.

WANDERLEY, N. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO (org.) **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. Passo Fundo, RS: UPF, 2001.

WANDERLEY, N. “Franja Periférica”, “Pobres do Campo”, “Camponeses”: dilemas da inclusão social dos pequenos agricultores família. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. **Agricultura Familiar Brasileira**: Desafios e Perspectivas de Futuro. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. Brasília, 2017.

ZAGO, Nadir. Migração rural-urbana, juventude e ensino superior. In: **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n. 64, jan./mar., Chapecó-SC, 2016

Sites consultados:

BRASIL: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm Acesso: dia 01 de julho de 2016.

BRASIL: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=28&dados=4> Acesso: dia 11 de julho de 2016.

BRASIL: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1663/1/TD_1500.pdf Acesso: 16 de maio de 2017.

BRASIL: <http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Serie-DRS-vol-5-Agricultura-familiar-agroecologica-e-desenvol-sustentavel.pdf> Acesso: 14 de Junho de 2017.

BRASIL:

http://infogbucket.s3.amazonaws.com/arquivos/2016/03/22/atlas_da_violencia_2016.pdf

Acesso: 16 de Junho de 2017.

BRASIL: <http://www.deser.org.br/documentos/doc/DesenvolvimentoRural.pdf> Acesso: 16 de Junho de 2017.

BRASIL: <http://atlasbrasil.org.br/2013/> Acesso: 16 de Junho de 2017.

APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE PRÓ REITORIA DE PÓS GRADUAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

TEMA DA PESQUISA: A PERSPECTIVA PLURIATIVA COMO ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA MICRORREGIÃO DO AGRESTE DE ITABAIANA-SE

Mestranda: Maria Cristina Santos Teixeira

Orientador: José Eloízio da Costa

Entrevistador (a): _____

Localidade: _____ Data: _____

Nome do entrevistado (a): _____ Apelido: _____

A) IDENTIFICAÇÃO:

1. Quem é o chefe da família do informante?

() Esposo (a) () tio (a) () filho (a)
() avô(a) () outros, qual? _____

2. Qual a idade ou ano de nascimento do entrevistado? _____

3. Qual Estado civil do entrevistado?

() solteiro (a) () separado (a) () divorciado
() casado (a) () viúvo (a) () Outros (as) _____

4. Reside na propriedade?

() Sim () Não. Onde reside? _____

5. Condição do produtor:

() Proprietário () arrendatário () parceiro
() Meeiro () Ocupante () Trabalhador

B) PERFIL DA FAMÍLIA

1. Todos trabalham na agricultura?

() Sim () Não. Trabalha em que? _____

Nome	Idade	Sexo	Escolaridade	Reside na propriedade

2. Tem algum membro da família que trabalham em outra atividade que não seja agrícola?

2.1 Trabalha dentro da propriedade?

() não () sim. Qual a ocupação? _____

3. Trabalha em outras atividades fora da propriedade?

() não () sim. Qual a ocupação? _____

4. Quanto tempo dedica a outras atividades não-agrícolas? _____

C) BENS DE CONSUMO DA FAMÍLIA

1. A família possui algum meio de transporte? () não () sim. Marque com um X

Caminhão	Carro	Moto	Motoneta	Bicicleta	Animal	Outro

2. Na propriedade têm: Marque com um X

Energia elétrica	Água encanada	Banheiro	Lava dora	Micro-ondas	Fogão	Computador	Acesso à internet	Sofá	TV	Aparelho de DVD	Telefone Fixo	Air condicionado

D) ESTRUTURA FUNDIÁRIA:

1. Como adquiriu a terra:

() compra () herança () ocupação
() outros. _____ Há quanto tempo? _____

2. Qual o tamanho da propriedade? _____

3. A área inicial foi alterada?

() Sim () Não. De que forma? _____

4. Existe áreas irrigadas neste estabelecimento?

() Não () Sim. Qual a dimensão? _____

5. Utilização da terra:

Lavoura	Pecuária	Outros

6. Pretende mudar a utilização da terra?

() Sim () Não. Por quê? _____

7. Existe o interesse em aumentar a produção:

() Sim () Não. Por quê? _____

8. Emprega assalariado?

() Sim () Não () Permanente
() Temporário. Em que época do ano? _____

8.1 Para que tipo de trabalho? _____

9. Destino da produção? _____

D) FONTES DE RENDIMENTOS/RECEITA: Marque com um X

1.

Agricultura	
Venda de gêneros agrícolas	
Aposentadoria	

Pensão	
Bolsa família	
Bolsa alimentação	
Emprego Formal	
Emprego informal	
Remessas: repassadas por familiares	
Entradas eventuais de trabalho temporário	

2. Qual a renda total mensal da sua família em salários mínimos (s.m.)?

- () Até 0,5 s.m. () 0,5 a 1 s.m. () de 1 a 2 s.m. () de 2 a 3 s.m.
 () de 3 a 5 s.m. () de 5 a 10 s.m. () Mais de 10 s.m.

3. Como é investida(s) renda(s) da família?

- () Investimento na propriedade () Subsistência () Poupança
 () Despesas pessoais e o conforto doméstico () Lazer () Educação

4. Como sua família administra os rendimentos?

- () O chefe centraliza os rendimentos
 () O casal centraliza todas as entradas e divide conforme sua decisão
 () Cada um fica com a parte que ganha e os pais sustentam a casa e a família
 () São divididos entre quem trabalha na propriedade de forma igual.
 () Não sabe informar

E) PAPEL DO ESTADO:

1. A família faz microcrédito? () Não () Sim
 1. 1 pretende fazer? () Não () Sim, aproximadamente quanto? _____
 1.2. Em que seria aplicado? _____
 2. Participa de alguma cooperativa ou sindicato rural?
 () Não () Sim. Qual? _____
 () Participava. Por que deixou? _____
 3. 1 Com que frequência acontece às reuniões? _____

F) COMERCIALIZAÇÃO

1. Quais os produtos são comercializados? _____
 2. Qual o local de venda? _____
 3. Para quem você fornece os produtos? _____
 4. Qual o período que ocorre as vendas? _____

G) QUESTÕES COMPLEMENTARES:

1. Pretende trabalhar em outra atividade:
 () Não () Sim. Qual a outra atividade? _____
 1.2. Por quê? _____
 1.3 Mesmo trabalhando em outra atividade continuaria trabalhando na agricultura?
 _____ Por que? _____
 2. Como avalia as condições de vida nos últimos cinco anos aqui no município:
 () Piorou () Piorou muito () Não mudou nada
 () Melhorou () Melhorou muito () Está ótimo, não precisa mudar nada
 3. O que faria para melhorar as condições de vida da família? _____
 4. Gosta de morar aqui? _____
 5. Qual a atividade que você espera que seus filhos exerçam no futuro? _____
 6. Incentivaria seus filhos continuar morando aqui e sobrevivendo da terra? _____